

2ª de março

13
12

21/12/89

JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO

PERNAMBUCO

PROC. N.º TRT - DC-38/89

PLENO

DISSÍDIO COLETIVO

DISTRIBUIÇÃO

08.05.89 e 845

Suscitante SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RO-
DOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS

PAUTA DE JULGAMEN

Adv Alfredo dos Santos Mesquita

DIAS 24.08.89

JULGADO EM

21.09.89

Suscitado(s) TRANSPORTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES
DE VALORES LTDA e OUTROS (06)

ADV ALFREDO DOS S. MESQUITA, ANTONIO O. MELO,

Procedência : Alagoas -

JUIZ JOEZIL BARROS

RELATOR

JUIZ VALMIR DE ALMEIDA LIMA

REVISOR

JUIZ FRANCISCO FAUSTO

AUTUAÇÃO

Aos 28 dias do mês de abril
de 1989, nesta cidade de Recife

autua a presente Dissídio Coletivo

Relatório
Diretora de Serviço de Cadastro Processual

PROC. TRT DC-38/89

50/6

JS



SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIÁRIO
NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Maceió

Alagoas

Exm^o. Sr. Dr. Juiz Presidente do T.R.T. - SEXTA REGIÃO

Trabalho Regional do Trabalho
6.ª REGIÃO
Livro DC
Proc. 38189
Data: 28.4.89 Hora: 17:10
RL
Serv. Cadast. Processual

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS, entidade sindical, inscrita no C.G.C. do M.F., sob nº 12.318.432/0001-24, com sede na Rua 16 de Setembro, 89, no bairro da Levada, na cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, por seu procurador legalmente constituído na conformidade do instrumento procuratório incluso (doc. 1), Bel. ALFREDO DOS SANTOS MESQUITA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/AL sob nº 1104 e no CPF sob nº 020837604-68, com o endereço no frontispício desta para intimações judiciais, com fundamento nos artigos 956 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, vem, com a presente, requerer a V.Exa. a INSTAURAÇÃO do competente DISSÍDIO COLETIVO contra TRANSPORTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA., sociedade de direito privado, com sede na Avenida Siqueira Campos, nº 1871, no bairro do Trapiche da Barra; EPSAL - EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ALAGOANA LTDA., sociedade de direito privado, com sede na Rua Dr. Guedes Gondim, 106, no bairro da Levada; EMPRESARIAL VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA., sociedade de direito privado, com sede na Avenida Comendador Leão, 495, no bairro do Poço; LIDER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA., sociedade de direito privado, com sede na Rua Senador Calmon, 149, no bairro do Poço; VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES IMUNILAR LTDA., sociedade de direito privado, com sede na Rua do Imperador, 510, Centro; JF - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA., sociedade de direito privado, com sede na Rua Barão de Alagoas, 453, Centro; e, NORDESTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA., com sede na Rua Belo Horizonte, 21, no bairro do Farol, todos na cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

I. Os motoristas de transportes de valores, categoria de trabalho renunciada por força do artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, estando hoje, no caso em tela a mercê das decisões das Empresas de Transportes e Vigilância de Valores em operação no Estado de



SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 28 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Maceió

Alagoas

- folhas 02 -

Alagoas, pois, não possuem PISO SALARIAL e estão subjugados aos aumentos salariais quando existe negociação com os Vigilantes, consoante acordo coletivo em anexo (doc. 2 a 4);

2. A Categoria profissional pretendendo normatizar as relações de trabalho já existente com a interferência do Sindicato obreiro convocou através do Jornal de Hoje, em 22 de março e 14 de abril de 1989, Assembléias Gerais Extraordinárias, com a finalidade de apresentação das propostas de condições de trabalho pelos empregados e conseqüentemente, a contra-proposta patronal, consoante edições do referido jornal em anexo (doc. 5 e 6);

3. Obtido o quorum necessário e aprovada as propostas, consoante cópia xerografica inclusa (docs. 7 a 13), fora remetido o Of. STTR/AL nº 023/89, datado de 28 de março do corrente, ao Ilmo. Sr. Dr. JOSÉ IB HENRIQUE PEDROZA, MD, Delegado Regional do Trabalho em Alagoas, para que convocasse as empresas e ao mesmo tempo intermediasse as negociações, o que foi feito, tendo sido designado inicialmente o dia 12 de abril, sendo que neste dia compareceram as Empresas e o Sindicato, tendo as primeiras pedido o adiamento em face da não presença de seus advogado o que impossibilitaria o início da negociação. Transferida a iniciação da negociação, fora designado o dia 19 de abril, tendo dado início as negociações, aconteceu o impasse, pois, as empresas não reconhecem o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Alagoas, como representante dos motoristas de transportes de Valores, e, sim, a FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO NORTE E NORDESTE, consoante se faz prova com o extrato da Ata da reunião realizada no dia 19.04.89, devidamente assinada pelo Dr. José Augusto da Silva Costa, Fiscal do Trabalho e com visto do Dr. José Ib Henrique Pedroza, Delegado Regional do Trabalho, em anexo (doc. 14 a 16);

4. Diante da inexistência de Acordo Coletivo de Trabalho que venham a reger as relações entre trabalhadores e empregadores nas empresas de Vigilância no que diz respeito, à categoria diferenciada de MOTORISTAS, e, a intransigência da classe patronal, pois, não reconhecem sequer a condição de diferenciados e, ainda, a representatividade sindical, e esta, pois, para pretender a fixação do PISO SALARIAL de NCZ\$ 447,30 (quatrocentos e quarenta e sete cruzados no vos e trinta centavos), mensal, a partir de 1º de ABRIL DE 1989, e fixação da data base.

.... /



SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Maceió

Alagoas

- folhas 03 -

5. O Suscitante pretende então o seguinte:

5.1 - a data-base da categoria profissional será de 1º de abril, sendo que o prazo de vigência será de 12 (doze) meses, com início em 1º de abril de 1989 e término em 31 de março de 1990, quando deverão ser encetadas negociações para análise e reexame de todas as cláusulas e condições de trabalho.

5.2 - Fixação do Piso Salarial de NCZ\$ 447,30 (quatrocentos e quarenta e sete cruzados e trinta centavos), para a categoria profissional suscitantes.

5.3 - Sobre o Piso Salarial fixado, deverá incidir qualquer percentual concedido a título de abono, resíduo ou reajuste de corrente da política salarial que venha a ser posta em prática pelo Governo Federal.

5.4 - Serão mantidos e acrescidos ao Piso Salarial que venha a ser estabelecido, as comissões e gratificações a título de produtividade ou qualquer outro título que as empresas costumeiramente ou por regulamento interno, venham concedendo a categoria profissional.

5.5 - As horas extras, serão remuneradas mediante a aplicação do percentual de 100% (cento por cento).

5.6 - As empresas que já remuneraram as horas extras através de outro critério mais benéfico à categoria profissional, fica inalterado esse procedimento.

5.7 - A jornada de trabalho será de 06:00 (seis horas) diárias, para todos os integrantes da categoria diferenciada dos Motoristas, empregados das Suscitadas.

5.8 - O adicional noturno será remunerado mediante a aplicação de 100% (cem por cento).

5.9 - As empresas suscitadas aplicarão sobre os salários de seus empregados motoristas, o percentual de 30% (trinta por cento) a título de adicional de periculosidade ou risco profissional.

5.10 - Fica assegurado a todos os integrantes da categoria profissional dos motoristas, o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo a respectiva remuneração de 1 (um) mês de salário, para cada ano de trabalho ou a fração igual ou superior a seis (06) meses.

.... /



SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIÁRIO
NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Maceió

Alagoas

- folhas 04 -

5.11 - Quando ocorrer a despedida injusta, do empregado, as empresas suscitadas terão o prazo máximo de 1 (hum) dia após o término do aviso prévio e quando indenizado, o prazo de 02 (dois) dias após a respectiva comunicação de dispensa para efetuarem o pagamento das verbas rescisórias.

5.12 - Fica assegurado aos motoristas das empresas suscitadas o direito às férias proporcionais, quando por eles for solicitado a dispensa do emprego, mesmo que tenha menos de 01 (hum) ano de serviço.

5.13 - As empresas suscitadas, sem onerar aos seus empregados motoristas, ficam obrigadas a contratar um seguro de vida, em favor de cada um ou seus familiares, no valor de CZ\$ 10.000,00 - (dez mil cruzados novos).

5.14 - As empresas suscitadas ficarão obrigadas a fornecer aos seus empregados motoristas, 2 (dois) litros de leite, diariamente, sem que recaiam qualquer ônus sobre os mesmos.

5.15 - A partir de 1º de abril, as empresas suscitadas se obrigam a equiparem as viaturas que transportam valores com ar condicionado.

5.16 - As empresas se obrigam a fornecer gratuitamente a todos os seus empregados motoristas, 4 (quatro) fardamentos, por ano, composto de: 8 (oito) calças; 08 (oito) camisas; 08 (oito) pares de sapato; e 08 (oito) pares de meias.

5.17 - Ficam as empresas suscitadas, obrigadas a fornecer gratuitamente aos seus empregados motoristas, 30 (trinta) Tickets Restaurant, por mês, no valor de NCZ\$ 2,50 (dois cruzados novos e cinquenta centavos);

5.18 - Quando ocorrer a necessidade de viagem, os motoristas terão direito a receberem antecipadamente a importância de NCZ\$ 14,91 (catorze cruzados novos e noventa e um centavos), a título de diária, sendo reajustada com base na variação salarial;

5.19 - Será considerado feriado, o dia 25 de Julho - DIA DO RODOVIÁRIO - para todos os integrantes da categoria diferenciada dos motoristas.

5.20 - As empresas suscitadas, se obrigam a fornecerem gratuitamente, por mês, 120 (cento e vinte) vales-transportes, para cada empregado motorista.



SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6388 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Maceió

Alagoas

- folha 05 -

5.21 - Serão eleitos em Assembléias Gerais Extraordinárias, 2 (dois) Delegados Sindicais, em cada empresa, sendo lhes assegurado estabilidade no serviço, durante o prazo de vigência deste instrumento.

5.22 - As empresas descontarão no primeiro salário decorrente desse Dissídio Coletivo, de cada empregado motorista, em favor do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Alagoas, a importância equivalente a 1 (um) dia de salário, em folha de pagamento, devendo proceder o recolhimento do montante aos cofres do Sindicato, até o quinto dia do mês subsequente ao do respectivo desconto, sob pena de não o fazendo, incorrer na multa - de 50% (cinquenta por cento), aplicado sob o montante não recolhido por dia de atraso.

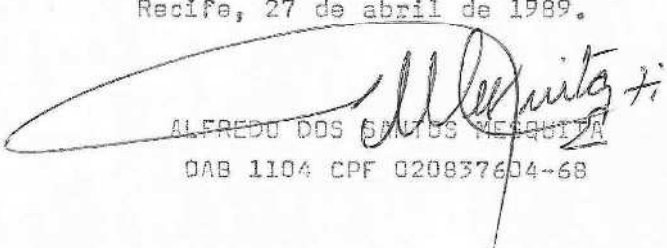
5.23 - Por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, da Categoria, as empresas suscitadas, se obrigam a descontar mensalmente, em folha de pagamento, de seus empregados motoristas, revertido em favor do sindicato profissional, devendo efetuar o recolhimento do montante até o quinto dia do mês subsequente ao desconto, sob pena de incorrer na aplicação da multa fixada na cláusula anterior.

Diante do exposto, requer a V.Exa., a citação dos Suscitados, prosseguindo-se nos termos da lei e julgando-se afinal, procedente o pedido.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Recife, 27 de abril de 1989.


ALFREDO DOS SANTOS MESQUITA
OAB 1104 CPF 020837604-68



SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Maceió

Alagoas

P R O C U R A Ç Ã O

O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS, entidade sindical, inscrita no C.G.C. do M.F., sob nº 12.318.432/0001-24, com sede na Rua 16 de Setembro, 89, no bairro da Levada, nesta cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, representada por seu presidente DJALMA RAMOS DA SILVA, brasileiro, casado, motorista, residente nesta cidade, por este instrumento particular de procuração, nomeia e constitui seu bastante procurador, o Bel. ALFREDO DOS SANTOS MESQUITA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/AL sob nº 1104 e no CPF sob nº. 020837604-68, com endereço profissional na Rua Barão de Maceió, 201, nesta cidade, a quem confere os poderes para o foro em geral em qualquer Instância ou Tribunal, podendo propor e variar de ações, especialmente para promover a instauração de Dissídio Coletivo contra as Empresas de Vigilância e Transportes de Valores no Estado de Alagoas, pelo que firma o presente instrumento para o seu fiel e cabal desempenho.

Maceió, 27 de abril de 1989.

Sindicato dos Trab. em Transp. Rodoviários
no Estado de Alagoas

Djalma Ramos da Silva
Djalma Ramos da Silva
PRESIDENTE

Reconheço a Firma de Djalma Ramos da Silva
de liberdade
em 27 de abril de 1989
em liberdade
Bel. Lúcio Fonseca de Azevedo
4.º TABELIONATO

Cartório do 2.º Ofício de Notas

MARIA SALETE DE ARAÚJO OLIVEIRA
Sucessora de Eurycles Protásio de Oliveira
Rua Dr. Cincinato Pinto, 30 - Centro
Maceió - Alagoas

Certifico haver Autenticado a presente
Fotocópia vez que ela confere com o original aqui
reduzida. Dou fé

Maceió / Al. 06 de abril de 1988

Em test. da verdade.

DOS CONTRATANTES

Maria Sallet de Araújo Oliveira

Celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, de um lado, a FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO NORTE E DO NORDESTE, representando os Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância no Estado de Alagoas, e de outro, a FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE ALAGOAS, representando as EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E AS QUE MANTÊM VIGILÂNCIA PRÓPRIA NO ESTADO DE ALAGOAS, aqui representados, respectivamente, pelos seus Presidentes.

2. DO OBJETO

Esta CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO se baseia no disposto do art. 616 da Consolidação das leis do Trabalho e tem por finalidade a estipulação de condições da atividade laboral da categoria profissional dos empregados VIGILANTES, com fixação de novos salários, definidos nas cláusulas seguintes:

3. DOS BENEFICIÁRIOS

São beneficiários deste negócio jurídico os empregados vigilantes que trabalham para as Empresas Prestadoras de Serviços de Vigilância e para as que mantêm Serviços de Vigilância Própria no Estado de Alagoas.

4. DO REAJUSTE SALARIAL E MELHORIAS DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

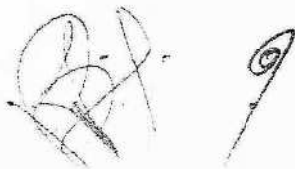
4.1. As Empresas se obrigam a pagar, a partir de 1º de abril de 1988, o salário normativo, ou seja, o salário profissional do vigilante, ora fixado em CZ\$ 11.000,00 (Onze Mil Cruzados), reajustado a partir de maio/88 com base na URP - Unidade de Referência de Preços;

4.2. Fica acertado que o horário noturno será observado rigorosamente conforme previsto em Lei, ou seja, que o período das 22:00 às 05:00 horas, será pago com adicional noturno;

4.3. Fica estabelecido que, além do horário normal, o vigilante poderá trabalhar, quando necessário, mais 04:00 (quatro) horas, perfazendo o total de 12:00 (doze) horas diárias;

4.4. Fica estabelecido que serão remuneradas as horas suplementares com acréscimo de 30%, calculado sobre a hora normal;

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO que entre si fazem perante o Ilmo Sr. Dr. Delegado Regional do Trabalho do Estado de Alagoas, de um lado, como SUSCITANTE, a FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO NORTE E DO NORDESTE e, de outro lado, como SUSCITADA a FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE ALAGOAS.



- 4.5. As Empresas obrigam-se no pagamento do adicional de periculosidade ou insalubridade, na forma disposta na Consolidação das Leis do Trabalho;
- 4.6. As Empresas fornecerão 02 (dois) uniformes gratuitamente, por ano, sendo o vigilante responsabilizado pelo extravio ou uso indevido do fardamento;
- 4.7. Fica estabelecido que as Empresas obrigam-se a fazer o seguro de vida em favor de seus empregados vigilantes sem quaisquer ônus para os mesmos, conforme previsto na Lei nº 7.102/83, art. 19, IV, sob pena de não o fazendo, arcar com o pagamento do prêmio no caso de invalidez ou morte do vigilante, em face de ocorrência registrada no desempenho da função;
- 4.8. As Empresas ficam obrigadas a fornecer aos seus empregados, comprovantes de pagamento (contra-cheque, olerite ou cópia de recibo), discriminando detalhadamente os valores do salário e da remuneração do trabalho e os respectivos descontos;
- 4.9. É obrigatória a garantia de, no mínimo, 01 (uma) hora de intervalo para o almoço do empregado vigilante;
- 4.10. As Empresas colaborarão, por ocasião da admissão dos seus empregados, facilitando-lhes a filiação na sua respectiva entidade, mediante a apresentação da proposta de filiação no ato da opção pelo FGTS;
- 4.11. Os empregados que permanecerem no posto de serviço por mais de 12 (doze) horas, pela ausência do substituto, receberão as horas excedentes em dobro;
- 4.12. Por deliberação da Assembleia Geral, ficam as empresas autorizadas a descontarem na folha de pagamento de seus empregados associados, mensalmente, a importância de 2% do salário base, que será recolhido até o 15º dia do mês subsequente aos cofres da Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância no Estado de Alagoas;
- 4.13. As Empresas descontarão de todos os seus empregados vigilantes, no primeiro mês de vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, o percentual de 20% (vinte por cento) aplicado sobre os salários corrigidos, em favor da Federação dos Empregados no Comércio do Norte e do Nordeste, cujo repasse que se efetuará mediante guia própria fornecida pela Entidade de Classe, deverá ocorrer, no máximo, até o 15º dia do mês subsequente a vigência da presente Convenção;
- PARÁGRAFO ÚNICO - As Empresas que deixarem de efetuar o recolhimento das importâncias avençadas nas cláusulas anteriores, no prazo previsto, incidirão na multa moratória de 10% sobre o total devido, além de juros e correção monetária, na forma adotada pelo Governo; no caso de cobrança judicial, serão acrescidos honorários advocatícios, na base de 20% sobre o total apurado, custos e demais cominações judiciais;
- 4.14. As Empresas poderão efetuar outros descontos dos salários dos seus empregados em favor da Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância no Estado de Alagoas, quando por esta notificadas e devidamente au

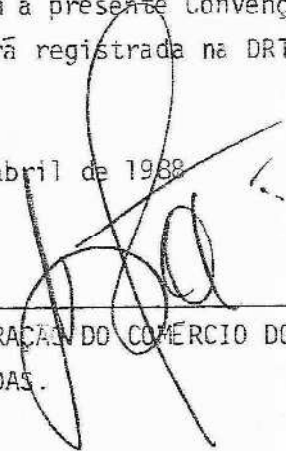
torizada, por escrito, pelo empregado, nos termos da Lei e do presente instrumento;

- 4.15. Os empregados que faltarem ao serviço, sofrerão tão somente o desconto do dia em que esteve ausente, não podendo sofrer nenhum desconto extra;
- 4.16. Fica estabelecido que todos os empregados que participaram da greve ocorrida no dia 16 de abril de 1988, terão as suas faltas compensadas e não sofrerão quaisquer outras punições;
- 4.17. A presente Convenção Coletiva de Trabalho, vigorará pelo prazo de 01 (um) ano, a partir de 1º de abril de 1988 até 30 de março de 1989, quando será revisto no todo ou em parte.

Por estarem acordados, assinam a presente Convenção em tantas vias, quanto se fizerem necessárias, após o que será registrada na DRT-AL, para produzir efeitos legais.

Maceió, 20 de abril de 1988


REGINALDO MEDEIROS DE SOUZA
Presidente da Federação dos Empregados no
Comércio do Norte e do Nordeste.


FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE
ALAGOAS.

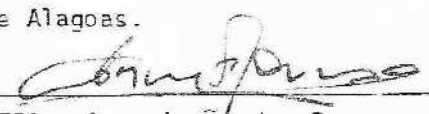
TESTEMUNHAS:

1.


REGINALDO BATISTA DO NASCIMENTO

Presidente da Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância no Estado de Alagoas.

2.


ASSEPS - Associação das Empresa de Prestação de
Serviços de Alagoas.

DET/PL

24.120.001638/83

Soc. 808 02.05.88
SECAC - MINISTÉRIO DO TRABALHO
EM 02.08.88

Chamado 4.492

Ass. Antônio da Silva Costa
Fiscal do Trabalho
Diretor da Div. de Relações do Trabalho

17510

EM 02.05.88

Rosely
Assistente Social
Delegado Regional do Trabalho
Substituto
Matrícula nº 7.279

S

inamento

1-2085

conselheira Ana Bernardes os princípios básicos para garantia da autonomia, descentralização e vivência democrática no sistema de ensino brasileiro. Estes princípios, segundo ela, devem nortear também o Plano Nacional de Educação, bem como os planos plurianuais dos Estados e municípios que, pelo anteprojeto do CFE, ficam obrigados a elaborá-los, como deverá ocorrer no sistema federal de ensino.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES
EM TRANSPORTES RODOVIÁRIO NO
ESTADO DE ALAGOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINARIA**

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Alagoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo Estatuto Sindical e demais legislações em vigor CONVOCA todos os associados empregados das Empresas de Transportes de Valores no Estado de Alagoas, para se fazerem presentes à Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no dia 19 de abril de 1989, às 19:00 horas em primeira convocação com maioria absoluta de associados ou às 20:00 horas com qualquer número de associados presentes, cujo ato terá lugar no 1º andar do Palácio do Trabalhador, sito, à Avenida Moreira Lima, Centro, Maceió-Alagoas, com o objetivo de discutirem e apreciarem a seguinte ORDEM DO DIA:

- a) — Discussão e aprovação da contra-proposta patronal para o Acordo Coletivo de Trabalho, com vigência a partir de 1º de Abril de 1989.

Maceió, 13 de abril de 1989.

DJALMA RAMOS DA SILVA
Presidente.

le disciplinar a lixo hospitalar

releitura chama inscritos para o Conj. Moura Castro

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano está convocando todas as pessoas cadastradas no Conjunto Residencial Moura Castro, no Tabuleiro do Martins, que compareçam ao setor de Ação Social da Comurb (extinta 3), no Farol, até o próximo dia no horário comercial. Quem comparecer, segundo o secretário Marcos Vieira, será excluído do cadastro e substituído por outros interessados, que, igualmente aos atenderem à convocação, destrem carência e necessidade para conseguir uma habitação.

Todos esses candidatos deverão apresentar munidos da carteira de identidade, CPF, documentação de

inscrição para a casa, certidão negativa dos Cartórios de Registro de Imóveis de Maceió e comprovante de renda familiar.

A convocação está sendo feita como forma de conferir o cadastro e a situação financeira real dos candidatos, pois diversas denúncias já chegaram à Prefeitura dando conta de que cidadãos de condições financeiras consideradas acima dos que são candidatos naturais aos imóveis, falsificaram documentos ou sorregaram informações. Para evitar que sejam cometidas injustiças, segundo Marcos Vieira, será feita uma conferência dos documentos de todo o pessoal inscrito.

Veto à lei orçamentária trará benefícios as regiões pobres

As regiões mais pobres do País, Sudeste, Centro-Oeste e Norte, grata afetadas pelos vetos presidenciais à Lei Orçamentária de 1989, poderão afinal superar a ameaça que esvaziava suas economias. Tal situação será possível com a inclusão de dispositivos específicos incluídos no novo texto legal, em fase de elaboração no Congresso Nacional por um grupo de parlamentares nordestinos liderados pelos deputados Firmo Castro (PMDB) e José Luiz Maia (PDS-Plauí), visando a pronta liberação, deste ano, de recursos superiores a um bilhão de cruzeiros novos.

Como parte de acordo firmado entre o Executivo e o Legislativo federal, o novo texto legal deverá ser aprovado na próxima semana. Um dos dispositivos incluídos pelos parlamentares nordestinos garante que serão as transferências de que trata o artigo 159 da Constituição (3

por cento sobre a arrecadação do IPI e do Imposto de Renda, para o Nordeste, Norte e Centro-Oeste) o mesmo tratamento dispensado às transferências do Fundo de Participação dos Estados e Distrito Federal e do Fundo de Participação dos Municípios.

Também serão beneficiados com a nova Lei, o Fundo de Investimento do Nordeste — FINOR e Fundo de Investimentos da Amazônia — FINAM que passarão também a ter garantida a entrega automática das receitas vinculadas ao Tesouro Nacional, a eles destinadas.

Explica o deputado Firmo de Castro, responsável pela redação dos novos dispositivos propostos em favor do Nordeste, que a nova Lei Orçamentária vai impedir que o Poder Executivo retenha, a seu bel prazer, os recursos orçamentários criados e mantidos em favor das regiões menos favorecidas do País.

USINA CANSANÇÃO DE SINIMBÚ S/A CGC/MF 12.272.498/0001-20 ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Srs. Acionistas para se reunirem em Assembléias Gerais Ordinária e Extraordinária, que se realizarão cumulativamente no dia 25 de abril de 1989, às 09:00 horas, na sede social à Rua Barão de Jaraguá, 451 — Jaraguá, nesta cidade, com as seguintes ordens do dia:

I. EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

a) examinar, discutir e deliberar sobre as contas dos administradores referentes ao Balanço encerrado em 31.12.88;

b) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício;

c) tratar de outros assuntos de interesse social.

II. EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

a) deliberação sobre o aumento do capital social, com a utilização das reservas disponíveis;

b) transformação do valor do capital social subscrito e integralizado, expresso em cruzado para cruzado novo na paridade de Cz\$ 1.000,00 (Hum mil cruzados) para NCz\$ 1,00 (Hum cruzado novo);

c) redução da quantidade de ações do capital social, na proporção de 1.000 (mil) para 1 (uma);

d) autorizar a Diretoria a cancelar, remunerar e emitir novos títulos múltiplos de ações, expressos em cruzados novos;

e) dar nova redação ao Art. 5º do Estatuto Social, em virtude da transformação do valor do Capital Social de Cruzado para Cruzados Novos, na mesma paridade usada para o capital social, tudo de conformidade com a Lei nº 7.730 de 31.01.89;

f) outros assuntos de interesse da sociedade. Maceió (AL), 15 de março de 1989.

PEDRO SILVEIRA COUTINHO
Diretor Comercial

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIO NO ESTADO DE ALAGOAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Alagoas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Sindical e demais Legislação em vigor CONVOCA todos os associados empregados das Empresas de Transportes de Valores no Estado de Alagoas, para se fazerem presentes à Assembléia Geral Extraordinária que será realizada no dia 27 de março de 1989, às 19:00 horas em primeira convocação com maioria absoluta de associados ou às 20:00 horas em segunda convocação com qualquer número de associados presentes, cujo ato terá lugar no 1º andar do Palácio do Trabalhador, sito, à Av. Moreira Lima, Centro, Maceió-Alagoas, com o objetivo de discutirem e apreciarem a seguinte ORDEM DO DIA:

a) — Discussão e aprovação das reivindicações que formarão o Acordo Coletivo de Trabalho, com vigência a partir de 1º de abril de 1989.

Maceió, 20 de março de 1989.

DJALMA RAMOS DA SILVA
Presidente

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 1989.

AOS 27 (VINTE E SETE) DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 1989, ÀS 20:00 HORAS, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, NO 1º ANDAR DO PALÁCIO DO TRABALHADOR, SÍTIO, AV. MOREIRA LIMA, CENTRO, MACEIÓ-ALAGOAS, O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODUVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS, FEZ REALIZAR COM SEUS ASSOCIADOS, EMPREGADOS DAS EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES NO ESTADO DE ALAGOAS, OS QUAIS REPRESENTAVAM A MAIORIA ABSOLUTA, UMA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINARIA COM A FINALIDADE DE APRECIAREM A SEGUINTE ORDEM DO DIA: a) - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES QUE FORMARÃO O ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 1989, CUJA ESTA ORDEM CONSTA NO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PUBLICADO NO JORNAL DE HOJE, DO DIA 22 DE MARÇO DE 1989. O PRESIDENTE DO SINDICATO SR. DJALMA RAMOS DA SILVA, AO CONSTATAR HAVER O NÚMERO LEGAL DE ASSOCIADOS, APÓS A COMPOSIÇÃO DA MESA, DEU POA ADEBTA A REUNIAO, SOLICITANDO AO DIRETOR VICE-PRESIDENTE SR. JOSE OLIVEIRA DA SILVA, QUE FIZESSE A LEITURA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO, O QUE FOI FEITO, EM SEGUIDA, FEZ ELE, UM BREVE PRONUNCIAMENTO A RESPEITO DOS MOTIVOS QUE LEVARAM A ORGANIZAÇÃO DA PRESENTE ASSEMBLEIA QUE SERIA: O INSIGNIFICANTE SALARIO PERCEBIDO PELOS MOTORISTAS DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE VALORES, AS PÉSSIMAS CONDIÇÕES DE TRABALHO, ALÉM DE OUTROS MOTIVOS QUE ALI SERIAM APRESENTADOS PELOS PROPRÍOS TRABALHADORES, ESCLARECEU AINDA, QUE TODA LUTA NECESSITA DE EMPENHO, DEDICAÇÃO E ACIMA DE TUDO A UNIÃO DA CATEGORIA E QUE O ÊXITO DESSA BATALHA ESTÁ CONCENTRADA NESSIS FATORES, QUE POR SUA VEZ DEPENDE EXCLUSIVAMENTE DE TODOS OS COMPANHHEIROS. APÓS ESTES COMENTÁRIOS FRANQUEOU A PALAVRA E QUE POR ORDEM, ELA FIZERAM USO OS DIRETORES JOSE OLIVEIRA DA SILVA, SÉRGIO VITAL DA SILVA, SEBASTIÃO JOSE DE MELO E DJUANILDO RAMOS DA SILVA, ALÉM DO ADVOGADO DA ENTIDADE DR. ALFREDO DOS SANTOS MESQUITA, TODOS FAZENDO USO NO SENTIDO DE REITERAR O QUE TINHA DITO O PRESIDENTE DJALMA RAMOS. DE VOLTA COM A PALAVRA O PRESIDENTE SOLICITOU QUE FOSSE FEITO A LEITURA DA MINUTA QUE CONZULTA AS PROPOSTAS, PARA ALI SEREM DISCUTIDAS E



14/10

SE APROVADAS, SERÃO ENCAMINHADAS AOS SRs EMPREGADOS, PARA QUE INICIE-SE AS NEGOCIAÇÕES. O DIRETOR CÍRCULO VITAL, AS QUE CUIDADOSAMENTE E AO FINAL DA LEITURA SUGERIU QUE FOSSE APRESENTADA ALGUMA PROPOSTA. FOI APRESENTADA DIVERSAS, PORÉM AS QUE FORAM APROVADAS POR UNANIMIDADE SÃO AS SEGUINTE: FIXAR A DATA BASE DA CATEGORIA PROFISSIONAL, EM 1º DE ABRIL; PISO SALARIAL NO VALOR DE NCZ\$ 447,30 (QUATROCENTOS E QUARENTA E SEZE CRUZADOS NOVOS E TRINTA CENTAVOS); APLICAÇÃO DE TODOS OS REAJUSTES CONCEDIDO PELO GOVERNO FEDERAL; A MANUTENÇA DAS CRITICAÇÕES E CONDIÇÕES; HORAS EXTRAS REMUNERADAS EM 100%; JORNADA DE TRABALHO DE 6:00 HORAS DIÁRIAS; ADICIONAL NOTURNO REMUNERADO EM 100%; ADICIONAL DE PERICULOSIDADE A BASE DE 30%; AVISO PRÉVIO PROPORCIONAL AO TEMPO DE SERVIÇO SENDO A RESPECTIVA REMUNERAÇÃO DE 1 (UM) MÊS DE SALÁRIO, PARA CADA ANO DE SERVIÇO, OU FRACÇÃO IGUAL OU SUPERIOR A 6 MESES; PRAZO MÁXIMO DE 1 DIA PARA PAGAMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS, APÓS O TÉRMINO DO AVISO, E QUANDO INDENIZADO, NO PRAZO DE 2 (DOIS) DIAS; APÓS O RESPECTIVO COMUNICADO DE DISPENSA, O DIREITO À FÉRIAS PROPORCIONAIS QUANDO O EMPREGADO PEDIR DISPENSA; SEGURO DE VIDA EM FAVOR DOS MOTORISTAS, NO VALOR DE 10.000,00 (DEZ MIL CRUZADOS NOVOS); O FORNECIMENTO GRATUITO DE 2 (DOIS) LITROS DE LEITE DIARIAMENTE A CADA MOTORISTA; A INSTALAÇÃO DE APARELHOS DE VAPOR INDICIONADO EM TODAS AS SUAS VIATURAS; FARDAMENTO GRATUITO A TODOS OS MOTORISTAS; O FORNECIMENTO GRATUITO DE 30 (TRINTA) TICKETS RESTAURANTE, PARA CADA MOTORISTA, NO VALOR DE 2,50 (DOIS CRUZADOS NOVOS E CINQUENTA CENTAVOS), CADA; DIÁRIA DE VIAGEM NO VALOR DE 14,91 (QUATORZE CRUZADOS NOVOS E NOVENTA E UM CENTAVOS); FÉRIAS NO DIA 25 DE JULHO, PARA TODOS OS INTEGRANTES DA CATEGORIA PROFISSIONAL; 120 (CENTO E VINTE) VALES-TRANSPORTE, POR MÊS PARA CADA EMPREGADO MOTORISTA, SEM QUALQUER ÔNUS PARA OS MESMOS; ESTABILIDADE AO EMPREGO PARA OS DELEGADOS SINDICAIS ELEITOS NA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, SENDO 2 (DOIS) EM CADA EMPRESA ACORDANDO O DESLONCO DE 1 (UM) DIA DE SALÁRIO, DE CADA EMPREGADO, NO PRIMEIRO SALÁRIO REAJUSTADO EM DECORRÊNCIA DA CELEBRAÇÃO DO ACORDO COLETIVO, EM FAVOR DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
Rua do Comércio N.º 270
Maceió - Alagoas

Certifico que a presente cópia fotostática, é de igual teor ao do original exibido, do que dou fé.
Maceió, 27 de 04 de 1989
Celso S. Pontes de Alencar - TABELADO
Nélze Maria Lisboa da Costa
Escritorinha Autorizada

RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS, O DESCONTO DE 2% (DOIS POR CEN-
TO) DOS SALÁRIOS DE CADA EMPREGADO, MENSALMENTE, DESCONTADO EM FO-
LHA DE PAGAMENTO, EM FAVOR DO SINDICATO REPRESENTANTE DA CATEGORIA
PROFISSIONAL. EM SEGUIRA O PRESIDENTE SR. DIALMA RAMOS, FRANQUEOU
MAIS UMA VEZ A PALAVRA, E NÃO TENDO QUEN MAIS DELA FIZESSE USO
AGRADECEU A PRESENÇA DE TODOS E DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, OR-
DENANDO QUE FOSSE LAURADA A PRESENÇA ATA, QUE VAI DEVIDAMENTE
ASSINADA PELO PRESIDENTE, PELO SECRETÁRIO, E POR MAIS ALCUNS DIRE-
TORES PRESENTES, EM MACIÓ, 27 DE MARÇO DE 1989. XXXXXXXX

1. Djalma Ramos da Silva

1. José Américo dos Santos

1. Kicero Vital da Silva

1. Valério Alves de Araújo

1. José Elvino de Jesus

1. Valério Cícero dos Santos

Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de
1989. Prestação de Contas de 1988. TERMO DE NÃO COMPRE-
TIMENTO à primeira convocação.

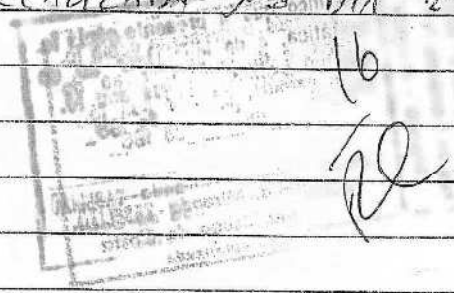
Das trinta e um dias do mês de março de mil
novecentos e oitenta e nove, às 13:00 (treze) horas, na
sede social do Sindicato dos Trabalhadores em Transpor-
tes Rodoviários no Estado de Alagoas, situada à rua
18 de setembro, 89 no bairro da Levada nesta cidade,
Sr. Djalma Ramos da Silva, Presidente do Sindicato, com-
teu pelo "Livro de Presença", que não havia número
igual e suficiente de associados para a instalação em
primeira convocação, da Assembleia Geral Ordinária,
regularmente convocada para deliberar sobre a Ore-
dem do Dia. Nestas circunstâncias, invocando o con-
tido no Edital de Convocação, o Sr. Presidente anun-
ciou aos presentes, que os trabalhos seriam ini-
ciados às 14:00 (quatro) horas, ou seja, uma
hora após a indicação para a primeira convo-

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
Rua do Comércio N.º 270
Maceió - Alagoas

Certifico que a presente cópia fotostática, é de igual teor ao do original, e foi doado, de que dou fé, em 27 de Maio de 1989.

celso
Celso S. Pontes de Miranda - TABELÃO
Nielze Maria Lisboa da Costa
Escritorinha Autorizada

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 27
DE MARÇO DE 1989..



- João Oscar S. F. de Santos
- ASD Paulo Santos de Oliveira
- Francisco B. S. S.
- Daniel Sena de Santa Cruz
- João Gilberto F. de
- João Wellington de Santa Cruz
- João Roberto de Oliveira
- Guilherme (Mestre) de Lima
- João Damiano dos Santos
- Henrique Costa de Oliveira
- João Roberto dos Santos
- João Fernando de Souza
- João Roberto Cabral de Silva
- João Roberto de Silva
- Roberto Zolotarev de Oliveira
- Roberto de Souza dos Santos
- João Roberto de Souza
- Roberto C. Silva
- Almeida Tereza A. Falco

CARTÓRIO DO 1.º OFFÍCIO
Rua do Comércio N.º 270
Maceió - Alagoas

Certifico que a presente cópia fotostática, é de igual teor ao do original existindo, nos autos do

Maceió de 04 de 1999

Celso S. Pontes da Silveira - TABELHA
Nelize Maria Lisboa da Costa
Escritoranda

EM MUÇIO, 08 DE ABRIL DE 1969. X X X X X X X X X X

+ Drogen Rausch der Jahre
 + psychische / also Jahre
 + 1911 1912 1913 1914 1915

AOS 19 (DEZENOVE) DIAS DO MÊS DE ABRIL DE 1989, ÀS 20:00 HORAS, EM SEGUNDA CONVOCAÇÃO, NO 1º ANDAR DO PALÁCIO DO TRABALHADOR, NA AV. APOCIRÁ LIMA, CENTRO, MACEIÓ-ALAGOAS, REUNIRAM-SE: A DIRETORIA DO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIARIOS NO ESTADO DE ALAGOAS E SEUS ASSOCIADOS, EMPREGADOS DAS EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES, OS QUAIS REPRESENTAVAM A MAIORIA ABSOLUTA DOS AUTORIZADOS DESSAS EMPRESAS, PARA DISCUTIREM E APRECIAREM A ORDEM DO DIA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO, PUBLICADO NO JORNAL DE HOJE, EDIÇÃO DE 14/04/89, CUJA ORDEM DO DIA ESPECÍFICA O SEGUINTE: DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA CONTRAPROPOSTA PATRONAL PARA O ACORDO COLETIVO DE TRABALHO, COM VIGÊNCIA A PARTIR DE 1º DE ABRIL DE 1989. O PRESIDENTE DA ENTIDADE SR. DIALMA RAMOS DA SILVA, AO CONSTATAR A PRESENÇA LEGAL DE ASSOCIADOS, CONSTITUIR A ASSEMBLÉIA, E DEU POR ABERTO A REUNIÃO, ORDENANDO QUE FOSSE FEITA A LEITURA DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO, E DA ATA ANTERIOR, QUE APÓS LIDA E LIDA CONFORME FOI A MESMA APROVADA POR UNANIMIDADE. COM A PALAVRA O PRESIDENTE INFORMOU AOS PRESENTES QUAL A FINALIDADE DA PRESENTE ASSEMBLÉIA, QUE SERIA TRANSMITIR A TODOS COMO OCORREU O ANDAMENTO DAS NEGOCIAÇÕES APROVADAS PARA CATEGORIA NA ASSEMBLÉIA DO DIA 21/04/89. COMPANHIEIROS TIVERAM REUNIDOS NA ORDEM, HOJE, DIA 19, ÀS 18:00 HORAS COM OS EMPREGADOS

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
Rua do Comércio N.º 270
Maceió - Alagoas

Certifico que a presente cópia fotostática, é de igual teor ao do original arquivado, de que dou fé.
Data 27 de Outubro de 1989

celso
Celso S. Pontes de Miranda - TABELÃO
Nielze Maria Lisboa da Costa
Escrivente Autorizada

Alcides
18
18

DAS EMPRESAS LIDER, IMUNILAR E TRABALHAR E AINDA O
REPRESENTANTE DA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO, SR. JO-
SE AUGUSTO, COM O OBJETIVO DE DARMOS INICIO AS NEGOCIA-
ÇÕES EM TORNO DAS NOSSAS REIVINDICAÇÕES. E O QUE TIVE-
MOS, APÓS DUAS HORAS DE DISCUSSÃO, COMO RESPOSTA, COMPANHAI-
ROS, FOI O QUE CONSIDERAMOS DE O CÚMULO DA INEQUIDADE,
E DE UM TÍPICO ATO DE IRONIA, POIS NADA NOS FOI OFERE-
CIDO EM CONTRAPROPÓSITA AS NOSSAS JUSTAS REIVINDICAÇÕES, E AINDA
FOI O NOSSO SINDICATO INUNDADO COMO SENDO O ÓRGÃO RE-
PRESENTANTE DA CLASSE DOS METEORITÓLOGOS - FINALIZOU ELE. EM SEGUI-
DA FRAQUEOU A PALAVRA E DELE FICOU USO O DENHEIRO DIRETO-
RES DO SINDICATO, PROFERINDO DISCURSOS AO SENTIDO DE DISPORER
NOS TRABALHADORES O ESPÍRITO DE LUTA, COMPANHEIRISMO, E ASSI-
DE TUDO DE UNIDADE. COMO OS RESULTADOS, ORIGINAMENTE, NÃO
ATENDERAM A ESPERANÇA DA CATEGORIA, FOI AUTORIZADO O
DIREITO DA DIRETORIA DO SINDICATO PRATICAR TODOS OS ATO
NECESSÁRIOS, JUNTO AOS EMPREENHORES E EM QUALQUER OC-
PACIÇÃO PÚBLICA, NO SENTIDO NEGOCIAR O ACORDO COLETIVO
DO TRABALHO NÃO HAVENDO O QUE MAIS DELIBERAR, O PRESI-
DENTE AGRADECU A PRESENÇA DE TODOS, DEU POR ENCERRA-
DO A REUNIÃO, E PARA COMENTAR AMARDOU LAVRAR A PRESENTE
ATA, QUE VAI DEVIDAMENTE ASSINADA, POR MIM, ADRIAL ASSINADA,
PELO PRESIDENTE, EM RIACHO DE ARRI, DE 1989, E R. P. R.

Adriano Silva
Ricardo Silva
Ricardo Silva
Ricardo Silva
Ricardo Silva

CARTÃO DO 1.º OFÍCIO
da do Conselho N.º 270
Maceió - Alagoas

Certifico que a presente cópia fotostática, é de igual teor ao original existente, do que dou fé.
Maceió, 5 de 10/1989

Celso S. Pontes de Miranda - Tabelião
Núcleo de São Leobor da Costa
Cartório notarial autônomo

19pl

RELACÃO DOS ASSOCIADOS PRESENTES A ASSEMBLEIA
GERAL EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NO DIA 19 DE ABRIL
DE 1989.

01. Palmir de Lima
02. João Gomes de S. L.
03. José Hilário de S. L.
04. José Márcio Cabral de S. L.
05. Almeida da Silva de S. L.
06. José Carlos de S. L.
07. Edvaldo Vieira de S. L.
08. João Henrique S. (Membro...)
09. João Francisco
10. João Hilário de S. L.
11. Almino Campos A. Filho
12. Danilo J. de S. L.
13. Cláudio Alves de S. L.
14. José Artur de S. L.
15. João de S. L.

CARTÓRIO DO 1.º OFÍCIO
Rua do Comércio N.º 270
Maceió - Alagoas

Certifico que a presente cópia é
fotostática, e de igual teor ao do
original exibido, e que deu fé
Maceió, 27 de 04 de 1999.

Calisto S. Pontes de Miranda
Nelize Maria Lisboa da Costa
Escritorinha Autorizada

SERVICO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DO TRABALHO/MTB
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM ALAGOAS
DIVISÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO-DRT

20
12

REUNIÃO REALIZADA EM 19.04.89

PROC.MTB.24120:001055/89

REQUERENTE: SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSP. RODOVIÁRIO NO ESTADO-ALAGOAS

REQUERIDOS: EMPRESAS DE TRANSPORTES DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA

PRESENTES: Presidente do Sindicato requerente, Sr. Djalma Ramos da Silva, acompanhado do Secretário e do Diretor para Assuntos Trabalhista; Presidente da Associação das Empresas de Vigilância, Sr. Cosmos Fernandes de Souza, que se fez acompanhar de seu Advogado Dr. Antonio Oliveira Melo; Nordeste Alagoas Vigilância e Transporte de Valores; JF. Serviços de Vigilância Ltda; Líder Serviços de Vigilância Ltda, estas representadas na pessoa do Sr. Cosmos Fernandes de Souza; Transporte Alagoas Vigilância de Valores, representada pelo Sr. Miguel Raimundo, Vigilância e Transporte de Valores-Imunilar, representada na pessoa do seu Sócio-Gerente Sr. Carlos Alberto Melo. Ausentes: Empresarial Vigilância Patrimonial Ltda e Vigilância Patrimonial e Bancária Ltda.

Iniciados os trabalhos, pelas 15:00 horas, no prédio da Delegacia Regional do Trabalho em Alagoas, situada na Rua Senador Mendonça, 91-centro-Maceió, com a mediação desta DRT/AL, presentes as partes supramencionadas, na ocasião foi concedida a palavra ao representante da classe obreira a fim de que, inicialmente, fizesse uma explanação com vistas a pauta de reivindicação.

Com a palavra, frisou o Sr. Presidente que a pauta reivindicatória já era de conhecimento das empresas, que visa a discussão das propostas ali inseridas e afinal o fechamento do acordo coletivo de trabalho, a vigorar a partir do dia 1º/04/89 a 31/03/90, em favor unicamente dos empregados motoristas dada a sua condição de diferenciados.

Em prosseguimento, o Sr. Mediador indagou do Presidente das Empresas de Vigilância, em função da natureza do assunto ali tratado, se esta era portadora de poderes de representação para com as empresas suscitadas. Respondendo, disse que tinha poderes somente em relação as empresas associadas enumerando: Líder Serviços de Vigilância; Nordeste Alagoas Vigilância e Transporte de Valores e JF. Serviços de Vigilância Ltda.

Em seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Associação das En

Empresas de Vigilância que, após ter considerações a respeito do assunto, convocou seu Advogado para em nome das empresas ali presentes dar continuidade às negociações, o que foi acatado pelos seus representantes.

Usando da palavra, levantou a seguinte questão: da inexistência de relação jurídica entre as empresas e o sindicato, pelo fato das mesmas não contribuírem sindicalmente para entidade sindical reivindicante, sendo parte legítima a Federação dos Empregados no Comércio do Norte e Nordeste, juntando na ocasião 03 declarações das empresas presentes constando desconto de taxa assistencial em favor da Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância no Estado de Alagoas e, ainda, 03 guias de recolhimento de contribuição sindical, referentes aos empregados, tendo como beneficiária a conta emprego e salário e Federação dos Empregados no Comércio do Norte e Nordeste, que ficaram fazendo parte do proc. de negociação.

Por sua vez, o Sr. Presidente da classe obreira, explicou que recebera orientação de sua Federação no sentido de que motorista pertence a uma categoria diferenciada. Mesmo assim, o representante das empresas, na pessoa de seu Advogado, teve considerações alegando que não considera motorista de empresa de valores como categoria diferenciada, bem como a competência para negociar trabalho e salário, em relação as citadas empresas, é da Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Norte e Nordeste.

Indagado o Sr. Mediador a respeito da matéria, este enfatizou que o motorista onde quer que esteja mantendo vínculo de emprego é considerado como categoria diferenciada, isolado da categoria profissional preponderante da empresa, afeto, portanto, à representação do Sindicato correspondente. Com referência a competência para representar as empresas em processo de negociação salarial, é um direito que lhes assiste em serem representadas e assistidas pela sua Federação, em face da inexistência do Sindicato que as representem, nada impedindo que, isoladamente, se assim desejarem, retomem as negociações e firmem os respectivos acordos.

Em face da negativa do Consultor Jurídico das empresas, que preferiu insistir na assistência da Federação ventilada, e do representante da classe obreira que optou pelo dissídio a esperar pelo acontecimento desse fato, pelo Sr. Mediador, tendo em vista nada mais haver a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente Ata

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ata a qual será visada pelo Sr. Delegado Regional do Trabalho em Alagoas.

[Handwritten signature]
José Augusto da S. Costa
Fiscal do Trabalho
Mat. 8552 - Cif 0359

VISTO
DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO/AL

[Handwritten signature]
José Inácio Henrique Pereira
Delegado Regional do Trabalho



SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIÁRIO
NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Maceió

Alagoas

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO QUE CELEBRAM DE UM LADO, O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS, AQUI REPRESENTADO POR SEU DIRETOR PRESIDENTE SR. OJALMA RAMOS DA SILVA E DE OUTRO AS EMPRESAS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES NO ESTADO DE ALAGOAS, NESTE ATO REPRESENTADAS POR SEUS DIRETORES, AFINAL ASSINADOS, NA FORMA ABAIXO:

CLÁUSULA PRIMEIRA: As empresas convenientes do presente Acordo Coletivo de Trabalho, reajustarão em 1º de abril de 1989, os salários de todos os seus empregados integrantes da Categoria Profissional Diferenciada dos Motoristas.

CLÁUSULA SEGUNDA: A data-base da categoria profissional, será de 1º de abril, sendo que o prazo de vigência deste Acordo será de 12 (doze) meses, com início em 1º de abril de 1989 e término em 31 de março de 1990, quando novas negociações deverão ser encetadas para análise e reexame de todas as cláusulas e condições deste Acordo Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA: As empresas convenientes do presente Acordo Coletivo de Trabalho ajustam-se no sentido de estabelecerem um Piso Salarial de NCZ\$. 447,30, para a categoria profissional suscitante.

CLÁUSULA QUARTA: Sobre o Piso Salarial estabelecido na cláusula terceira deste Acordo, deverá incidir qualquer percentual, a título de abono, resíduo ou qualquer outro reajuste decorrente da política salarial posta em prática pelo Governo Federal.

CLÁUSULA QUINTA: Serão mantidos e acrescidos ao salário ora estabelecido, as comissões e gratificações a título de produtividade ou qualquer outro título que as empresas convenientes costumeiramente ou por regulamento interno delas, concederem a categoria profissional.

CLÁUSULA SEXTA: As horas extras, serão remuneradas mediante a aplicação do percentual de 100% (cem por cento).

PARÁGRAFO ÚNICO: As empresas que já remunerem as horas extras através de outro critério mais benéfico à categoria profissional, fica inalterado esse procedimento.



SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIÁRIO
NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Macció

Alagoas

CLÁUSULA SÉTIMA: A Jornada de Trabalho será de 6:00 horas diárias, para todos os integrantes da categoria diferenciada dos Motoristas, empregados das empresas acordantes.

CLÁUSULA OITAVA: Fica certo que o adicional noturno será remunerado mediante a aplicação de 100% (cem por cento).

CLÁUSULA NONA: As empresas acordantes aplicarão sobre os salários de seus empregados motoristas, o percentual de 30% (trinta por cento) a título de adicional de periculosidade.

CLÁUSULA DÉCIMA: Fica assegurado a todos os integrantes da categoria profissional dos motoristas o aviso prévio proporcional ao tempo serviço sendo a respectiva remuneração de 1 (hum) mês de salário, para cada ano de trabalho, ou a fração igual ou superior a seis meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Quando ocorrer a despedida injusta, do empregado, as empresas acordantes terão o prazo máximo de 1 (hum) dia após o término do aviso prévio e quando indenizado, no prazo de 2 (dois) dias após a respectiva comunicação de dispensa, para efetuarem o pagamento das verbas rescisórias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Fica assegurado aos motoristas das empresas acordantes o direito as férias proporcionais, quando por ele for solicitado a dispensa e ter o mesmo menos de 1 (hum) ano de serviço na empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: As empresas convenientes do presente Acordo Coletivo, sem onerar os seus empregados motoristas, ficarão obrigadas a efetuarem o seguro de vida, em favor dos mesmos, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil cruzados novos).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: As empresas acordantes ficarão obrigadas a fornecer aos seus empregados motoristas, 2 (dois) litros de leite, sem ônus para os mesmos, diariamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A partir de 1º de abril, as empresas acordantes do presente Acordo Coletivo de Trabalho, equiparão todas suas viaturas com aparelho de ar condicionado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: As empresas se obrigam a fornecer gratuitamente a todos os seus empregados motoristas 4 (quatro) fardamentos, por ano, com postos de: 8 (oito) calças, 8 (oito) camisas, 8 (oito) pares de sapato e 8 (oito) pares de meias.



SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIÁRIO
NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Maceió

Alagoas

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Ficam as empresas convenientes, obrigadas a fornecer gratuitamente aos seus empregados motoristas, 30 (trinta) TICKET's Restaurantes, por mês, no valor de NCZ\$ 2,50 (dois cruzados novos e cinquenta centavos), cada.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Quando ocorrer a necessidade viagem, os motoristas terão direito a receberem antecipadamente a importância de NCZ\$ 14,91 (quatorze cruzados novos e noventa e um centavos), a título de diária.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Será considerado feriado, o dia 25 de julho - Dia do Rodoviário- para todos os integrantes da categoria diferenciada dos motoristas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: As empresas convenientes, se obrigam a fornecerem gratuitamente, por mês, 120 (cento e vinte) vales-transporte, para cada empregado motorista.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Serão eleitos em Assembléia Geral Extraordinária 2 (dois) delegados sindicais, em cada empresa, sendo lhes assegurado estabilidade ao serviço, durante o prazo de vigência deste instrumento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: As empresas descontarão no primeiro salário reajustado em decorrência deste Acordo Coletivo de Trabalho, de cada empregado motorista, em favor do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Alagoas, a importância equivalente a 1 (um) dia de salário, em folha de pagamento, devendo proceder o recolhimento do montante, aos cofres do Sindicato, até o quinto dia do mês subsequente ao do respectivo desconto, sob pena de não o fazendo, incorrer a multa de 50% (cinquenta por cento), aplicado sob o montante não recolhido, por dia de atraso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Por decisão da Assembléia Geral Extraordinária as empresas acordantes, se obrigam a descontar mensalmente, em folha de pagamento de seus empregados motoristas, a importância equivalente a 2% (dois por cento) de seus salários, revertido em favor do sindicato profissional, devendo efetuar o recolhimento do montante até o quinto dia do mês subsequente ao desconto, sob pena da multa fixada na cláusula anterior.

Continua



SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIÁRIO
NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Maceió

Alagoas

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: As cópias do presente Coletivo de Trabalho , deverão ser afixada nas sedes das entidades signatárias deste instrumento, dentro de 05 (cinco) dias contados da data do protocolo do mesmo junto a DRT/AL, obedecendo-se, assim o disposto no Art. 614 da CLT e Decreto 229/67.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: As entidades convenentes, objetivando a manutenção do equilíbrio das relações sindicais e do liame empresa-empregado, se comprometem a fazer respeitar as cláusulas constantes deste Acordo Coletivo e a manter diálogo para dirimir quaisquer conflitos que possam decorrer do descumprimento de suas cláusulas ou de incorreta interpretação das mesmas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: As partes convenentes estando de comum acordo com todas as disposições deste instrumento e em estrito cumprimento à decisão de suas respectivas Assembléias Gerais Extraordinárias, convocadas para esse fim específico, firmam o presente Acordo Coletivo de Trabalho, que foi datilografado em 04 (quatro) laudas de igual teor, que após lida e achada conforme vai também assinada ou rubricada para que produza todos os efeitos de direito, ficando uma cópia para cada uma seguindo outra para registro na DRT/AL, face o quanto preceitua o Art. 625 da CLT, sendo que as eventuais controvérsias resultantes da aplicação de suas cláusulas, envolvendo relação de trabalho, serão dirimidas pela Justiça do Trabalho, em dissídio individual que possa a vir ser instaurado.

Maceió, 28 de março de 1989.

Dyáher Ramos da Silva
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
NO ESTADO DE ALAGOAS.



SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIARIO

NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Maceió

Alagoas

OF. STTR/AL Nº 023/89

Maceió, 28 de março de 1989

Ilm^{as}. Sr.

Dr. José Ib Henrique Pedroza

MD. Delegado Regional do Trabalho em Alagoas.

Senhor Delegado:

Tem o presente, o objetivo de levar ao conhecimento de V.Sa que este sindicato fez realizar no dia 27 de março de 1989, às 19 horas, no 1º andar do Palácio do Trabalhador, uma Assembléia Geral Extraordinária, com os empregados motoristas das Empresas de Transportes de Valores no Estado de Alagoas, com a finalidade de discutir e aprovar as reivindicações, que afinal negociadas, formarão o Acordo Coletivo de Trabalho, que passará a vigor a partir de 1º de abril de 1989. Seguem anexo as cópias: da pauta de reivindicações, dos ofícios enviados as empresas e do edital de convocação.

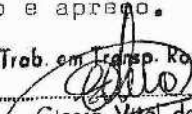
Informamos ainda, que foram suscitadas as seguintes empresas: Transporte Alagoas Vigilância de Valores, Av. Siqueira Campos, 1871, Tropicão da Barra; EPBAL- Vigilância Patrimonial e Bancária Ltda, Rua Guedes Gondim, 106, Levada; Empresarial Vigilância Patrimonial Ltda, Av. Comendador Leão, 495, Poço; Lider Serviços de Vigilância Ltda, Rua Comandador Calmon, 149, Poço; Vigilância e Transportes de Valores Imunilar Rua do Imperador, 510, Centro; JF- Serviços de Vigilância Ltda., Rua Barão de Alagoas, 453, Centro; Nordeste Alagoas Vigilância e Transportes de Valores Ltda., Rua Belo Horizonte, 21, Farol.

Assim, tomamos a liberdade de solicitar de V.Sa., a convocação dos representantes das empresas acima citadas, para uma reunião no dia 31/03/89, nessa DRT/AL, com a finalidade de darmos início as negociações.

Na certeza de mais uma vez contarmos com a vossa atenção, cobrimos do ensejo para externarmos os nossos agradecimentos, reiterando na oportunidade protestos de estima consideração e apreço.

Atenciosamente.

Sindicato dos Trab. em Transp. Rodoviários no Est. de Al.


Cicero Vital da Silva
Diretor p/assuntos trabalhistas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO
RECIFE

TÉRMO DE AUTUAÇÃO E REVISÃO DE FOLHAS

Aos 28 dias do mês de abril de 19 89
autuei o presente Período Coletivo
o qual tomou o nº DC-38/89
contendo 28 folhas, todas numeradas.

OBS: -

72

Serviço de Cadastramento Processual

REMESSA

Nesta data faço remessa destes autos ao

6.8

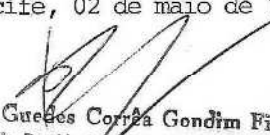
Recife, 28.04.89

Ulanath

Diretor do S.C.P.

Na forma do art.866, consolidado, delego a uma das Juntas de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, mediante distribuição, as atribuições de que tratam os arts.860 e 862, da CLT.

Recife, 02 de maio de 1989.


José Guedes Corrêa Gondim Filho
Juiz Presidente T.R.T. Sexta Região

T. R. T. — 6ª REGIÃO

D. F. M.

Reg. sob o n.º B - 08/11

Dist. a 2 JCS

Maceió, 04/05/1989


DIRETOR DA D. F. M.

JUSTIÇA DO TRABALHO JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DISTRIBUIÇÃO	Reclamante SIND; DOS TRAB; EM TRANSP; ROD; DO E; DE ALAGOAS		
	Reclamado TRANSPORTE ALAGOAS VIG; E TRANSP; DE VALROES L		
	Local: MACÉIO	Data: 04.05.89	N.º E(38) 08/89 E OUTROS (6
	Objeto: Dissídio Coletivo		
	audiência 08.05.89 às 9h45 horas		
	E S P É C I E		
	Verbal	☒ Escrita..... Documentos	
Distribuído à..... 2ª Junta de Conciliação e Julgamento			
Juiz Distribuidor		Distribuidor	



2a JUNTADA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Maceió

D-C
NOTIFICAÇÃO PROC. 38/89

Sr. TRANSPORTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA
AV. SIQUEIRA CAMPOS, 1871 - TRAPICHE DA BARRA
N E S T A

ASSUNTO: Reclamação apresentada por:
SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIÁRIO NO EST. DE ALAGOAS

Fica V. S.ª notificado, pela presente, a comparecer perante à _____, Junta
de Conciliação e Julgamento JUSTIÇA DO TRABALHO
na _____ 2a J.C.J. - Maceió - AL
_____ Av. Moreira e Silva, 863
_____ Farol - Maceió - AL
às 08:45 horas do dia 08 do mês de maio de 19 89.
à audiência relativa à reclamação constante da cópia anexa.

Nessa audiência deverá V. S.ª apresentar as provas que julgar necessá-
rias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 3 (três).

O não comparecimento de V. S.ª à referida audiência importará o julga-
mento da questão à sua revelia e a aplicação da pena de confissão, quanto
à matéria de fato.

Nessa audiência deverá V. S.ª estar presente, independentemente do com-
parecimento de suas representantes, sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo
gerente ou por qualquer preposto, credenciado, que tenha conhecimento do fato
e cujas declarações obrigarão o proponente.

Maceió, AL. _____, 04 de maio de 19 89.

Diretor do Secretária



31

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
2ª JUNT A DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Maceió

NOTIFICAÇÃO DO 38/89

Sr. EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ALAGOANA LTDA - EPSAL
RUA DR. GUEDES GONDIEM, 106 - LEVADA
N E S T A

ASSUNTO: Reclamação apresentada por:
SIND. DOS TRAB. EM TRANSP. RODOVIÁRIO DO ESTADO DE ALAGOAS

Fica V. S.ª notificado, pela presente, a comparecer perante à Junta de Conciliação e Julgamento JUSTIÇA DO TRABALHO
na 2ª J.C.J. - Maceió - AL
Av. Moreira e Silva, 863
às 8:45 horas do dia 03 do mês de maio de 1989
à audiência relativa à reclamação constante da cópia anexa.

Nessa audiência deverá V. S.ª apresentar as provas que julgar necessárias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 3 (três).

O não comparecimento de V. S.ª à referida audiência importará o julgamento da questão à sua revelia e a aplicação da pena de confissão, quanto à matéria de fato.

Nessa audiência deverá V. S.ª estar presente, independentemente do comparecimento de suas representantes, sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer preposto, credenciado, que tenha conhecimento do fato e cujas declarações obrigarão o proponente.

Maceió, AL., 04 de maio de 1989.

Diretor de Secretaria



32

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Maceió

NOTIFICAÇÃO DC 38/89

Sr. Empresarial Vigilância Patrimonial Ltda
Av. Comendador Leão, 495 - POÇO

ASSUNTO: Reclamação apresentada por:

SIND. DOS TRAB. EM TRANSP. ROBERTO NO ESTADO DE ALAGOAS

Fica V. S.^a notificado, pela presente, a comparecer perante à _____, Junta
de Conciliação e Julgamento JUSTIÇA DO TRABALHO
na _____ 2ª J.C.J. - Maceió - AL
Av. Moreira e Silva, 863
Favel - Maceió - AL
às 8:45 horas do dia 08 do mês de maio de 19 89
à audiência relativa à reclamação constante da cópia anexa.

Nessa audiência deverá V. S.^a apresentar as provas que julgar necessárias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 3 (três).

O não comparecimento de V. S.^a à referida audiência importará o julgamento da questão à sua revelia e a aplicação da pena de confissão, quanto à matéria de fato.

Nessa audiência deverá V. S.^a estar presente, independentemente do comparecimento de suas representantes, sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer preposto, credenciado, que tenha conhecimento do fato e cujas declarações obrigarão o proponente.

Maceió, AL, 04 de maio de 1989.


Diretor de Secretaria



33

2ª
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Maceió

NOTIFICAÇÃO DE 38/89

Sr. LIDER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA

RUA SENADOR CALMON - 149 - POÇO

N E S T A

ASSUNTO: Reclamação apresentada por:
SIND. DOS TRAB. EM TRANSPORTES ROD. NO ESTADO DE ALAGOAS

Fica V. S.^a notificado, pela presente, a comparecer perante à _____, Junta
de Conciliação e Julgamento JUSTIÇA DO TRABALHO
na _____ 2ª J.C.J. - Maceió - AL
Av. Moreira e Silva, 863
Farol - Maceió - AL
às 8:45 horas do dia 08 do mês de maio de 19 89
à audiência relativa à reclamação constante da cópia anexa.

Nessa audiência deverá V. S.^a apresentar as provas que julgar necessá-
rias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 3 (três).

O não comparecimento de V. S.^a à referida audiência importará o julga-
mento da questão à sua revelia e a aplicação da pena de confissão, quanto
à matéria de fato.

Nessa audiência deverá V. S.^a estar presente, independentemente do com-
parecimento de suas representantes, sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo
gerente ou por qualquer preposto, credenciado, que tenha conhecimento do fato
e cujas declarações obrigarão o proponente.

Maceió, AL., 04 de maio de 19 89.


Diretor da Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

28 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Maceió

NOTIFICAÇÃO DE 33/89

Sr. VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES IMUNILAR LTDA
RUA DO IMPERADOR, 510 - CENTRO

ASSUNTO: Reclamação apresentada por:
SIND. DOS TRAB. EM TRANSPORTES ROD. NO ESTADO DE ALAGOAS

Fica V. S.^a notificado, pela presente, a comparecer perante à _____, Junta
de Conciliação e Julgamento JUSTIÇA DO TRABALHO
na _____ 2a J.C.J. - Maceió - AL
Av. Moreira e Silva, 863
às 8:45 horas do dia 03 do mês de maio de 1989
à audiência relativa à reclamação constante da cópia anexa.

Nessa audiência deverá V. S.^a apresentar as provas que julgar necessá-
rias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 3 (três).

O não comparecimento de V. S.^a à referida audiência importará o julga-
mento da questão à sua revelia e a aplicação da pena de confissão, quanto
à matéria de fato.

Nessa audiência deverá V. S.^a estar presente, independentemente do com-
parecimento de suas representantes, sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo
gerente ou por qualquer preposto, credenciado, que tenha conhecimento do fato
e cujas declarações obrigarão o proponente.

Maceió, AL, 04 de maio de 1989.


Diretor da Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Maceió

NOTIFICAÇÃO DO 38/89

Sr. NOROESTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA
RUA BELO HORIZONTES, 21 - FAROL

ASSUNTO: Reclamação apresentada por:

SIND. DOS TRAB. EM TRANSPORTES ROD. NO ESTADO DE ALAGOAS

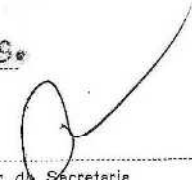
Fica V. S.ª notificado, pela presente, a comparecer perante a _____ª, Junta
de Conciliação e Julgamento JUSTIÇA DO TRABALHO
na _____ 2ª J.C.J. - Maceió - AL
às _____ Av. Moreira e Silva, 863
04:45 horas do dia 08 do mês de maio de 19 89.
à audiência relativa à reclamação constante da cópia anexa.

Nessa audiência deverá V. S.ª apresentar as provas que julgar necessá-
rias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 3 (três).

O não comparecimento de V. S.ª à referida audiência importará o julga-
mento da questão à sua revelia e a aplicação da pena de confissão, quanto
à matéria de fato.

Nessa audiência deverá V. S.ª estar presente, independentemente do com-
parecimento de suas representantes, sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo
gerente ou por qualquer preposto, credenciado, que tenha conhecimento do fato
e cujas declarações obrigarão o proponente.

Maceió, AL. 04 de maio de 19 89.


Diretor da Secretaria



36

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO de Maceió

NOTIFICAÇÃO DE 38/89

Sr. J. S. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA
RUA BARÃO DE ALAGOAS, 453 - CENTRO
N E S T A

ASSUNTO: Reclamação apresentada por:

SIND. DOS TRAB. EM TRANSP. ROD. DO ESTADO DE ALAGOAS

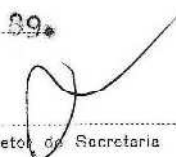
Fica V. S.ª notificado, pela presente, a comparecer perante a Junta de Conciliação e Julgamento JUSTIÇA DO TRABALHO
na 2ª J.C.J. - Maceió - AL
Av. Moreira e Silva, 863
Farol - Maceió - AL
às 8:45 horas do dia 08 do mês de maio de 1989
à audiência relativa à reclamação constante da cópia anexa.

Nessa audiência deverá V. S.ª apresentar as provas que julgar necessárias, constantes de documentos ou testemunhas, estas no máximo de 3 (três).

O não comparecimento de V. S.ª à referida audiência importará o julgamento da questão à sua revelia e a aplicação da pena de confissão, quanto à matéria de fato.

Nessa audiência deverá V. S.ª estar presente, independentemente do comparecimento de suas representantes, sendo-lhe facultado fazer-se substituir pelo gerente ou por qualquer preposto, credenciado, que tenha conhecimento do fato e cujas declarações obrigarão o proponente.

Maceió, AL, 04 de maio de 1989.


Diretor da Secretaria



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE Maceió

PROC. DC 38/89

Destinatário: SIND. DOS TRAB. EM TRANSPORTES ROD. NO ESTADO DE ALAGOAS

Endereço: RUA 16 DE SETEMBRO, 89 - LEVADA

N E S T A

Através da presente, fica V. Sa., notificado para o fim declarado no item... 05..

- ☐ — 01 — Apresentar artigos de liquidação
cálculos
- ☐ — 02 — Assinar termo de compromisso, como perito
- ☐ — 03 — Ciência de decisão (cópia anexa).
- ☐ — 04 — Ciência de despacho.....
- ☒ — 05 — Comparecer à audiência do dia 08 / 05 / 89 às 8:45 horas
- ☐ — 06 — Comparecer à Secretaria para.....
- ☐ — 07 — Comprovar depósito.....
- ☐ — 08 — Contestar artigos de liquidação
- ☐ — 09 — Contra arrazoar recurso ordinário
- ☐ — 10 — Contra arrazoar Agravo instrumento
petição
- ☐ — 11 — Depositar Cr\$..... referente.....
- ☐ — 12 — Entregar as guias do FGTS.
Recaber
- ☐ — 13 — Entregar laudo pericial
- ☐ — 14 — Falar sobre.....
- ☐ — 15 — Fornecer endereço.....
- ☐ — 16 — Impugnar embargos à Penhora
de terceiros
- ☐ — 17 — Prestar depoimento, como testemunha: dia...../.....às.....
horas. A ausência importará na aplicação da multa até um salário mínimo
além de condução coercitiva.
- ☐ — 18 — Receber guias, na Secretaria, para recolhimento de custas no valor de
Cr\$.....
- ☐ — 19 — OBS.:

Prazo.....Pena.....

Em 05 / 05 / 89

Diretor de Secretaria

↓
V



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

.....JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO D.....

ANOTAÇÕES DO SERVIDOR DO CORREIO

Não sendo encontrado o destinatário, ou no caso de recusa do recebimento, fica o correio obrigado, sob pena de responsabilidade do servidor, a devolver esta no prazo de 48 horas, tudo na forma da lei

— Parágrafo único do Artigo 774 da C. L. T.

DC 38/89 - VIGILÂNCIA E TRANSP. DE VALORES IMOBILIÁRIOS - LAR LTDA

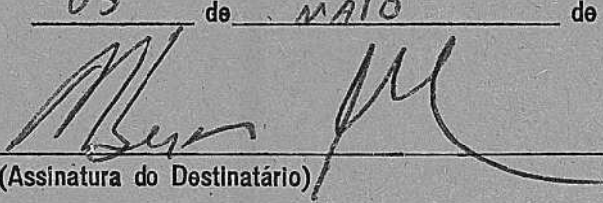
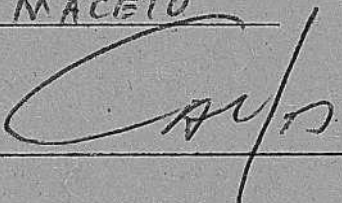
AVISO DE RECEBIMENTO

AUD. 08.05.89 - 8:45 horas.

Número do Registrado _____

Data do Registro _____

R E C E B I

MACEDO 05 de MAIO de 19 89

(Assinatura do Destinatário)

NOTA - Este recibo deve ser datado e assinado a tinta e devolvido diretamente pela primeira mala como correspondência ordinária a pessoa indicada na fase I
JCJ Mod. 45

938



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

____ Junta de Conciliação e Julgamento do _____

(Repartição para onde deve ser devolvido este "AR")

PERNAMBUCO
BRASIL

DCZ 38/89 - JF SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA

AVISO DE RECEBIMENTO

AUD. 08.05.89 - 8:45 horas.

Número do Registrado _____

Data do Registro _____

R E C E B I

_____ de _____ de 19 _____

(Assinatura do Destinatário)

NOTA - Este recibo deve ser datado e assinado a tinta e devolvido diretamente pela primeira mala como correspondência ordinária a pessoa indicada na fase I
JCJ Mod. 45

269



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

____ Junta de Conciliação e Julgamento do _____

(Repartição para onde deve ser devolvido este "AR")

PERNAMBUCO
BRASIL

PROC. DO 38/89 - TRANSPORTE ALAGOAS VIG. E TRANSP. DE VA-

LOPES LTDA

AVISO DE RECEBIMENTO

Aud. 08.05.89 - 8:45 horas.

Número do Registrado _____

Data do Registro _____

R E C E B I

MACEIO 05 de MAIO de 19 89
X _____
(Assinatura do Destinatário)

NOTA - Este recibo deve ser datado e assinado a tinta e devolvido diretamente pela primeira mala como correspondência ordinária a pessoa indicada na fase I
JCJ Mod. 45

7 50



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

____ Junta de Conciliação e Julgamento do _____

(Repartição para onde deve ser devolvido este “AR”)

PERNAMBUCO
BRASIL

DC 38/89

NORDESTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES
DE VALORES LTDA.

AVISO DE RECEBIMENTO

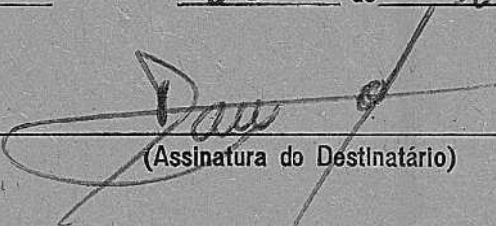
AUD. 08.05.89 - 8:45 horas.

Número do Registrado _____

Data do Registro _____

R E C E B I

MACEIO 05 de MAIO de 1989



(Assinatura do Destinatário)

NOTA - Este recibo deve ser datado e assinado a tinta e devolvido diretamente pela
primeira mala como correspondência ordinária a pessoa indicada na fase I
JCJ Mod. 45

85



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

____ Junta de Conciliação e Julgamento do _____

(Repartição para onde deve ser devolvido este "AR")

PERNAMBUCO
BRASIL

PROC. DC 38/89 - EMPRESARIAL VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA

AVISO DE RECEBIMENTO

AUD. 08.05.89 - 8:45 horas.

Número do Registrado _____

Data do Registro _____

R E C E B I

MACEIO 05 de maio de 19 89

Juliano Costa dos Santos
(Assinatura do Destinatário)

NOTA - Este recibo deve ser datado e assinado a tinta e devolvido diretamente pela primeira mala como correspondência ordinária a pessoa indicada na fase I
JCJ Mod. 45

2
26



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

____ Junta de Conciliação e Julgamento do _____

(Repartição para onde deve ser devolvido este "AR")

PERNAMBUCO
BRASIL

38/89 - EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ALAGOANA LTDA

AVISO DE RECEBIMENTO

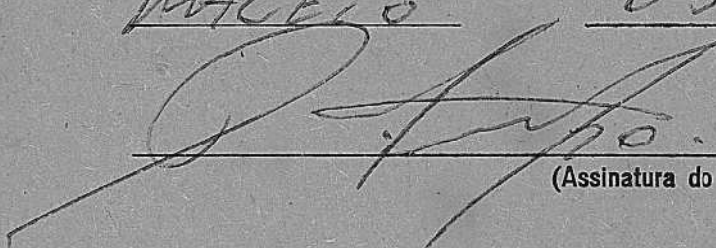
AUD. 08.05.89 - 8:45 horas.

Número do Registrado _____

Data do Registro _____

R E C E B I

MACEIO 05 de 05 de 19 89


(Assinatura do Destinatário)

NOTA - Este recibo deve ser datado e assinado a tinta o devolvido diretamente pela primeira mala como correspondência ordinária a pessoa indicada na fase I
JCJ Mod. 45

843



PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA DO TRABALHO

Junta de Conciliação e Julgamento do _____

(Repartição para onde deve ser devolvido este "AR")

NÃO TEMOS TRANSPORTE
DE VALORES, NEM

~~FAZ~~ MOTORISTA

PERNAMBUCO
BRASIL

R. A. no.

DC 38/89 - RIND. DOS TRAB. EM TRANSPORTES ROD. DE ALAGOAS

AVISO DE RECEBIMENTO

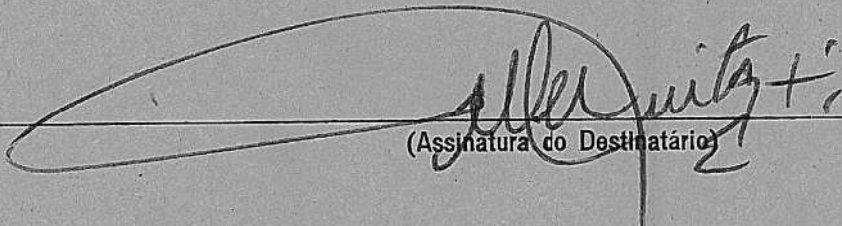
AUD. 08.05.89 - 8:45 horas.

Número do Registrado _____

Data do Registro _____

R E C E B I

MAUEW 05 de MAIO de 19 89


(Assinatura do Destinatário)

NOTA - Este recibo deve ser datado e assinado a tinta e devolvido diretamente pela primeira mala como correspondência ordinária a pessoa indicada na fase I
JCJ Mod. 45

52



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

____ Junta de Conciliação e Julgamento do _____

(Repartição para onde deve ser devolvido este "AR")

PERNAMBUCO
BRASIL

IDER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA

- D C 38/ 89

AVISO DE RECEBIMENTO

AUD. 08.05.89 - 8:45 horas.

Número do Registrado _____

Data do Registro _____

R E C E B I

Paris 05 de maio de 19 89

[Assinatura]
(Assinatura do Destinatário)

NOTA - Este recibo deve ser datado e assinado a tinta e devolvido diretamente pela primeira mala como correspondência ordinária a pessoa indicada na fase I
JCJ Mod. 45

15



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

____ Junta de Conciliação e Julgamento do _____

(Repartição para onde deve ser devolvido este "AR")

PERNAMBUCO
BRASIL



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

..... JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO *Maia*

JUNTADA

Nesta data, faço juntada aos presentes autos da de
de que se seguem
.....

Em
Recife, 08/05/89

.....
Diretor de Secretaria



48
2

Poder Judiciário — Justiça do Trabalho 6a. Região
2ª — Junta de Conciliação e Julgamento — de Maceió

ATA DE CONCILIAÇÃO E INSTRUÇÃO DO DISSÍDIO
COLETIVO Nº TRT-38/89-ENTRE PARTES: SUSCITANTE-SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS E SUSCITADO-TRANSPORTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA. E OUTROS(06)

Aos oito dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às oito e quarenta e cinco horas(8.45hs.), na sala de audiências da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL., presente o Exmº. Sr. Juiz Presidente da Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió, Dr. João Batista da Silva, que por delegação, do Egrégio T.R.T. da 6ª Região, com base nos arts. 860 e 862 da CLT. preside a presente audiência, compareceram: o bel. Alfredo dos Santos Mesquita e o Sr. Presidente do Sindicato Suscitante, Sr. Djalma Ramos da Silva, com procuração nos autos, fls. 07 e as empresas Suscitadas, todas presentes, representadas por seu procurador e advogado, bel. Antônio Oliveira Melo, conforme requerimento e procuração anexo, com exceção da Empresa -Empresarial Vigilância Patrimonial e Bancária Ltda, representada pelo Sr. Diretor-Presidente, Edvard Pedrosa da Costa. Aberto os trabalhos, o patrono dos Suscitados apresentou memorial em uma(01) lauda, requerendo prazo para fazer sua resposta, haja vista não ter tido tempo suficiente para examinar os autos. O Sr. Juiz Presidente atendeu o pedido, por constatar terem sido os suscitados notificados na sexta-feira, última, dia 05(cinco) do corrente, não transcorrendo cinco dias entre a citação e o dia desta audiência. Em seguida, designado o dia 12.05.1988(doze de maio do corrente ano)às 8.05hs.(oito e cinco horas).Concedido prazo de 24hs. para o patrono dos suscitados ter vista dos autos, fora da Secretaria. Partes cientes-


Dr. João Batista da Silva


Elenilda Rosa e Silva Santos

48

Antonio O. Melo
Advogado OAB/AL 2.014

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA 2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MACEIÓ
REPRESENTANTE DO PRESIDENTE DO T.R.T. - SEXTA REGIÃO.

NOTIFICAÇÃO Nº DC 38/89
DISSÍDIO COLETIVO

TRANSPORTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA.,
J.F. Serviços de Vigilância Ltda.,
EPSAL - EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ALAGOANA LTDA., LÍDER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA.,
VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES IMUNILAR LTDA. E NORDESTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA., POR SEU ADVOGADO, ABAIXO ASSINADO, COM ESCRITÓRIO NO EDIFÍCIO BREDÁ, SALAS 917/920, NA RUA DR. LUIS PONTES DE MIRANDA, 42 CENTRO, MACEIÓ, AL., PARA ONDE DEVERÃO SEREM ENVIADAS AS INTIMAÇÕES, DEVIDAMENTE INSCRITO NA OAB/AL SOB O Nº 2.014, VEM RESPEITOSAMENTE PERANTE V.Exa., EXPOR E REQUERER COMO SEGUE:

- QUE SENDO NOTIFICADAS DE DISSÍDIO COLETIVO, PROPOSTO PELO SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS, NO ÚLTIMO DIA 5.5.89, VEM COM FUNDAMENTO NOS ARTIGOS 860; 775; 769 E 89 PARÁGRAFO ÚNICO, TODOS DA CLT E ARTIGOS 278 E 241 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, REQUERER À V.Exa., QUE CONCEDA-SE AS CITADAS EMPRESAS, O PRAZO ESTABELECIDO POR LEI, DE 10 DIAS, DA CITAÇÃO À AUDIÊNCIA, NO SENTIDO DE SE POSSA ANALIZAR A PROPOSTA DO DISSÍDIO, VISTO QUE AS NEGOCIAÇÕES EXTRA-JUDICIAIS ESCOTARAM-SE, CONFORME FAZ JUNTAR CÓPIA DA ATA DA PRIMEIRA E ÚLTIMA REUNIÃO, REALIZADA NA DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM ALAGOAS, E QUE NESTES TERMOS, PEDE E ESPERA DEFERIMENTO, POR SER DE JUSTIÇA.

MACEIÓ, AL., 08 DE MAIO DE 1.989


ANTONIO OLIVEIRA MELO

49
2

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE (S): LIDER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA,
C.G.C. 12.489.100/0001-02, estabelecida na RUA SALVADOR CALMON, 141 - POÇO -
MACEIÓ - ALAGOAS

OUTORGADO: ANTONIO OLIVEIRA MELO, inscrito na OAB sob nº 2014-AL,
CPF-103.833.607-49, com escritório no Edifício Breda, Salas 917 a
920, na rua Dr. Pontes de Miranda, 42 - Centro, Maceió - Alagoas.

PODERES: outorgando poderes especiais para representar em dicídios cole-
tivos

para o que concede poderes para o foro em geral e ainda para firmar
transação, confessar, receber e dar quitação, firmar compromisso,
requerer desistência ou concordar com esta, propor ações ou contes-
tar em qualquer juízo ou instância, recorrer, receber citação ini-
cial e substabelecer, com ou sem reserva de poderes, podendo atuar
em conjunto ou separadamente.

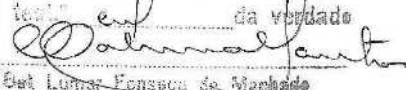
Maceió, Al. 08 de maio de 19 89


Lider Serviços de Vigilância Ltda.

Cosme Fernandes de Sousa
Sócio - Gerente

Reconheço a Firma de
Cosme Fernandes
de Sousa - Dow Jr
Maceió 08 de Maio de 1989

Em test. em da verdade


Det. Luiz Feres Fonseca da Machado

4.º TABELIONATO

Luiz Feres Fonseca da Machado
Maria Jose Medeiros de Oliveira
Celia Calral Santos
SUBSTITUTOS
17/11/89 - AL

III - ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE
POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.
LIDER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.



Pelo presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social, LIDER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., pessoa jurídica, estabelecida nesta Cidade, Capital do Estado de Alagoas, na Rua Salvador Galmon, 141 - Poço, com C.G.C. (MF) sob o nº 12.287.207/0001-78, neste ato representada pelo seu Sócio - Gerente abaixo assinado, COSME FERNANDES DE SOUSA, brasileiro, casado, comerciante, C.P.F. nº 003.685.204-04, Cédula de Identidade nº 132.085-SSP/AL., e MARIA LENTILDE GOUVEIA DE SOUSA, brasileira, casada, comerciante, C.P.F. nº 210.363.144-72 e Cédula de Identidade nº 261.266-SSP/AL., ambos residentes e domiciliados na Rua Major José Tenório L. Lins, 33 - Loteamento Murilópolis, Serraria - Maceió/AL., únicos sócios componentes da Sociedade por Quotas de Responsabilidade Ltda., cujo Contrato Social e posteriores alterações, foram consolidadas e registradas na Junta Comercial do Estado de Alagoas, tendo a última alteração recebido o número..... 2/27200103370 em 02/05/88, veem de comum acordo alterar a Cláusula 1 da Última Alteração Contratual, o que fazem da seguinte maneira:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CAPITAL SOCIAL

O capital que é de Cz\$ 4.000.000,00 (Quatro Milhões de Cruzados), referente a 400.000 (Quatrocentas Mil) quotas de Cz\$ 10,00 (Dez Cruzados), cada uma, totalmente integralizado pelos sócios, passa a ser Cz\$ 25.000.000,00 - (Vinte e Cinco Milhões de Cruzados), dividido em 25.000 (Vinte e Cinco Mil) quotas de Cz\$ 1.000,00 (Hum Mil Cruzados) cada uma, cujo aumento de capital, será efetivado pela incorporação da Correção Monetária do Capital Realizado e as Reservas Acumuladas, existentes no Balancete de Verificação encerrado em 31.10.1988 no valor de Cz\$ 20.244.800,00 (Vinte Milhões, Duzentos e Quarenta e Quatro Mil e Oitocentos Cruzados), referente a Cz\$ 20.244,80 (Vinte Mil, Duzentos e Quarenta e Quatro Vírgula Oitenta) quotas de Cz\$ 1.000,00 (Hum Mil Cruzados) cada uma, mais Cz\$ 755.200,00 (Setecentos e Cinquenta e Cinco Mil e Duzentos Cruzados), correspondente a 755,20 (Sete centas e Cinquenta e Cinco Vírgula Vinte) quotas de..... Cz\$ 1.000,00 (Hum Mil Cruzados) cada uma, em moeda corrente do País, que será subscrito e integralizado pelos sócios da seguinte maneira:

LIDER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - Além de suas 320.000 (Trezentas e Vinte Mil) quotas de Cz\$ 10,00 (Dez Cruzados) cada uma, no valor de..... 3.200.000,00 (Três Milhões e Duzentos Mil Cruzados), totalmente integralizado, subscreve e integraliza mais 16.800 (Dezesseis Mil e Oitocentas) quotas de..... Cz\$ 1.000,00 (Hum Mil Cruzados) cada uma, no valor de Cz\$ 16.800.000,00 (Dezesesseis Milhões e Oitocentos Mil Cruzados), sendo da seguinte forma:
Cz\$ 16.195.840,00 (Dezesesseis Milhões, Cento e noventa e Cinco Mil e Oitocentos e

ou capital

51

Quarenta Cruzados), que equivale a 16.195,84 (Dezesseis Mil, Cento e Noventa e Cinco Vírgula Oitenta e Quatro) quotas, pela Correção Monetária do Capital Realizado e as Reservas existentes, conforme Balancete de Verificação encerrado em 31.10.88 e mais Cz\$ 604.160,00 (Seiscentos e Quatro Mil, Cento e Sessenta Cruzados), equivalente a 604,16 (Seiscentas e Quatro, Vírgula Dezesseis) quotas em moeda corrente do País, totalizando uma participação de Cz\$ 20.000.000,00 (Vinte Milhões de Cruzados), equivalente a 20.000 (Vinte Mil) quotas.

COSSME FERNANDES DE SOUSA - Além de suas 60.000 (Sessenta Mil) quotas de Cz\$ 10,00 (Dez Cruzados) cada uma, no valor de Cz\$ 600.000,00 (Seiscientos Mil Cruzados), totalmente integralizado, subscreve e integraliza mais 3.150 (Três Mil, Cento e Cinquenta) quotas de Cz\$ 1.000,00 (Um Mil Cruzados) cada uma, no valor de Cz\$ 3.150.000,00 (Três Milhões, Cento e Cinquenta Mil Cruzados) que serão da seguinte maneira:

3.036,72 (Três Mil, Trinta e Seis Vírgula Setenta e Duas) quotas, pela Correção Monetária do Capital Realizado e Reservas existentes, conforme Balancete de Verificação encerrado em 31.10.88, no valor de Cz\$ 3.036.720,00 (Três Milhões, Trinta e Seis Mil, Setecentos e Vinte Cruzados) e mais 113,28 (Cento e Treze Vírgula Vinte e Oito) quotas, no valor de Cz\$ 113.280,00 (Cento e Treze Mil, Duzentos e Oitenta Cruzados) em moeda corrente do País, totalizando sua participação de Cz\$ 3.750.000,00 (Três Milhões, Setecentos e Cinquenta Mil Cruzados), equivalente a 3.750 (Três Mil, Setecentos e Cinquenta) quotas.

MARIA LENILDE GOUVEIA DE SOUSA - Além de suas 20.000 (Vinte Mil) quotas de Cz\$ 10,00 (Dez Cruzados) cada uma, no valor de Cz\$ 200.000,00 (Duzentos Mil Cruzados), totalmente integralizado, subscreve e integraliza mais 1.050 (Um Mil e Cinquenta) quotas de Cz\$ 1.000,00 (Um Mil Cruzados) cada uma, no valor de Cz\$ 1.050.000,00 (Um Milhão e Cinquenta Mil Cruzados), que será da seguinte maneira:

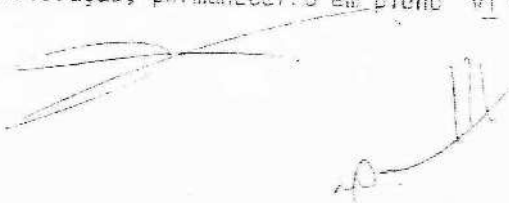
1.012,24 (Uma Mil e Doze Vírgula Vinte e Quatro) quotas, no valor de..... Cz\$ 1.012.240,00 (Um Milhão, Doze Mil e Duzentos e Quarenta Cruzados), pela Correção Monetária do Capital Realizado e as Reservas existentes no Balancete de Verificação encerrado em 31.10.88, e mais 37,76 (Trinta e Sete Vírgula Setenta e Seis) quotas de Cz\$ 1.000,00 (Um Mil Cruzados) cada uma, no valor de..... Cz\$ 37.760,00 (Trinta e Sete Mil, Setecentos e Sessenta Cruzados), em moeda corrente do País, totalizando sua participação de Cz\$ 1.250.000,00 (Um Milhão, Duzentos e Cinquenta Mil Cruzados), equivalente a 1.250 (Uma Mil, Duzentas e Cinquenta) quotas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES DOS SÓCIOS

A responsabilidade dos sócios é limitada ao total do Capital Social subscrito, de acordo com o Art. 29 Dec-Lei nº 3.708 de 10 de Janeiro de 1919.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

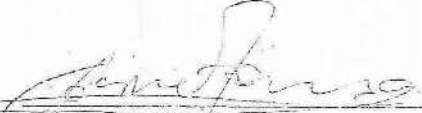
As demais Cláusulas de seu Contrato Social e suas posteriores Alterações, não atingidas pela presente Alteração, permanecerão em pleno vigor.

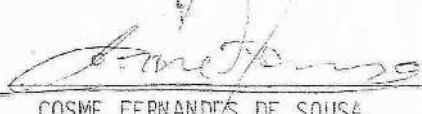


52

E, por estarem assim, justos e acordados, assinam o presente instrumento particular de Alteração Contratual, em 05 (cinco) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas, e elegem o Foro da Cidade de Maceió para dirimir quaisquer dúvidas ou omissões, ficando a primeira via deste, arquivado na M.M. Junta Comercial do Estado de Alagoas.

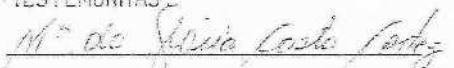
Maceió - AL, 28 de Novembro de 1988.


LÍDER COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

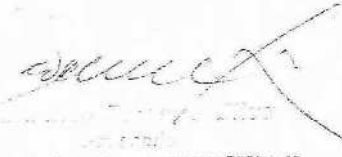

COSME FERNANDES DE SOUSA


MARIA LENILDE GOUVEIA DE SOUSA

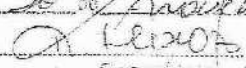
TESTEMUNHAS:


Maria da Glória Costa Cortez

João Geraldo Wanderley Martins


LÍDER Nº 20 - LIS 0017054-15

Certifico que o pedido de arquivamento do presente documento foi protocolado nesta Partição em 29.11.88 de 19.88 e sua primeira via é arquivada sob n.º 31272000103370, no processo da JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS Maceió, 30 de Novembro de 1988


Secretária-Geral

Rosângela Costa S. Peixoto
Secretária Geral

53
2

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE (S): Transforte Alagoas Vigilância e Transporte de Valores
Ltda., com sede na Rua Siqueira Campos, 1871, Trapiche, Maceió, Al.,
CGC/MF nº 12.490.181/0001-60.

OUTORGADO: ANTONIO OLIVEIRA MELO, inscrito na OAB sob nº 2014-AL, CPF-103.833.607-49, com escritório no Edifício Breda, Salas 917 a 920, na rua Dr. Pontes de Miranda, 42 - Centro, Maceió - Alagoas.

PODERES: outorgando poderes especiais para representar o Outorgante em dissídio coletivo.

para o que concede poderes para o fôro em geral e ainda para firmar transação, confessar, receber e dar quitação, firmar compromisso, requerer desistência ou concordar com esta, propor ações ou contestar em qualquer juízo ou instância, recorrer, receber citação inicial e substabelecer, com ou sem reserva de poderes, podendo atuar em conjunto ou separadamente.

Maceió, Al., 08 de maio de 19 89

TRANSPORTE ALAGOAS - Vigilância e Transporte
de Valores Ltda.

Miguel Raymundo do Nascimento Neto
CPF - 04.222.904-34
SÓCIO-GERENTE

Reconheço a Firma de
Miguel Raymundo do
Nascimento Neto, dir.
Maceió, 08 de Maio de 1989

Em test. el da verdade

Bel. Lúcia FONSECA de MACHADO
4.º TABELIONATO

Luiz Paes Fonseca de Machado
Maria José Medeiros de Oliveira
Calle Central Santos
SUSCRITOS

59

DÉCIMA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE
TRANSPORTE ALACOAS - VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.

Pelo presente instrumento particular de Alteração de Contrato Social, MIGUEL RAYMUNDO DO NASCIMENTO FILHO, brasileiro, viúvo, militar, residente à Rua Costa Leite, nº 100, Centro, nesta cidade, carteira de identidade nº 101.800 - SSP/AL., CPF nº 003.477.954-04; MIGUEL RAYMUNDO DO NASCIMENTO NETO, brasileiro, casado, empresário, residente na Av. Duque de Caxias, nº 2222, Aptº 1002, nesta cidade, carteira de identidade nº 205.211 - SSP/AL., CPF nº 24.222.904-34; MARGOT CASTRO DO NASCIMENTO, brasileira, casada, empresária, residente à Rua Costa Leite, nº 100, Centro, nesta cidade, carteira de identidade nº 216.248 - SSP/AL., CPF nº 228.139.004 - 78 e MARCUS VINICIUS CASTRO DO NASCIMENTO, brasileiro, solteiro, empresário, residente à Rua Costa Leite, nº 100, Centro, nesta cidade, carteira de identidade nº 428.253 - SSP/AL., CPF nº 273.202.434-15, únicos sócios da sociedade TRANSPORTE ALACOAS - Vigilância e Transporte de Valores Ltda., estabelecida à Av. Siqueira Campos, nºs. 1871/79, nesta Capital, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob nº 12.490.181/0001-60, cujo Contrato Social está registrado no Livro A-3, sob nº 341, no Cartório do Registro de Títulos e Documentos Particulares e Outros Papeis da Comarca de Maceió, resolvem:

1) - Elevar o capital social que é de CZ\$ 8.300.000,00 (Oito milhões e trezentos mil cruzados), para CZ\$ 40.000.000,00 (Quarenta milhões de cruzados), com a utilização dos seguintes títulos contábeis:

a) Crédito dos Sócios	CZ\$	2.972.109,00
b) Reserva Legal	CZ\$	700.023,00
c) Reserva de Capital	CZ\$	28.027.868,00
TOTAL	CZ\$	31.700.000,00

2) - Modificar, em consequência, a Cláusula Terceira do Contrato Social, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Capital Social - O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, passa a ser de CZ\$ 40.000.000,00 (Quarenta milhões de cruzados), dividido em 40.000. (Quarenta mil) cotas de capital, no valor nominal de CZ\$ 1.000,00 (uma mil cruzados) cada uma, ficando distribuído entre os sócios da seguinte maneira.

MIGUEL RAYMUNDO DO NASCIMENTO FILHO - 22.000. (Vinte e duas mil) cotas de capital, totalizando CZ\$ 22.000.000,00 (Vinte e dois milhões de cruzados).

MIGUEL RAYMUNDO DO NASCIMENTO NETO - 6.000. (Seis mil) cotas de capital, totalizando CZ\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de cruzados).

MARGOT CASTRO DO NASCIMENTO - 6.000. (Seis mil) cotas de capital, totalizando CZ\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de cruzados).

MARCUS VINICIUS CASTRO DO NASCIMENTO - 6.000. (Seis mil) cotas de capital, totalizando CZ\$ 6.000.000,00 (Seis milhões de cruzados).

35

CLÁUSULA ÚNICA - Continua em vigor tudo o que estabelece o Contrato Social original e as respectivas alterações, que não tenha sido expressamente modificado por este instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - A responsabilidade dos sócios é, na forma da Lei, limitada à importância do capital social.

E por estarem assim justas e avençadas, as partes mandaram datilografar o presente instrumento em 04 (Quatro) vias, de igual teor e na, para um só fim de direito, assinando a última e rubricando a anterior, na presença de 02 (duas) testemunhas a que tudo assistiram e também o firmam.

Maceió-AL., 23 de junho de 1988

MIGUEL RAYMUNDO DO NASCIMENTO FILHO

MIGUEL RAYMUNDO DO NASCIMENTO NETO

MARGOT CASTRO DO NASCIMENTO

MARCUS VINICIUS CASTRO DO NASCIMENTO

TESTEMUNHAS:

1.

WANDERCY PEREIRA DE SOUZA
CPF - 009.911.474-72

2.

PAULO GEORGE DANTAS AMORIM
CPF - 255.279.834-91

Com a haver contendo autêntica a presente fotocópia com o original, que me foi apresentando: dou fé
Maceió, 23 de junho de 1988.

test.: [assinatura] da verdade

[assinatura]
Dei. Lúcio Fomoso de Machado
de Tereza Fomosa
Luz Fomosa de Machado
Dei. José Márcio de Sá
Dei. Gabriel Sato

56

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

1. The first step is to identify the problem or question that needs to be answered. This involves understanding the context and the specific requirements of the task.

2. The second step is to gather relevant information and data. This can be done through research, interviews, or other methods of data collection.

3. The third step is to analyze the information and data. This involves identifying patterns, trends, and relationships that can help to answer the question.

4. The fourth step is to develop a solution or answer. This involves using the information and data to create a plan or strategy that addresses the problem.

5. The fifth step is to implement the solution or answer. This involves putting the plan or strategy into action and monitoring the results.

6. The sixth step is to evaluate the results. This involves comparing the actual results to the expected results and identifying any areas for improvement.

7. The seventh step is to communicate the results. This involves sharing the findings with the relevant stakeholders and providing recommendations for future action.

8. The eighth step is to reflect on the process. This involves thinking about what worked well and what could be improved for next time.

9. The ninth step is to document the process. This involves creating a record of the steps taken and the results achieved, which can be used for future reference.

10. The tenth step is to review the process. This involves looking back at the entire process and assessing its overall effectiveness and efficiency.

Maceió, Al., 08 de maio de 1989.

97-*Quina*
JOSE CORRE

Luiz F. de F. Fonseca de Machadi
Maria Jose Machado
Celia

Reconheço a Firma de Carla
 José Carlos da Silva
 da Silva
 Marcid, 08 de maio de 1989.
 Em test. em da Verdade
almeida
 Bel. Lumar Foncec - da Macaêdo
 4.º TAB.

57
✓

PROCURAÇÃO

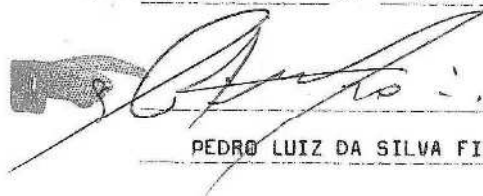
OUTORGANTE (S): EPSAL Empresa de Serviços de Vigilância e Transporte
de Valores Ltda. com sede na Rua Dr. Guedes Gondim, 106-Centro-Maceió-Al.

OUTORGADO: ANTONIO OLIVEIRA MELO, inscrito na OAB sob nº 2014-AL, CPF-103.833.607-49, com escritório no Edifício Breda, Salas 917 a 920, na rua Dr. Pontes de Miranda, 42 - Centro, Maceió - Alagoas.

PODERES: outorgando poderes especiais para representar o Outorgante
em dissídio coletivo.

para o que concede poderes para o fôro em geral e ainda para firmar transação, confessar, receber e dar quitação, firmar compromisso, requerer desistência ou concordar com esta, propor ações ou contestar em qualquer juízo ou instância, recorrer, receber citação inicial e substabelecer, com ou sem reserva de poderes, podendo atuar em conjunto ou separadamente.

Maceió, Al., 08 de maio de 1989


PEDRO LUIZ DA SILVA FILHO

Luiz Pass Fonseca de Machado
Maria José Machado de Oliveira
Celia Cecília Santos
SUSCRITORES

Reconheço a Firma de
Pedro Luiz da
Silva Filho; Doutr
Maceió, 08 de Maio de 1989
Em test. em da verdade
Del. Lumar Fonseca de Machado
4.º TABELADO

54

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE (S): VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES S/C-IMUNILAR

OUTORGADO: ANTONIO OLIVEIRA MELO, inscrito na OAB sob nº 2014-AL, CPF-103.833.607-49, com escritório no Edifício Breda, Salas 917 a 920, na rua Dr. Pontes de Miranda, 42 - Centro, Maceió - Alagoas.

PODERES: outorgando poderes especiais para

representar em DISSÍDIO COLETIVO

para o que concede poderes para o foro em geral e ainda para firmar transação, confessar, receber e dar quitação, firmar compromisso, requerer desistência ou concordar com esta, propor ações ou contestar em qualquer juízo ou instância, recorrer, receber citação inicial e substabelecer, com ou sem reserva de poderes, podendo atuar em conjunto ou separadamente.

Maceió(Al) 08 de maio de 1989

Vigilância e Transportes de Valores S/C

Sócio Gerente

Reconheço a Firma de

Carlos Alberto
Melo Dou-fer

Maceió 08 de Maio de 1989

Em test. e a verdade

Bel. Lúmar Fonseca de Machado

4.º TABELIONATO

Luiz Paes Fonseca de Machado
Maria José Medeiros de Oliveira

Carta Capital Santos

RECEBUE
1989-05-08

59

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE (S): NORDESTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES
LTDA., sediada à Rua Belo Horizonte, 21 - Farol - Maceió - Alagoas,
com CGC-MF sob nº 12.498.861/0001-20

OUTORGADO: ANTONIO OLIVEIRA MELO, inscrito na OAB sob nº 2014-AL,
CPF-103.833.607-49, com escritório no Edifício Breda, Salas 917 a
920, na rua Dr. Pontes de Miranda, 42 - Centro, Maceió - Alagoas.

PODERES: outorgando poderes especiais para representar Dissídio Co-
letivo.

para o que concede poderes para o foro em geral e ainda para firmar
transação, confessar, receber e dar quitação, firmar compromisso,
requerer desistência ou concordar com esta, propor ações ou contes-
tar em qualquer juízo ou instância, recorrer, receber citação in-
dicial e substabelecer, com ou sem reserva de poderes, podendo atuar
em conjunto ou separadamente.

Maceió, 08 de maio de 1989

Nordeste Alagoas Vig. e Transp. Val. Ltda.

Jose Porfirio S. Filho
Jose Porfirio S. Filho
Gerente

Maceió, 08 de Maio de AL	Reconheço	Firma
	<i>Jose Porfirio Silva</i>	
	Maceió, 08 de 05 de 1989	
	Em test.o	da verdade
Tab. Pub. José Roberto Martins Barbosa		
Cartório do 6.º Ofício - Maceió - AL		



NORDESTE ALAGOAS
Vigilância e Transporte de Valores Ltda.

PROCURAÇÃO

Requerido a Firma e Assinatura
do Sr. José Porfírio da Silva Filho
em 09/03/88
em Maceió - AL
Assinado e Rubricado
por: *[Assinatura]*
4.º TÁBELICIANO

Luiz Paulo de Souza Machado
Mário José de Almeida de Oliveira
Celo Geral Santos
SUBSTITUTOS
Maceió - AL

NORDESTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., com endereço à Rua Belo Horizonte, 21 - Farol - Maceió - AL., inscrita no CGC-MF sob nº 12.498.861/0001-20, através de seu Diretor abaixo assinado na forma de seu Contrato Social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado de Alagoas, nomeia e constitui seu bastante Procurador o Sr. JOSÉ PORFÍRIO DA SILVA FILHO, brasileiro, desquitado, portador da Cédula de Identidade nº 796.070 SSP/PE e do CIC nº 066.567.224-15, a quem confere e outorga os poderes da Cláusula "AD NEGOTIA" para administrar a outorgante e representá-la junto a estabelecimentos de Créditos, Autarquias, Repartições Públicas e Administrativas Federais, Estaduais e Municipais, Empresas Privadas, participando de Concorrências, Licitações e Tomadas de Preços, podendo ainda impugnar, alegar, promover e requerer juntada de documentos, interpor recursos administrativos, enfim tudo fazer para o fiel desempenho deste mandato, inclusive substabelecer.

Maceió, 09 de março de 1988.

Nordeste Alagoas Vigilância e Transporte de
Valores Ltda.

[Assinatura]

Robson de Brito Macêdo Filho
Diretor

Rua Belo Horizonte, 21 - Fone: (082) 221-9697 - Telex: (082) 2420 - CEP. 57.000 - Maceió-AL.
PERNAMBUCO - Av. Cons. Rosa e Silva, 1711 - Fones: (081) Vigilância 268 - 7744 - Transporte 268-3609
Telex: (081) 3012 - CEP: 50.000 - Recife-PE.
PARAIBA - Av. Duarte Silveira, 611 - Fone: (083) 221-5031 - Telex: (083) 2291 - CEP: 58.000 - João Pessoa-PB
PARAIBA - Rua Rui Barbosa, 94 - Fone: (083) 321-2528 - Campina Grande-PB
RIO GRANDE DO NORTE - Av. Hermes da Fonseca, 1068 - CEP: 59.000 - Fone: (084) 2220347
Telex: (084) 2216 - Natal - RN.

CERTIDÃO

Certifico haver conferido e autenticado a presente
fotocópia com o original que me foi apresentado,
deu fé.

Atestado, 04 de 04 de 1989

Em testemunho da verdade

CLAUDINETE MARIA DE LIMA
Tab. de S. S. Oficial
SUBSTITUTO
Roberto Macedo Costa
Município de ...

5 de 1000

DÉCIMA TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL



Pelo presente instrumento, NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES LTDA., com sede à Av. Cons. Rosa e Silva, 1711 - Afritos - Recife - PE., inscrita no CGC nº 11.013.117/0001-26, neste ato representada pelo seu Diretor-Presidente HILSON DE BRITO MACÊDO, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade expedida pelo Ministério do Exército nº 2328, CIC nº 050.338.294-91, residente e domiciliado à Estrada Real do Poço, 300; HILSON DE BRITO MACÊDO, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade expedida pelo Ministério do Exército nº 2328, CIC nº 050.338.294-91, residente e domiciliado à Estrada Real do Poço, 300; ZÉLIA FREIRE MACÊDO, brasileira, casada, funcionária pública federal, portadora da Cédula de Identidade expedida pela SSP-PE. nº 536.549, CIC nº 050.338.104-72, residente e domiciliada em Recife/PE., à Estrada Real do Poço, 300; HILSON DE BRITO MACÊDO FILHO, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade expedida pela SSP-PE nº 1.175.680, CIC nº 103.634.914-49, residente e domiciliado em Recife/PE. à Estrada Real do Poço, 293; PAULO SÉRGIO FREIRE MACÊDO, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade expedida pela SSP/PE. nº 653.585, CIC nº 054.150.554-87, residente e domiciliado em Recife/PE. à Rua Bianor de Medeiros, 81; únicos sócios componentes da firma NORDESTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., inscrita no CGC sob o nº 12.498.861/0001-20, com Contrato Social registrado na Junta Comercial do Estado de Alagoas em 22.10.80 sob o nº 2720002028-8, têm justos e acordos alterar a CLÁUSULA QUARTA do Contrato Social, que passa a ter nova redação, face ao aumento e redistribuição de seu Capital Social, tudo nos termos seguintes:

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social que era de CZ\$- 7.000.000,00 (SETE MILHÕES DE CRUZADOS) composto de 7.000.000 (sete milhões) de cotas de CZ\$- 1,00 (HUM CRUZADO) cada, totalmente subscrito, realizado e integralizado, passa a ser de CZ\$- 25.000.000,00 (VINTE E CINCO MILHÕES DE CRUZADOS) composto de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de cotas de CZ\$- 1,00 (HUM CRUZADO) cada, totalmente subscrito, realizado e integralizado em moeda legal e corrente do País, aumento este proveniente de:

- A) CZ\$- 18.000.000,00 (DEZOITO MILHÕES DE CRUZADOS) valor correspondente a parte do saldo da conta " CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL REALIZADO ".

6^g

NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES LTDA.	75%	-	18.750.000	COTAS-CZ\$-	18.750.000,00
HILSON DE BRITO MACÊDO	9%	-	2.250.000	COTAS-CZ\$-	2.250.000,00
ZÉLIA FREIRE MACÊDO	6%	-	1.500.000	COTAS-CZ\$-	1.500.000,00
PAULO SÉRGIO FREIRE MACÊDO	5%	-	1.250.000	COTAS-CZ\$-	1.250.000,00
HILSON DE BRITO MACÊDO FILHO	5%	-	1.250.000	COTAS-CZ\$-	1.250.000,00
	100,00%		25.000.000	COTAS-CZ\$-	25.000.000,00

ntinuam em vigor as demais Cláusulas não alteradas pela presente Alteração.

Maceió, AL., 22 de setembro de 1988.

Wm. A. B. B. B.

NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES LTDA.
CGC - 11.013.117/0001-26

Geli Freixo Macià

PAULO SÉRGIO FREIRE MACEDO
CIC - 054.150.554-87

TESTEMUNHAS:

1. Abutilon

2. Maria da Conceição de Souza

Certifico que o original do arquivamento deste documento
foi protocolado na da Repartição em 03 de 11
de 19 88, e sua cópia via está arquivada no
n.º 13/27200020788 por decisão da
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
Maceió, 04 de Novembro de 19 88.

Secretário - Geral
Rosângela Costa S. Peixoto
Secretaria Geral

63

SERVICO PUBLICO FEDERAL
MINISTERIO DO TRABALHO/MTBZ
DELEGACIA REGIONAL DO TRABALHO EM ALAGOAS
DIVISÃO DE RELAÇÕES DO TRABALHO-DRT

REUNIÃO REALIZADA EM 19.04.89

PROC. MTb. 24120:001055/89

REQUERENTE: SINDICATO DOS TRABS. EM TRANSP. RODOVIÁRIO NO ESTADO-ALAGOAS.

REQUERIDOS: EMPRESAS DE TRANSPORTES DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA

PRESENTES: Presidente do Sindicato requerente, Sr. Djalma Ramos da Silva, acompanhado do Secretário e do Diretor para Assuntos Trabalhista; Presidente da Associação das Empresas de Vigilância, Sr. Cosmos Fernandes de Souza, que se fez acompanhar de seu Advogado Dr. Antonio Oliveira Melo; Nordeste Alagoas vigilância e Transporte de Valores; JF. Serviços de Vigilância Ltda; Líder Serviços de Vigilância Ltda, estas representadas na pessoa do Sr. Cosmos Fernandes de Souza; Transporte Alagoas Vigilância de Valores, representada pelo Sr. Miguel Raimundo, Vigilância e Transporte de Valores-Imunilar, representada na pessoa do seu Sócio-Gerente Sr. Carlos Alberto Melo. Ausentes: Empresarial Vigilância Patrimonial Ltda e Vigilância Patrimonial e Bancária Ltda.

Iniciados os trabalhos, pelas 15:00 horas, no prédio da Delegacia Regional do Trabalho em Alagoas, situada na Rua Senador Mendonça, 91-centro-Maceió, com a mediação desta DRT/AL, presentes as partes supramencionadas, na ocasião foi concedida a palavra ao representante da classe obreira a fim de que, inicialmente, fizesse uma explanação com vistas a pauta de reivindicação.

Com a palavra, frisou o Sr. Presidente que a pauta reivindicatória já era de conhecimento das empresas, que visa a discussão das propostas ali inseridas e afinal o fechamento do acordo coletivo de trabalho, a vigorar a partir do dia 1º/04/89 a 31/03/90, em favor unicamente dos empregados motoristas dada a sua condição de diferenciados.

Em prosseguimento, o Sr. Mediador indagou do Presidente das Empresas de Vigilância, em função da natureza do assunto ali tratado, se esta era portadora de poderes de representação para com as empresas suscitadas. Respondendo, disse que tinha poderes somente em relação as empresas associadas enumerando: Líder Serviços de Vigilância; Nordeste Alagoas Vigilância e Transporte de Valores e JF. Serviços de Vigilância Ltda.

Em seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Associação das Em

Confira com o original.
2-050587


José Lázaro V. Costa Cavalcante
Mat. 7789/0348
Chefe de SIT/DR7/AL

64
2

Empresas de Vigilância que, após fazer considerações a respeito do assunto, convocou seu Advogado para em nome das empresas ali presentes dar continuidade às negociações, o que foi acatado pelos seus representantes.

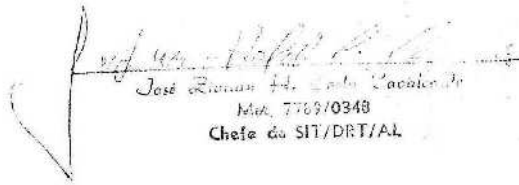
Usando da palavra, levantou a seguinte questão: da inexistência de relação jurídica entre as empresas e o sindicato, pelo fato das mesmas não contribuírem sindicalmente para entidade sindical reivindicante, sendo parte legítima a Federação dos Empregados no Comércio do Norte e Nordeste, juntando na ocasião 03 declarações das empresas presentes constando desconto de taxa assistencial em favor da Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância no Estado de Alagoas e, ainda, 03 guias de recolhimento de contribuição sindical, referentes aos empregados, tendo como beneficiária a conta emprego e salário e Federação dos Empregados no Comércio do Norte e Nordeste, que ficaram fazendo parte do proc. da negociação.

Por sua vez, o Sr. Presidente da classe obreira, explicou que recebera orientação de sua Federação no sentido de que motorista pertence a uma categoria diferenciada. Mesmo assim, o representante das empresas, na pessoa de seu Advogado, teceu considerações alegando que não considera motorista de empresa de valores como categoria diferenciada, bem como a competência para negociar trabalho e salário, em relação as citadas empresas, é da Federação das Empresas de Transportes Rodoviários do Norte e Nordeste.

Indagado o Sr. Mediador a respeito da matéria, este enfatizou que o motorista onde quer que esteja mantendo vínculo de emprego é considerado como categoria diferenciada, isolado da categoria profissional preponderante da empresa, afeto, portanto, à representação do Sindicato correspondente. Com referência a competência para representar as empresas em processo de negociação salarial, é um direito que lhes assiste em serem representadas e assistidas pela sua Federação, em face da inexistência de Sindicato que as representem, nada impedindo que, isoladamente, se assim desejarem, retomem as negociações e firmem os respectivos acordos.

Em face da negativa do Consultor Jurídico das empresas, que preferiu insistir na assistência da Federação ventilada, e do representante da classe obreira que optou pelo dissídio a esperar pelo acontecimento desse fato, pelo Sr. Mediador, tendo em vista nada mais haver a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente Ata

Requisito 85-03-84-1


José Roman Filho, Lado Lado Lado Lado
Metr. 7769/0348
Chefe do SIT/DRT/AL

658

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

Ata a qual será visada pelo Sr. Delegado Regional do Trabalho em Alagoas.


José Augusto da S. Costa
Fiscal do Trabalho
Mat. 8552 - Cif. 0359


VISTO
DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO/AL

José Ivo Henrique Pedroza
Delegado Regional do Trabalho

Conf. em 08/05/89

[Signature]
José Zilmar H. Pado Canabarro
Mat. 7769/0348
Chefe de SIT/DRT/AL

Informe que os presentes autos
foram retirados pelo Sr. *[Signature]*
D. Melo em 08/05/89;
com 65 fe. autográficas rubricadas.
Maceió, *[Signature]*
Encarregado do Serviço

Informe que, em 09/05/89
foram os presentes autos devolvidos
e procedida sua baixa, após ter sido
conferida sua numeração.
Maceió, 09/05/89
[Signature]
Encarregado do Serviço

Juntada

Nesta data, faço juntada aos presente
autos d *2* *pétitos ped.*
1671/89
2 *10/05/89*

N.A. Em mesa.
mac. 09.05.89

JUL 12 1989

Antonio O. Melo
Advogado OAB/AL 2.014

A
2ª JCU/MACEIO/AL.
DEVOLUÇÃO DE PROCESSO.

669
2ª JCU DE MACEIO

Protocolo 1671/89
Livro 01 Fls. 200
Número
Hora 12:02h.
Dia Terça - Feira
Data 09.05.1989

Encarregado do Protocolo

PELO PRESENTE ESTOU DEVOLVENDO O PROCESSO Nº TRT - DC-/38/89-
QUE SÃO SUSCITANTE E SUSCITADAS, O SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPOR
TES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS E TRANSPORTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANS
PORTES DE VALORES LTDA., E OUTRAS.

ATENCIOSAMENTE

ANTONIO OLIVEIRA MELO

RECEBIDO O PROCESSO EM

11

JUNTADA

Nesta data, fago juntada nos co-
tos da ata ^{edica que segue} ~~minha~~.

Em: 12/05/89

^{gner}
Diretor de Secretaria



677

Poder Judiciário — Justiça do Trabalho 6a. Região
2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió

ATA DE CONCILIAÇÃO E INSTRUÇÃO DO DISSÍDIO
COLETIVO Nº TRT-38/89- ENTRE PARTES! SIN-
DICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RO-
DOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS- SUSCITANTE
E SUSCITADA- TRANSPORTE ALAGOAS VIGILÂNCIA
E TRANSPORTES DE VALORES LTDA. E OUTROS(06)

Aos doze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e oitenta e nove, às oito e cinco horas, na sala de audiências da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL., presente o Exmº. Sr. Juiz Pro-
sidente da Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió, Dr. João Batista da Silva, que por delegação, do Egrégio T.R.T.- 6ª Regi-
ão, com base nos arts. 860 e 862 da CLT., preside a presente audiên-
cia, e tendo comparecido: Djalma Ramos da Silva, Presidente do Sin-
dicato e Alfredo dos Santos Mesquita - representante do Suscitante e
as empresas suscitadas todas presentes, representadas por seus procu-
rador e advogado, bel. Antônio Oliveira Melo, conforme requerimento
e procuração anexo, Empresarial Vigilância Patrimonial e Bancária Ltda.
representada pelo Sr. Diretor Presidente, Edvard Pedrosa da Costa. A-
berta a audiência não tendo as partes chegado a acordo com relação a
cláusula primeira mais importante do Dissídio Coletivo e por conse-
quência também quanto as demais, dela decorrentes, com a palavra para
defesa o patrono dos Suscitados, apresentou memorial em quatro laudas
com quinze documentos. Tentativa de conciliação mais uma vez fracas-
sada. O patrono dos suscitantes com a palavra disse que deixava a
matéria para apreciação pelo T.R.T.-6ª Região. Encerrada a instrução.
Como razões finais reiteraram os termos de suas peças. Fracassada /
mais uma vez a conciliação. Conclusos os autos ao Sr. Juiz Presidente.
E para constar foi lavrada a presente ata que vai assinada pelo Se-
nhor Presidente e por mim Secretária que lavrei a presente Ata.


Dr. João Batista da Silva
Juiz Presidente 2ª JCCJ. Maceió


Ela. Elenice Rosa e Silva Santos
Dirª. Secretária 2ª JCCJ. Maceió

68g

Antonio O. Melo
Advogado OAB/AL 2.014

EXMO. SR. DR. JUIZ PRESIDENTE DA 2ª JCJ MACEIÓ-AL., REPRESENTANTE DO PRESIDENTE DO T.R.T.
SEXTA REGIÃO.

NOTIFICAÇÃO Nº DC 38/89

DISSÍDIO COLETIVO

CONTESTAÇÃO

TRANSPORTE ALAGOAS - Vigilância e Transporte de Valores Ltda.,
EPSAL - Empresa de Prestação de Serviços Alagoana Ltda., LÍDER - Serviços de Vigilância,
Vigilância e Transporte de Valores Imunilar Ltda., NORDESTE ALAGOAS - Vigilância
e Transporte de Valores Ltda., J.F. Serviços de Vigilância Ltda., por seu advogado a
baixo assinado, e já qualificado nos autos, vem perante V. Exma., contestar o presente
dissídio coletivo, para o que expõe e requer:

PRIMEIRA PRELIMINAR

"Resolução da Comissão de Enquadramento Sindical do MTB - Proc.
nº 24.370.025.683/86 - DOU de 30.09.87, pag. nº 16.056".

É fato notório e de conhecimento jurídico, de que motorista de
carro-forte, não pertence a categoria diferenciada (CLT - art. 577), e sim, seu enquadramento
é na categoria profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância,
como os demais empregados destas Empresas.

SEGUNDA PRELIMINAR

"Não existe nenhum vigilante, nas empresas contestantes suscitadas,
que descontem mensalidades para o Sindicato suscitante, conforme faz provar ,
com declarações anexas dessas sociedades".

Vendo-se desta forma, que nem associados ao Sindicato suscitante,
estes vigilantes motoristas são;

TERCEIRA PRELIMINAR

"As empresas recolhem o imposto sindical dos seus empregados ,
para a Federação dos Empregados no Comércio do Norte e do Nordeste, como faz provar
com cópias das guias de recolhimento anexo a presente".

AD

69g

Antonio O. Melo
Advogado OAB/AL 2.014

Fls. 02

Tal procedimento segue orientação da própria Federação e da Delegacia Regional do Trabalho, deste Estado;

QUARTA PRELIMINAR

"O Sindicato suscitante, não provou, que em sua carta sindical se existe capacidade jurídica para fazer negociações coletivas de trabalho, com categorias diferenciadas".

Tal falta de comprovações inviabiliza as negociações, por carência de capacidade jurídica.

Desta forma, preliminarmente vem respeitosamente perante V. Exa., requerer a extinção do presente processo de dissídio coletivo, sem apreciação de mérito, porque não demonstrada a capacidade jurídica do Sindicato suscitante, não podendo ser parte ativa neste feito.

Os pedidos contidos na proposta do Sindicato suscitante, não podem ter acolhida, por serem extorsivos e já existir acordo coletivo com a Federação dos Empregados no Comércio do Norte e do Nordeste, órgão oficial representativo da categoria dos Empregados nas Empresas de Vigilância e Transporte de Valores no Estado de Alagoas. Aproveitam o ensejo, para anexar a presente o último acordo coletivo celebrado.

NO MÉRITO

A seguir passam a contestar, item por item, os pedidos formulados pelo Sindicato suscitante:

1º O item 5.1 da proposta, trata da data-base da categoria, na verdade já existe data-base da categoria dos vigilantes, que é o mês de abril, e deverá permanecer com aquela categoria;

2º O item 5.2, pede fixação de piso salarial da categoria; já existe o piso salarial da categoria, realizado em acordo anterior, conforme documento anexo. No momento a Associação dos Empregados em Empresas de Vigilância e Transporte de Valores do Estado de Alagoas, arvorando-se de sindicato, manifestou dissídio coletivo no T.R.T., 6ª Região, que está sendo contestado pela Federação do Comércio do Estado de Alagoas, a qual sustentou a ilegitimidade daquele, visando evitar imperfeições jurídicas futuras, mas predisposta a negociar com a Federação dos Empregados no Comércio do Norte e do Nordeste, que é o órgão oficial representativo da categoria dos Empregados em Empresas de Vigilância e Transporte de Valores, um piso salarial, que além de justo seja um valor financeiramente suportável pelas contestantes, que em média seria em torno de R\$ 80,00 (oitenta cruzados novos).

3º O item 5.3, merece idêntico procedimento de contestação, porque contém a mesma natureza;

AB

109

Antonio O. Melo
Advogado OAB/AL 2.014

Fls. 03

- 4º O item 5.4, igualmente não pode ser acolhido, pelos mesmos motivos;
- 5º O item 5.5, que trata das horas-extras. A Constituição já foi benevolente com os 50% concedidos a este título, e deverá ser aplicado como teto máximo em qualquer acordo ou dissídio coletivo;
- 6º O item 5.6, é consequência do anterior, nada a afirmar;
- 7º A jornada de trabalho de que trata o item 5.7, é idêntica ao vigilante, fiscal, fiel, supervisor e outros, ou seja, de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, como estabelece nosso permissivo constitucional. art. 7º, item XIII;
- 8º O item 5.8, que trata do adicional noturno será remunerado de acordo com o índice constitucional de 20%;
- 9º O item 5.9, caduca e não tem fundamento, porque através da Lei 7.102, de 20.06.83, art. 19, é obrigatório haver seguro de Vida em Grupo feito pelas empresas;
- 10º O item 5.10. A remuneração do aviso prévio na forma pleiteada, carece de disciplinamento específico, porquanto assim fixou a Constituição Federal;
- 11º O item 5.11, não merece acolhida, porque o pagamento de verbas rescisórias já possui disciplinamento legal adequado;
- 12º O item 5.12, tem características própria em nossa legislação, para ser aplicado à matéria;
- 13º O item 5.13, já se trata de obrigação legal nos termos do art. 19, da Lei 7.102, de 20.06.83;
- 14º O item 5.14, não tem razão de ser, pois a remuneração paga aos empregados é considerada suficiente para sua sobrevivência, onde se incluem vestuário, educação, moradia e alimentação. Pois o piso da categoria, inclusive, é sempre superior ao maior piso de salário pago no país;
- 15º O item 5.15, não tem fundamento, pois os carros de transporte de valores, são vistoriados e aprovados pelo órgão competente, conforme predispõe a Portaria 601, de 12.12.86, art. 3º;
- 16º O item 5.16, já consiste como norma das empresas fornecerem gratuitamente dois uniformes anuais, a cada empregado, e que vem, satisfazendo as suas necessidades profissionais, conforme acordo coletivo efetuado anteriormente, número que deve ser mantido;
- A9

719

Antonio O. Melo
Advogado OAB/AL 2014

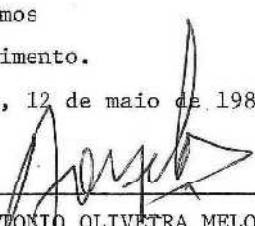
Fls. 04

- 170 O pedido do item 5.17, carece de motivos e de fundamento;
- 180 Não procede o pedido do item 5.18, pois eventualmente, quando há viagens e pernoites, as despesas são cobertas normalmente pelas empresas;
- 190 Por não pertencerem a esta categoria, o item 5.19 não tem procedência;
- 200 O pedido do item 5.20 é disciplinado por lei, e assim cumprido;
- 210 Os empregados das suscitadas não integram a categoria representada pelo suscitante, resultando prejudicado o pedido do item 5.21;
- 220 Não tendo havido acordo, nem tampouco dissídio, com o sindicato suscitante, por falta de legitimidade, ficará em aberto, o item 5.22, para ser discutido, com a Federação dos Empregados no Comércio do Norte e do Nordeste, órgão oficial, representativo da categoria dos Empregados nas Empresas de Vigilância e Transporte de Valores no Estado de Alagoas, as condições e percentuais, que serão fornecidas por esta;
- 230 Ao item 5.23, aplica-se a mesma contestação oferecida ao item 5.22, acima.
- Ante o exposto, vem perante V. Exa., requerer a acolhida das preliminares arguidas extinguindo o presente processo de dissídio coletivo por não haver legitimidade do Sindicato suscitante e por estarmos em dissídio coletivo, a ser julgado por este Tribunal com a categoria dos vigilantes.
- E assim não entendendo^{do} deverá ser considerado à contestação dos itens apresentados, conforme descrições acima por ser de justiça.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Maceió-Al., 12 de maio de 1989


- ANTONIO OLIVETRA MELO -
(Advogado).

Ministério do Trabalho

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

Comissão de Enquadramento Sindical

MTB - 24370.025.683/86

VISTOS E RELATADOS estes autos em que o SINDICATO DOS EMPREGADOS DE AGENTES AUTÔNOMOS DO COMÉRCIO E EM EMPRESAS DE ASSESSORAMENTO, PERÍCIAS, INFORMAÇÕES E PESQUISAS DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, consulta sobre o enquadramento sindical dos MOTORISTAS DE CARRO-FORTE se eles se enquadram ou não na categoria profissional dos "Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância"; CONSIDERANDO que MOTORISTA é categoria diferenciada e, por conseguinte, tem enquadramento próprio, independentemente da atividade econômica da empresa onde tem vínculo empregatício; CONSIDERANDO que a Lei nº 7.102/83, que define o VIGILANTE, define, também, os requisitos que esse profissional deve ter para o exercício da profissão de VIGILANTE, tais como, ter sido aprovado em curso de formação de vigilante e ser registrado, como tal, na Delegacia Regional do Trabalho; CONSIDERANDO que o uniforme de vigilante usado pelo motorista de carro-forte não descaracteriza sua condição de motorista pertencente a categoria diferenciada; CONSIDERANDO o que mais dos autos consta, RESOLVE a COMISSÃO DO ENQUADRAMENTO SINDICAL, em sessão ordinária, por unanimidade, de acordo com o parecer do Relator opinar para que seja informado na DRT como VIGILANTE, 1) Se o MOTORISTA DE CARRO-FORTE, for registrado na DRT como VIGILANTE, tendo, portanto, preenchido os requisitos necessários ao exercício daquele profissional e, também, seu contrato com a empresa é feito na condição de vigilante e não de motorista, seu enquadramento deverá ser na categoria profissional dos "Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância", como os demais empregados dessas empresas; 2) Se, entretanto, o MOTORISTA DE CARRO-FORTE não for registrado na DRT como vigilante e contratado pela empresa como MOTORISTA e não como vigilante, ele integra a categoria profissional diferenciada "Condutores de Veículos Rodoviários", este já ele usando ou não uniforme de vigilante e independente da atividade econômica da empresa onde tem vínculo empregatício. Brasília, 22 de setembro de 1987. DEBORAH MONTEIRO RODRIGUES - Relatora; DEB ULLMANN MORAIS Presidente da CES - Substituta;

ENQUADRAMENTO SINDICAL

**MOTORISTAS DE CARRO-FORTE
DAS EMPRESAS QUE EXPLORAM
SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E DE
TRANSPORTES DE VALORES**

De acordo com o quadro de atividades e profissões em vigor que fixa o plano básico do enquadramento sindical (CLT, art. 577), MOTORISTA pertence à categoria diferenciada e, conseqüentemente, tem enquadramento próprio, independentemente da atividade econômica da empresa onde tem vínculo empregatício, entretanto tratando-se de MOTORISTA DE CARRO-FORTE, segundo resolução da Comissão de Enquadramento Sindical deve-se observar o seguinte:

1) se esse MOTORISTA for registrado na DRT como vigilante (art. 17 da Lei nº 7.102/83 - Bol. IOB nº 19/83, pág. 425, Cad. TI) tendo, portanto, preenchido os requisitos necessários ao exercício daquela profissão e, também, seu contrato com a empresa tiver sido feito na condição de vigilante e não de motorista, seu enquadramento deve ser na categoria profissional dos "Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância", como os demais empregados dessa empresa;

2) se, entretanto, não for registrado na DRT como vigilante e contratado pela empresa como MOTORISTA, não como vigilante, integra a categoria profissional diferenciada "Condutores de Veículos Rodoviários", esteja ele usando ou não uniforme de vigilante e independente da atividade econômica da empresa onde tem vínculo empregatício.

(FUND.: Resolução da Comissão de Enquadramento Sindical do MTB no processo nº 24370.025.683/86 - DOU de 30.09.87, pág. 16.056)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

**SALÁRIO-DE-BENEFÍCIO - TETO DE
Cz\$ 32.850,00 DESDE 1.10.87**

Desde 1.10.87, o teto do salário-de-benefício, para efeito de cálculo da renda mensal dos benefícios de prestação continuada (aposentadorias, auxílios-doença e reclusão e pensão por morte), limita-se a Cz\$ 32.850,00.

(FUND.: Portaria nº 2.191, de 11.10.87, da Secretaria-Geral do MTB - Bol. de 15.10.87, p. 4)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

**DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS -
INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS E
CULTURAIS - LIQUIDAÇÃO**

As instituições educacionais e culturais podem liquidar seus débitos previdenciários vencidos até 14.08.87, utilizando-se de créditos parciais ou totais decorrentes da prestação de serviços à Previdência Social ou a Órgãos da Administração Pública, mediante contrato ou convênio, firmado com a intervenção da entidade do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS.

Os créditos das instituições devem ser representados por serviços complementares ao desenvolvimento de programas de quaisquer das entidades que compõem o SINPAS.

A manutenção desse acordo fica na dependência da comprovação do recolhimento regular das contribuições vincendas a partir da competência do mês em que este foi assinado.

O assunto será regulamentado, pelo Poder Executivo, no prazo de 60 dias.

(FUND.: Lei nº 7.621, de 09.10.87 - DOU de 13.10.87, íntegra neste Boletim, Cad. TI)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

**RECURSOS ÀS TURMAS DO CRPS -
VALOR DE ALÇADA - OUTUBRO/87**

O limite mínimo para recurso às Turmas do Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS foi atualizado para Cz\$ 16.258,29 desde 05.10.87, nos termos do CRPS - Decreto nº 83.081/79, art. 172 (Suplemento Especial nº 6/85), segundo o qual não se admite recurso de decisão que não implique pagamento, ou quando a importância é inferior ao valor de alçada, reajustado de acordo com os índices de correção dos valores de referência, nos meses de alteração do salário-mínimo de referência.

Majorados os valores de referência em 4,7% (Portaria SUPAN nº 187/87 - Bol. IOB nº 30/87, p. 679, Cad. TI), aplicou-se esse percentual ao limite anterior de Cz\$ 16.006,01 (Bol. IOB nº 29/87, p. 391, desta Secção), resultando Cz\$ 16.606,01 (1,047 x Cz\$ 16.006,01).

(FUND.: Orientação de Serviço IAPASAI nº 115, de 05.10.87, íntegra neste Boletim, Cad. TI)

* IOB - Bol. 31/87



TRANSPORTE ALAGOAS - Vigilância e Transporte de Valores Ltda.

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos, para os devidos fins, que recolhemos em favor da ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS em EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NO ESTADO DE ALAGOS, o percentual de 2% [dois por cento], descontado dos nossos funcionários vigilantes, associados a mesma.

Declaramos, ainda, que não recolhemos para mais nenhuma outra entidade.

Maceió/AL, 11 de Maio de 1989.

TRANSPORTE ALAGOAS - Vigilância Transporte de Valores Ltda.

Adalberto Moura e Silva
Adalberto Moura e Silva

Ch. Dept. Postal — CPF 239.430.024-01



EMPRESA DE SERVIÇOS DE VIGILANCIA
E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.

C. G. C. (M. F.) 12.334.678/0001-90

Rua Dr. Guedes Gondim, 106 - Térreo - Fone: 223-8631

Centro - Maceió - Alagoas

35

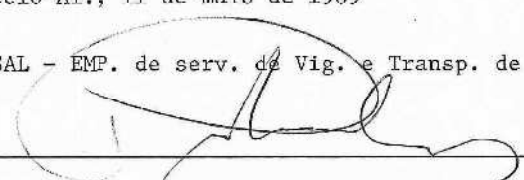
D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos, para os devidos fins, que recolhemos em favor da ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS, o percentual de 2% (dois por cento), descontado dos nossos funcionários vigilantes, associados a mesma.

Declaramos, ainda, que não recolhemos para mais nenhuma outra entidade.

Maceió-Al., 11 de maio de 1989

EPSAL - EMP. de serv. de Vig. e Transp. de Val. Ltda.


- PEDRO LUIZ DA SILVA FILHO -

af

VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES S/C — Imunilar

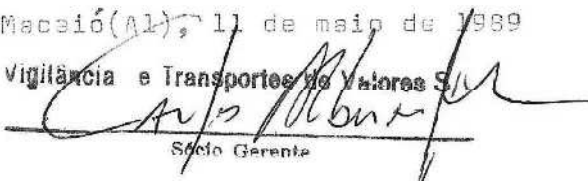
DECLARAÇÃO

Para os fins que se fizerem necessários, declaramos que esta empresa recolhe como contribuição social à Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância no Estado de Alagoas, a importância equivalente a 2% do salário base do vigilante.

Outrossim, esclarece que jamais contribuiu socialmente com o Sindicato dos Rodoviários de Alagoas.

Maceió(Al), 11 de maio de 1989

Vigilância e Transportes de Valores S/C


Sócio Gerente

Rua do Imperador, 510 - Térreo - Fones: 223-5832 - 223-5095 - 223-5402 - Maceió - Al.



**Nordeste Alagoas
Vigilância e Transporte
de Valores Ltda.**

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos, para os devidos fins, que recolhemos em favor da ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NO ESTADO DE ALAGOAS, o percentual de 2% (dois por cento), descontado dos nossos funcionários vigilantes, associados a mesma.

Declaramos ainda, que não recolhemos para mais nenhuma outra entidade.

Maceió-Al., 11 de maio de 1989

NORDESTE ALAGOAS - Vig. e Transp. de val. Ltda.

- JOSÉ PORFÍRIO S. FILHO -
(Gerente).



78
J.F. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

VIGILÂNCIA EM GERAL • Patrimonial • Bancária • Ostensiva

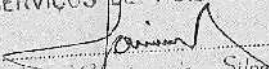
Maceió, 10 de Maio de 1989

D E C L A R A Ç Ã O

Declaramos para os fins que se fizerem necessários, que não descontamos contribuição social dos nossos funcionários, para o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Alagoas.

Atenciosamente,

J. F. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.


José Cássio de Silva
Chefe Depart.º Pessoal

Sede: R. Barão de Alagoas, 453-A - Fones: 221-9555/221-9595
C.G.C. 12.490.108/0001-99 - Insc. Est. Isento - Maceió - Alagoas.
Sede: Av. Des. Maynard, 515-A - Fones: 222-4745/5394
C.G.C. 13.173.562/0001-89 - Insc. Est. Isento - Aracaju - Sergipe



MINISTÉRIO DO TRABALHO

GUIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - GRCS

1 CPF OU CARIMBO PADRONIZADO DO "G" DO ESTABELECIMENTO

12490181/0001-60

TRANSPORTE ALAGOAS - VIG. A. I. E
TRANSPORTE DE VALORES LTDA.

Av. Siqueira Campos, 1871 79

Trapiche da Barra - CEP - 57.010

MACEIO - AL.

2 RESERVADO

3 CPF OU CGC DO ESTABELECIMENTO

4 DATA LIMITE DE PAGAMENTO

5 EXERC.

DADOS DA ENTIDADE SINDICAL

6 NOME DA ENTIDADE

FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO NORTE E NORDESTE

7 ENDEREÇO (rua, avenida, praça, etc.)

Av. Mário Melo

8 NÚMERO

108

10 COMPLEMENTO (andar, sala, etc.)

12 BAIRRO ou DISTRITO

Boa Vista

13 CEP

50.000

14 MUNICÍPIO (CIDADE)

Pecém

7 CÓDIGO DA ENTIDADE SINDICAL

005.069.000000

11 CGC DA ENTIDADE

08.142.853/0001-70

16 SIGLA UF

PE

DADOS DO CONTRIBUINTE

16 NOME/RAZÃO SOCIAL/DENOMINAÇÃO SOCIAL

TRANSPORTE ALAGOAS-Vigilância e Transporte de Valores Ltda.

18 ENDEREÇO (rua, avenida, praça, etc.)

Av. Siqueira Campos

19 NÚMERO

1871/79

20 COMPLEMENTO (andar, sala, etc.)

22 CEP

57.000

23 MUNICÍPIO (CIDADE)

Maceió

24 BAIRRO ou DISTRITO

Trapiche da Barra

17 CÓDIGO DO ESTABELECIMENTO

21 DATA INÍCIO ATIVIDADE

01.01.80

25 SIGLA UF

AL

26 ATIVIDADE DO CONTRIBUINTE

Vig. e Transp. Val.

27 CDO ATIVID.

174599

28 SUB-CÓDIGO ATIVID.

58320

29 CÓDIGO CBO

58320

30 TIPO DE ESTABELECIMENTO

X 01 UNICO 02 PRINCIPAL 03 FILIAL 04 OUTROS

31 Nº ESTABELECIMENTO DA EMPRESA

DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO

32 01 ESTABELECIMENTO EMPREGADOR 02 AUTÔNOMO / LIBERAL

OU

03 EMPREGADOS

33 CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA

40.000,00

9

38 Nº DE EMPREGADOS QUE CONTRIBUEM PARA ESTA ENTIDADE SINDICAL

6

39 TOTAL DA REMUNERAÇÃO

8

40 TOTAL DE EMPREGADOS DO ESTABELECIMENTO

7

41 Nº DE NÃO CONTRIBUINTES

3

DADOS DA CONTRIBUIÇÃO

42 VALOR DA CONTRIBUIÇÃO

1.340,01

43 MULTA

44 JUROS DE MORA

45 CORREÇÃO MONETÁRIA

46 TOTAL A RECOLHER

1.340,01

49 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

47 LOCAL

Maceió/AL

48 DATA

30 de abril

1989

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

FIM DO DOCUMENTO DE RECEBIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO

MINISTÉRIO DO TRABALHO

GUIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - GRS

1 CPF OU CARIMBO PADRONIZADO DE CGC DO ESTABELECIMENTO 12334678/0001-90		7 RESERVADO	
EPSAL - EMPRESA DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA		3 CPF OU CGC DO ESTABELECIMENTO	
RUA DR. GUEDES GONDIM, 106 - 1.º AND. CENTRO - C.E.F. - 57020 MACEIO - ALAGOAS		4 DATA LIMITE DE PAGAMENTO 30/04/89	5 FASE

DADOS DA ENTIDADE SINDICAL			
8 NOME DA ENTIDADE FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO NORTE E DO NORDESTE		7 SÍMBOLO DA ENTIDADE SINDICAL 005.069.000000	
9 ENDEREÇO (rua, avenida, praça, etc.) AV. MÁRIO MELO		10 NÚMERO 106	11 COMPLEMENTO (andar, sala, etc.)
12 BAIRRO ou DISTRITO BOA VISTA	13 CEP 50.000	14 MUNICÍPIO (CIDADE) RECIFE	15 ESTADO PE

DADOS DO CONTRIBUINTE			
16 NOME RAZÃO SOCIAL - DENOMINAÇÃO SOCIAL EPSAL-EMPRESA DE PREST. DE SERV. DE VIG. E TRANSP. DE VALORES LTDA.		17 CÓDIGO DO ESTABELECIMENTO	
18 ENDEREÇO (rua, avenida, praça, etc.) RUA DR. GUEDES GONDIM		19 NÚMERO 106	20 COMPLEMENTO (andar, sala, etc.) 1º ANDAR
22 CEP 57020	23 MUNICÍPIO (CIDADE) MACEIO	24 BAIRRO ou DISTRITO CENTRO	25 ESTADO AL
26 ATIVIDADE DO CONTRIBUINTE		27 CDD - ATIVID.	28 SUBCÓDIGO ATIVID.
		29 CÓDIGO CBO	30 TIPO DE ESTABELECIMENTO ☐ UN. CO. ☐ PRINCIPAL ☐ FILIAL ☐ OUTROS
		31 NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA	

DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO				DADOS DA CONTRIBUIÇÃO			
32 CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA		33 TOTAL DA EMPRESA		34 DATA ESTABELEC.		35 CAPITAL ATRIBUÍDO A ESTE ESTABELECIMENTO	
36 VALOR BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO		37 LOCAL		38 DATA		39 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA	
40 VALOR DA CONTRIBUIÇÃO		41 MULTA		42 JUROS DE MORA		43 CORREÇÃO MONETÁRIA	
44 TOTAL A RECOLHER		45		46		47	

48 LOCAL MACEIO		49 DATA 30 ABRIL 1989		50 NÚMERO DE CONTROLE 006 026 11MA189 C		51 VALOR DA CONTRIBUIÇÃO 52.140 R\$	
---------------------------	--	---------------------------------	--	---	--	---	--

OBSERVAÇÃO: SE AUTÔNOMAMENTE PREENCHIDA, NÃO SE REFERE A "DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO" APENAS O CAMPO 37, QUE NESTE CASO EQUIVALE AO MAIOR VALOR DE REFERÊNCIA VIGENTE.

MINISTÉRIO DO TRABALHO
GUIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - 8803

13) CÓDIGO AUTORIZADOR DO CEC DO ESTABELECIMENTO

12498861/0001-20

NORDESTE ALACOAS VIGILÂNCIA E
TRANSP. DE VALORES LTDA.
RUA BELO HORIZONTE N.º 914
FAROL - CEP - 57.055
MACAIO - AL.

14) DATA

12498861/0001-20

DATA LIMITE DE PAGAMENTO

28.04.89

15) FÓRUM

89

DADOS DA ENTIDADE CIVIL

16) NOME DA ENTIDADE
FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO NORTE E DO NORDESTE

17) CÓDIGO DO ESTABELECIMENTO
005.069.000000

18) AV. MÁRIO MELO

19) CÍVIL

108

20) COMPLEMENTO (Cidade, bairro, etc.)

21) DATA DA ENTIDADE
08142853/0001-70

22) BOA VISTA

23) VALOR

50.000

24) RECEIPE

25) FÓRUM

89

DADOS DO CONTRIBUINTE

26) NOME/RAZÃO SOCIAL/DESCRIÇÃO SOCIAL
NORDESTE ALACOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.

27) CÓDIGO DO ESTABELECIMENTO
806021

28) ENDEREÇO (Cidade, bairro, etc.)
RUA BELO HORIZONTE

29) CÍVIL

21

30) COMPLEMENTO (Cidade, bairro, etc.)

31) DATA DA ENTIDADE
05.05.80

32) CEP
57.055

33) MUNICÍPIO
MACAIO

34) RAZÃO SOCIAL

35) FÓRUM

AL.

36) ATIVIDADE
VIGILÂNCIA OS- 55.39

37) SUB-CODIGO ATIVIDADE

38) CÍVIL

39) FÓRUM

AL.

40) DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO

41) DADOS DA CONTRIBUIÇÃO

42) ESTABELECIMENTO

43) CONTRIBUINTE

44) EMPRESARIAL

45) EMPRESARIAL

46) VALOR DA CONTRIBUIÇÃO

854,86

47) CAPITAL SOCIAL

48) DA EMPRESA

49) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

50) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

51) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

52) VALOR DA CONTRIBUIÇÃO

854,86

53) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

54) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

55) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

56) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

57) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

58) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

854,86

59) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

60) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

61) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

62) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

63) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

64) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

854,86

65) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

66) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

67) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

68) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

69) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

70) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

854,86

71) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

72) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

73) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

74) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

75) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

76) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

854,86

77) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

78) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

79) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

80) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

81) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

82) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

854,86

83) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

84) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

85) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

86) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

87) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

88) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

854,86

89) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

90) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

91) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

92) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

93) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

94) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

854,86

95) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

96) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

97) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

98) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

99) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

100) TOTAL DA CONTRIBUIÇÃO

854,86

MACAIO

28

ABRIL

1989

RECIBO 0285 08397 8948028

854,86

REC

João



MINISTÉRIO DO TRABALHO

GUIA DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO SINDICAL - GRCS

1 CPF OU CARIMBO PADRONIZADO DO CGC DO ESTABELECIMENTO

12490108/0001 99

J. F. SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA
RUA BARÃO DE ALAGOAS, Nº 453-A
CENTRO - CEP - 57.020
MACEIO - AL

2 RESERVADO

3 CPF OU CGC DO ESTABELECIMENTO

12.490.108/0001-99

4 DATA LIMITE DE PAGAMENTO

28.04.89

5 EXERC

1989

DADOS DA ENTIDADE SINDICAL

6 NOME DA ENTIDADE FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO NORTE E DO NORDESTE				7 CÓDIGO DA ENTIDADE SINDICAL 005.069.000000	
8 ENDEREÇO (rua, avenida, praça, etc.) AV. MÁRIO MELO		9 NÚMERO 108	10 COMPLEMENTO (andar, sala, etc.)		11 CGC DA ENTIDADE 08.142.853/0001-70
12 BAIRRO ou DISTRITO BOA VISTA		13 CEP 50.000	14 MUNICÍPIO (CIDADE) RECIFE		15 SIGLA UF PE

DADOS DO CONTRIBUINTE

16 NOME RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO SOCIAL J.F. SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA				17 CÓDIGO DO ESTABELECIMENTO 8060215	
18 ENDEREÇO (rua, avenida, praça, etc.) RUA BARÃO DE ALAGOAS		19 NÚMERO 453-A	20 COMPLEMENTO (andar, sala, etc.)		21 DATA INÍCIO ATIVIDADE 17.07.79
22 CEP 57.020	23 MUNICÍPIO (CIDADE) MACEIO		24 BAIRRO ou DISTRITO CENTRO		25 SIGLA UF AL
26 ATIVIDADE DO CONTRIBUINTE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		27 CDO. ATIVID. 806	28 SUB-CÓDIGO ATIVID. 0215	29 CÓDIGO CBO 5460	30 TIPO DE ESTABELECIMENTO ☒ 01 ÚNICO ☐ 02 PRINCIPAL ☐ 03 FILIAL ☐ 04 OUTROS
31 Nº ESTABEL. DA EMPRESA					

DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO

32 ☐ 01 ESTABELECIMENTO EMPREGADOR ☐ 02 AUTÔNOMO / LIBERAL		33 CAPITAL SOCIAL DA EMPRESA 20.000,00		34 TOTAL DA EMPRESA	
35 DESTA ESTABELEC.		36 CAPITAL ATRIBUÍDO A ESTE ESTABELECIMENTO		37 VALOR BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO	
38 Nº DE EMPREGADOS PARA ESTA ENTIDADE SINDICAL		39 TOTAL DA REMUNERAÇÃO		40 TOTAL DE EMPREGADOS DO ESTABELECIMENTO	
41 Nº DE NÃO CONTRIBUINTES		42 VALOR DA CONTRIBUIÇÃO 373,70		43 MULTA	
44 JUROS DE MORA		45 CORREÇÃO MONETÁRIA		46 TOTAL A RECOLHER 373,70	

Maceio (AL) 28 Abril 1989

49 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

CEFO05528ARR89 237-710 02061 373,70R 103016

Certifico haver conferido e
apresento fotocópia com o original
do MIO 101 apresentado 373,70R 103016
de 11 de 1989
em Maceio

Del. Luiza Farias de Macedo
da TABELA PÚBLICA
em Maceio, 11 de 1989
Ass. José Antônio de Oliveira
Ass. José Antônio de Oliveira

2ª VIA - CONTRIBUINTE

1ª VIA - ENTIDADE SINDICAL

OBSERVAÇÃO: SE AUTÔNOMO/LIBERAL PREENCHER, NO QUE SE REFERE A "DADOS DE REFERÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO", APENAS O CAMPO 37, QUE NESTE CASO EQUIVALE AO MAIOR VALOR DE REFERÊNCIA VIGENTE

898

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO que entre si fazem perante o Ilmo Sr. Dr. Delegado Regional do Trabalho do Estado de Alagoas, de um lado, como SUSCITANTE, a FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO NORTE E DO NORDESTE e, de outro lado, como SUSCITADA a FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE ALAGOAS.

1. DOS CONTRATANTES

Celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, de um lado, a FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS NO COMÉRCIO DO NORTE E DO NORDESTE, representando os Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância no Estado de Alagoas, e de outro, a FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DE ALAGOAS, representando as EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E AS QUE MANTÊM VIGILÂNCIA PRÓPRIA NO ESTADO DE ALAGOAS, aqui representados, respectivamente, pelos seus Presidentes.

2. DO OBJETO

Esta CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO se baseia no disposto do art. 616 da Consolidação das Leis do Trabalho e tem por finalidade a estipulação de condições da atividade laboral da categoria profissional dos empregados VIGILANTES, com fixação de novos salários, definidos nas cláusulas seguintes:

3. DOS BENEFICIÁRIOS

São beneficiários deste negócio jurídico os empregados vigilantes que trabalham para as Empresas Prestadoras de Serviços de Vigilância e para as que mantêm Serviços de Vigilância Própria no Estado de Alagoas.

4. DO REAJUSTE SALARIAL E MELHORIAS DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO

4.1. As Empresas se obrigam a pagar, a partir de 19 de abril de 1988, o salário normativo, ou seja, o salário profissional do vigilante, ora fixado em R\$ 11.000,00 (Onze Mil Cruzados), reajustado a partir de maio/88 com base na URP - Unidade de Referência de Preços;

4.2. Fica acertado que o horário noturno será observado rigorosamente conforme previsto em Lei, ou seja, que o período das 22:00 às 05:00 horas, será pago com adicional noturno;

4.3. Fica estabelecido que, além do horário normal, o vigilante poderá trabalhar, quando necessário, mais 04:00 (quatro) horas, perfazendo o total de 12:00 (doze) horas diárias;

* 4.4. Fica estabelecido que serão remuneradas as horas suplementares com acréscimo de 30%, calculado sobre a hora normal;

Alagoas 7-176103

* A partir da promulgação da
Constituinte, a hora extra virá
a ser 50% de acréscimo

- 4.1. As Empresas obrigam-se no pagamento do adicional de periculosidade ou insalubridade, na forma disposta na Consolidação das Leis do Trabalho;
 - 4.6. As Empresas fornecerão 02 (dois) uniformes gratuitamente, por ano, tendo o vigilante responsabilizado pelo extravio ou uso indevido do fardamento;
 - 4.7. Fica estabelecido que as Empresas obrigam-se a fazer o seguro de vida em favor de seus empregados vigilantes sem quaisquer ônus para os mesmos, conforme previsto na Lei nº 7.102/83, art. 19, IV, sob pena de não o fazendo, arcar com o pagamento do prêmio no caso de invalidez ou morte do vigilante, em face de ocorrência registrada no desempenho da função;
 - 4.8. As Empresas ficam obrigadas a fornecer aos seus empregados, comprovantes de pagamento (contra-cheque, o rito ou cópia de recibo), discriminando detalhadamente os valores do salário e da remuneração do trabalho e os respectivos descontos;
 - 4.9. É obrigatória a garantia de, no mínimo, 01 (uma) hora de intervalo para o almoço do empregado vigilante;
 - 4.10. As Empresas colaborarão, por ocasião da admissão dos seus empregados, facilitando-lhes a filiação na sua respectiva entidade, mediante a apresentação da proposta de filiação no ato da opção pelo FGIS;
 - 4.11. Os empregados que permanecerem no posto de serviço por mais de 12 (doze) horas, pela ausência do substituto, receberão as horas excedentes em dobro;
 - 4.12. Por deliberação da Assembleia Geral, ficam as empresas autorizadas a descontar na folha de pagamento de seus empregados associados, mensalmente, a importância de 2% do salário base, que será recolhido até o 15º dia do mês subsequente aos cofres da Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância no Estado de Alagoas;
 - 4.13. As Empresas descontarão de todos os seus empregados vigilantes, no primeiro mês de vigência desta Convenção Coletiva de Trabalho, o percentual de 20% (vinte por cento) aplicado sobre os salários corrigidos, em favor da Federação dos Empregados no Comércio do Norte e do Nordeste, cujo repasse que se efetuará mediante guia própria fornecida pela Entidade de Classe, deverá ocorrer, no máximo, até o 15º dia do mês subsequente a vigência da presente Convenção;
- PARÁGRAFO ÚNICO - As Empresas que deixarem de efetuar o recolhimento das importâncias avençadas nas cláusulas anteriores, no prazo previsto, incidirão na multa moratória de 10% sobre o total devido, além de juros e correção monetária, na forma adotada pelo Governo; no caso de cobrança judicial, serão acrescidos honorários advocatícios, na base de 20% sobre o total apurado, custas e demais cominações judiciais;
- 4.14. As Empresas poderão efetuar outros descontos dos salários dos seus empregados em favor da Associação Profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância no Estado de Alagoas, quando por esta notificadas e devidamente au

[Handwritten signatures and marks]

torizada, por escrito, pelo empregado, nos termos da Lei e do presente instrumento;

- 4.15. Os empregados que faltarem ao serviço, sofrerão tão somente o desconto do c em que esteve ausente, não podendo sofrer nenhum desconto extra;
- 4.16. Fica estabelecido que todos os empregados que participaram da greve ocorrida no dia 16 de abril de 1988, terão as suas faltas compensadas e não sofrerão quaisquer outras punições;
- 4.17. A presente Convenção Coletiva de Trabalho, vigorará pelo prazo de 01 (um) an a partir de 1º de abril de 1988 até 30 de março de 1989, quando será revisto no todo ou em parte.

Por estarem acordados, assinam a presente Convenção em de las vias, quanto se fizerem necessárias, após o que será registrada na DRT-AL, par produzir efeitos legais.

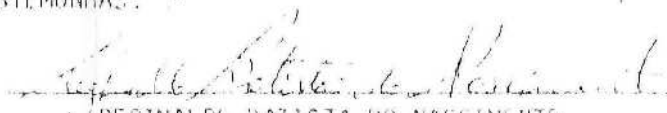
Maceió, 20 de abril de 1988

REGINALDO MEDEIROS DE SOUZA

Presidente da Federação dos Empregados no Comércio do Norte e do Nordeste.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO ALAGOAS.

TESTEMUNHAS:

1. 
REGINALDO BATISTA DO NASCIMENTO

Presidente da Associação Profissional dos Emoregagados em Empresas de Segurança e Vigilância no Estado de Alagoas.

2. 
ASSEPS - Associação das Empresa de Prestação de Serviços de Alagoas.

ORTIAL
24.120.001688/88
REGISTRADO EM LIVRO COMPETENTE
Sub. 128 808 - 02.05.88
SEÇÃO DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
EM 02/05/88

Nome: *[assinatura]*
Cargo: Chefe da Seção de Inspeção do Trabalho
Matrícula nº 1.491

Ass: *[assinatura]*
Nome: José Augusto de Souza Costa
Cargo: Diretor de Inspeção do Trabalho
Diretor de Inspeção do Trabalho

Visto:

Em 02.05.88

[assinatura]
Nome: *[assinatura]*
Cargo: Substituto
Matrícula nº 1.492

87/ 91/ 8

Bel. Lumar Fonseca de Machado

TABELIONATO DE NOTAS DO 4.º OFÍCIO

Rua Tibúrcio Valeriano, 101/105 - Fone: 223-3568

Maceió - Alagoas

CERTIDÃO

O BEL. LUMAR FONSECA DE MACHADO,

Tabelião Público de Notas do 4.º Ofício e Oficial

de Títulos e Documentos da Comarca de Maceió,

capital do Estado de Alagoas, na forma da Lei,

etc.

CERTIFICO, por me haver sido pedido verbalmente, que revendo em meu cartório o Livro A-7 do nº de / ordem 837 do Registro de Pessoas Jurídicas, dele consta a Alteração do teor seguinte: A requerimento de PEDRO LUIZ DA SILVA FILHO, é conforme publicação no Diário Oficial do Estado sob nº 192 de 09 de Outubro de 1986, faço a alteração que passo a transcrever: INSTRUMENTO PARTICULAR DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE SOCIEDADE POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, SOB A DENOMINAÇÃO DE EM PRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ALAGOANA LTDA-EPSAL- Pelo presente instrumento particular de alteração contratual, PEDRO LUIZ DA SILVA FILHO, brasileiro, casado, técnico em eletricidade, residente e domiciliado na Av. Dr. Antonio Gomes de Barros, nº 1144, no bairro de Jatiuca, portador da Carteira de Identidade de nº 108.499-AL e CPF/de nº 041.902.544-87 e MARIA DE LOURDES BRANDÃO DA SILVA, brasileira, casada, professora, residente e domiciliada na Av. Dr. Antonio Gomes de Barros, nº 1144, no bairro de Jatiuca, portadora da Carteira de Identidade de nº 123.006-AL e CPF/de nº 041.902.544-87, todos desta cidade, resolvem de comum acordo, alterar o Contrato Social da Sociedade por quotas de responsabilidade limitada sob a denominação, EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ALAGOANA LTDA-EPSAL- registrada no cartório de Registro de Títulos e Documentos, sob o nº 837, Livro "A-7" em 01 de agosto de 1975, / mediante as cláusulas seguintes: PRIMEIRA- Fica mudada a denominação social de EPSAL-EMPRESA DE PRESTAÇÃO de SERVIÇOS ALAGOANA LTDA, para EPSAL-EMPRESA DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA.-SEGUNDA-O Capital social que é de 1.000(mil) / M.V.R.(maior valor de referência), passa a ser distribuído entre os sócios da seguinte maneira: PEDRO LUIZ DA SILVA FILHO, terá 60% (sessenta por cento) do capital registrado; MARIA DE LOURDES BRANDÃO DA SILVA, terá 40% (quarenta por cento) do capital registrado.

ARQUIVO EM CAIXA FORTE

BRANDÃO DA SILVA, terá 40% (quarenta por cento), do capital registrado. TERCEIRA-As demais cláusulas do contrato primitivo e posteriores alterações já arquivadas e por este instrumento não alteradas continuam em pleno vigor. E, por estarem assim justos e // acordados assinam o presente instrumento em 06(seis) vias de /// igual teor e forma na presença de duas testemunhas. Maceió(AL), 12/ de agosto de 1986. MARIA DE LOURDES BRANDÃO DA SILVA.-PEDRO LUIZ/ DA S. FILHO.-Eu, Jadna Maria dos Santos, escrevente autorizada a/ escrevi. E eu, Lumar Fonseca de Machado, Oficial subscrevo, dato e assino. Maceió, 17 de Novembro de 1986. Lumar Fonseca de Machado, O Referido é verdade e dou fé nesta cidade de Maceió, Capital do/ Estado de Alagoas, aos dezesete(17) dias do mes de Novembro do // ano de mil novecentos e oitenta e seis(1986). Eu, *[assinatura]* Oficial do Registro de Pessoas Juridicas, fiz datilografar, subscrevo, dato e assino.

Cartório de Notas 2º Ofício
Rua Dr. Cláudio Pinto nº 30 - Maceió Alagoas
Telefone: 31.1111 - 31.1112 - 31.1113

17 de Novembro de 1986

[assinatura]

Oficial do Registro de Pessoas Juridicas

Cartório de Notas 2º Ofício

Tabelião MARIA SALETE DE ARAÚJO OLIVEIRA
Sucessora de EURYCLES P. OLIVEIRA

Rua Dr. Cláudio Pinto nº 30 - Maceió Alagoas

Certifico haver autenticado a presente fotocópia
vez que ela confere com o original aqui redu-
zida. Dou fé.

Maceió, 08 de Junho de 1988

Em texto *[assinatura]* de verdade.

Maria Salete de Araújo Oliveira

888

ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE SOCIEDADE CIVIL COM FINS LUCRATIVOS

Pelo presente instrumento particular de alteração de contrato social, os abaixo assinados EPITÁCIO MENDES SILVA, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Alvares Cabral, nº 79, Prado, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade nº 72.124-SSP/AL, e do CPF. nº 007.377.714-53; FRANCISCO MENDES FILHO, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado no Conjunto Cardoso da Silva nº 24, Ponta Grossa, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade nº 48.693-SSP/AL, e CPF. nº 007.575.514-91; CARLOS ALBERTO MELO, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Uruguai, nº 329, Jaraguá, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade nº 119.679-SSP/AL e do CPF. nº 067.981.104-44; SUSANA AVAYU MENDES SILVA (1ª), brasileira, solteira, estudante, residente e domiciliada à Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 67, Cruz das Almas, nesta cidade; portadora da Cédula de Identidade nº 312.016-SSP/AL, e do CPF. nº 228.849.984-20; EPITÁCIO GIACOMO MENDES SILVA FILHO (2ª), brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado à Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 67, Cruz das Almas, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade nº 416.901-SSP/AL, e do CPF. nº 228.930.675-68, e MÁRCIO FRANCISCO MENDES SILVA (3ª), brasileiro, solteiro, residente e domiciliado à Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 67, Cruz das Almas, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade nº 456.609-SSP/AL e do CPF nº 228.945.784-15, o (1ª), (2ª) e (3ª) assistidos por seu genitor Epitácio Mendes Silva, todos sócios componentes da sociedade civil com fins lucrativos, denominada "VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES S.C. - IMUNILAR", com contrato social registrado no Cartório do 4º ofício no Livro "A"-3, sob nº 396, resolvam de comum acordo alterar o seu contrato social primitivo, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1ª) - O capital social que era de Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros), fica elevado para Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros), dividido em 30.000 (trinta mil) quotas iguais de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma, e assim distribuídas entre os sócios: Epitácio Mendes Silva 16.500 (dezesseis mil e quinhentas); Francisco Mendes Filho 6.000 (seis mil); Susana Avayu Mendes Silva 1.500 (um mil e quinhentas); Epitácio Giacomo Mendes Silva Filho 1.500 (um mil e quinhentas); Márcio Francisco Mendes Silva 1.500 (um mil e quinhentas); Carlos Alberto Melo 3.000 (três mil), perfazendo o capital de cada um na sociedade, as importâncias de Cr\$ 16.500.000,00 (dezesseis milhões e quinhentos mil cruzeiros); Cr\$ 6.000.000,00 (seis milhões de cruzeiros); Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão de cruzeiros, digo um milhão e quinhentos mil cruzeiros); Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros); Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros) e Cr\$ 3.000.000,00 (três milhões de cruzeiros), respectivamente;

[Assinaturas]

89

2a) - O aumento acima verificado é processado com recursos da conta "Lucros Suspensos" e "Reavaliação de Ativo Imobilizado", constante no Balanço Geral, enderrado em 31.12.63;

3a) - No caso de retirada ou falecimento de qualquer um dos sócios, a sociedade não se extinguirá, sendo os seus direitos e haveres, levantados com base no último Balanço Geral, e pago ao sócio retirante, ou aos herdeiros do sócio falecido, 20% (vinte por cento), à vista, e o restante, dividido em 12 (doze) prestações iguais e mensais, vencendo-se a 1ª (primeira) 30 (trinta) dias após a ocorrência;

4a) - Continuam em vigor as demais cláusulas e alterações posteriores do seu contrato social primitivo que não colidam ou que não tenham sido atingidas pelo presente instrumento de alteração contratual;

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento particular de alteração de contrato social, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, com 02 (duas) testemunhas, tudo de conformidade com a legislação em vigor.

Maceió, 27 de abril de 1964.


Epitácio Mendes Silva


Francisco Mendes Filho

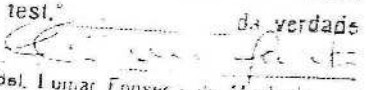

Carlos Alberto Melo


Susana Avayu Mendes Silva


Epitácio Giacomo Mendes Silva


Márcio Francisco Mendes Silva

TESTEMUNHAS:


Reconheço a firma de Luiz Paes Fonseca de Machado, empresário, residente em Maceió, 27 de abril de 1964.
Em test. da verdade

Luiz Paes Fonseca de Machado
Maceió, 27 de abril de 1964

Maria José Mendes de Oliveira

CONTRATO DE SOCIEDADE POR COTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Pelo presente instrumento particular de Contrato Social, os abaixo assinados JOB FONTES DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, comerciante, residente e domiciliado à Rua Joaquim Távora, 221-Centro nesta cidade de Maceió-AL e MARIA JULIA GOMES ROCHA, brasileira, casada, comerciante, residente e domiciliada à Rua Félix Bandeira, 366- no bairro de Ponta Grossa, também nesta cidade de Maceió-AL, resolvem, de comum acordo, constituir uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

1ª)-A Sociedade girará sob a denominação de J.F. SERVIÇOS GERAIS LTDA com sede à Rua Joaquim Távora, nº 221, no Centro, nesta cidade de Maceió, sendo o seu prazo de duração por tempo indeterminado.

2ª)-A Sociedade terá por objetivo a exploração, em estabelecimentos públicos, comerciais, industriais, bancários e residenciais, dos serviços de limpeza, imuhização, conservação, vigilância, offic boys, motoristas, cobradores, ascensoristas, atendentes, recepcionistas, escriturários, cozinheiras, pedreiros, pintores, balconistas, bombeiros hidráulicos, mensageiros de correspondências abertas, transportes escolares, lavanderia e toda e qualquer prestação de serviços que não venha a contrariar a legislação em vigor, bem como funcionará como agência de empregos, recrutamento e seleção de pessoal, incluindo a administração de cursos profissionalizantes, e ainda funcionará com representações em geral, corretagens e administrações de condomínios.

3ª)-O capital será de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), dividido em 50 (cinquenta) cotas de Cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada uma e distribuídas entre os sócios da seguinte forma: o sócio JOB FONTES DE OLIVEIRA subscreve 25 (vinte e cinco) cotas no valor total de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) e integraliza em dinheiro no ato da assinatura do presente 20 (vinte) cotas e as restantes, 05 (cinco) cotas, serão integralizadas dentro de 01(um) ano, com o aproveitamento dos lucros a serem apurados em futuros balanços; a sócia MARIA JULIA GOMES ROCHA subscreve 25 (vinte e cinco) cotas no valor total de Cr\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil cruzeiros) e integraliza em dinheiro 05 (cinco) cotas ficando as restantes, 20 (vinte) cotas, a serem integralizadas no espaço de 01(um) ano com a apuração dos lucros em futuros balanços.

4ª)-A responsabilidade dos sócios se limita ao total do capital social subscrito.

to 30/18

52) A administração da Sociedade será exercida por todos os sócios, os quais ficam isentos de caução. As atribuições dos sócios serão definidas da seguinte forma: cabe ao sócio JOD FONTES DE OLIVEIRA, na qualidade de sócio-Diretor-Presidente, assinar todos os cheques bancários, promissórias e contratos de financiamentos; caberá à sócia MARIA JULIA GOMES ROCHA, na qualidade de Diretora Administrativa, substituir ao Diretor-Presidente em suas faltas e impedimentos, inclusive na assinatura de quaisquer documentos da Sociedade e a administração, recrutamento, seleção e fiscalização do pessoal.

62) Em 31 de dezembro de cada ano, será procedido um balanço geral na Sociedade, sendo os lucros os prejuízos divididos ou suportados por ambos os sócios, nas seguintes condições: 20 (vinte) por cento para reposição de máquinas e equipamentos, 50 (cinquenta) por centos para integralização das cotas e o restante 30 (trinta) por centos será distribuído entre os sócios.

72) Todos os sócios, para suas despesas particulares, poderão retirar mensalmente um pro-labore até o limite máximo permitido pela legislação do Imposto de Renda, de comum acordo entre ambos, expresso em reunião da Diretoria, lavrado em livro de atas de reuniões. A despesa correspondente será levada à conta Despesas Gerais ou conta similar, da Sociedade.

82) No caso de qualquer sócio desejar se retirar da sociedade, deverá comunicar a sua intenção por escrito ao outro, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Nesta oportunidade será levantado um balanço geral na sociedade, sendo o patrimônio líquido pago proporcional às cotas do capital de cada um, sendo 20 (vinte) por cento à vista e o restante em 12 (doze) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a 24 (segunda) 60 (sessenta) dias após a retirada do sócio.

92) No caso de falecimento de qualquer um dos sócios, a sociedade se extinguirá. Será procedido um balanço geral na sociedade, sendo sua parte do patrimônio líquido pago aos herdeiros do sócio falecido, nas mesmas condições da cláusula anterior.

102) Para foro da Sociedade os sócios elegem o da Comarca de Maceió.

E por estarem justos e contratados, ambos os sócios assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, com 02 (duas) testemunhas, tudo de conformidade com a legislação em vigor.

Maceió, 23 de março de 1976

Maceió, 23 de março de 1976

SECIOS:

Job Fontes de Oliveira
JOB FONTES DE OLIVEIRA

GPF 085671235/34

Maria Julia Gomes Rocha
MARIA JULIA GOMES ROCHA

GPF 133567474/87

TESTEMUNHAS:

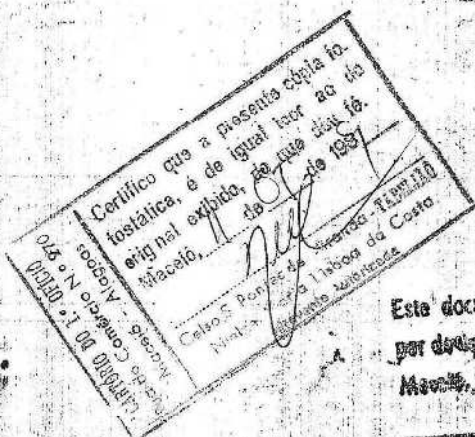
Abinadabe Pereira Barbosa
ABINADABE PEREIRA BARBOSA

Jose Carlos Ribeiro Rocha
JOSE CARLOS RIBEIRO ROCHA

LABELIONATO DO 1.º OFICIO
Rua do Comércio N.º 270

Reconheço e firma a assinatura de Job
Fontes de Oliveira e Maria Julia
Gomes Rocha em 23 de março de 1976
Em test. da verdade.

TRILHO FONTES DE MIRANDA - Substituto



Este documento foi registrado sob n.º 1/29728
por despacho da ASSEMBLEIA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
Maceió, 23 de março de 1976.

Secretário - Geral



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE ALAGOAS
AUTENTICAÇÃO

Certifico, em cumprimento ao Despacho do Sr. Secretário Geral,
exarado na petição protocolada sob nº 2976/88
em 25 de 05 de 1988, a presente cópia
tática é igual ao original arquivada em 22.04.76/525 N: 27200023848

Maceió 25 de 05 de 1988

CONFIRE:

[Signature]
CHEFE DO SETOR DE CERTIDÃO
VISTO

CONTRATO SOCIAL POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.

Pelo presente Instrumento particular de Contrato Social, JOB FONTES DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 163.893-SSP-SE e CPF nº 085671235-34, residente e domiciliado à Rua Mário Nunes Vieira, 89 - Mangabeira-Maceió-AL; JORGE FONTES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, comerciante, portador da Carteira de Identidade nº 163.709-SSP-SE e CPF nº 067499925-87, residente e domiciliado à Av. Silvestre Péricles, 808-Prado-Maceió-AL; e MARIA FONTES DE OLIVEIRA, brasileira, viúva, comerciante, portadora da Carteira de Identidade nº 224.187-SSP-SE e CPF nº 068629345-20, residente e domiciliada à Rua Horário Hora, 58-Bairro de Santo Antonio-Aracaju-Se. Todos capazes têm justo e contratados a Organização de uma Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada ao Capital Social, para a exploração nos Serviços de Vigilância Patrimonial, Vigilância Bancária, e Vigilância em geral, regendo-se pelas Cláusulas e Condições seguintes, além das legais:

PRIMEIRA - A Sociedade girará sob a Razão Social de J. F. SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA, com sede social na Praça Edgar Barbosa, nº 8 - Satuba-AL.

SEGUNDA - O Capital Social é de Cr\$ 500.000,00 (Quinhentos Mil Cruzeiros) representado por 500 (Quinhentas) Quotas iguais de Cr\$ 1.000,00 (Um Mil Cruzeiros) cada uma, subscritas e integralizadas em moeda corrente do País na assinatura do presente Contrato, a saber: 400 (Quatrocentas) Quotas pelo Sócio JOB FONTES DE OLIVEIRA, perfazendo Cr\$ 400.000,00 (Quatrocentos Mil Cruzeiros); 50 (Cinquenta) Quotas pelo Sócio JORGE FONTES DE OLIVEIRA, perfazendo Cr\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Cruzeiros) e 50 (Cinquenta) Quotas pela Sócia MARIA FONTES DE OLIVEIRA, perfazendo Cr\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Cruzeiros).

TERCEIRA - A Responsabilidade dos sócios é na forma da Lei, limitada à importância de seu Capital Social.

QUARTA - As Quotas serão intransferíveis a terceiros, exceto com o consentimento expresse dos outros sócios.

QUINTA - A Sociedade será representada judicial e extrajudicialmente, ativa e passivamente, por todos os sócios, ou por qualquer deles isoladamente; Compete ao Sócio JOB FONTES DE OLIVEIRA, a função de Sócio-Gerente, podendo em nome da Sociedade, emitir cheques, notas promissórias, contrair empréstimos, abrir, fechar e movimentar contas correntes, assinar quaisquer documentos públicos ou particulares, relacionados com as atividades sociais da Empresa.

SEXTA - No dia 31 de Dezembro de cada ano, a Sociedade procederá a um levantamento de Balanço de Ativo e Passivo; os lucros verificados em cada um desses Balanços, se convier aos sócios serão distribuídos proporcionalmente aos seus Capital Social, ou irá para o Patrimônio Líquido na conta de Lucro Acumulado; Havendo prejuízo, será dividido para os sócios proporcionalmente aos seus Capital Social.

SETIMA - O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

OITAVA - Em caso de Falecimento de qualquer dos sócios, a Sociedade não se dissolverá, se convier a seus herdeiros a Sociedade continuará com estes, ou então, os herdeiros receberão os seus haveres, calculados pelo Balanço do exercício anterior e na proporção do tempo decorrido, em 05 (Cinco) prestações mensais e iguais, sendo a primeira após 90 (Noventa) dias da data do falecimento.

NONA - Nenhum dos sócios poderá, em nome da Sociedade, tornar-se fiador de qualquer pessoa, bem como avalizar ou endossar títulos de crédito a favor de terceiros.

C O N T I N U A .

946
continuação.

DECIMA - Qualquer ação fundada neste Contrato será proposta no Fórum desta Comarca, que fica desde já eleito.

DECIMA PRIMEIRA - Cada Sócio terá direito a uma retirada mensal a título de Pro-labore de acordo com a Legislação do Imposto de Renda, quantia essa que será levada a despesas da Sociedade.

DECIMA SEGUNDA - No caso de qualquer dos sócios desejar retirar-se da Sociedade, deverá notificar aos outros, por escrito, com antecedência de 60 (Sessenta) dias e seus haveres lhe serão reembolsados como se estabelece na Cláusula 8 (Oitava) do presente Contrato.

E por se acharem de perfeito acordo, se obrigam a cumprir o presente Contrato assinado na presença das testemunhas abaixo, lavrando-se esta e mais 04 (Quatro) vias de igual teor, para o competente Registro.

Sátuba, 07 de Dezembro de 1979.

TESTEMUNHAS:

João Carlos Leite
Antonio Luiz

Job Fontes de Oliveira
JOB FONTES DE OLIVEIRA

Jorge Fontes de Oliveira
JORGE FONTES DE OLIVEIRA

Maria Fontes de Oliveira
MARIA FONTES DE OLIVEIRA

TABELIONATO DO 1º OFÍCIO
Rua do Comércio N.º 270

Reconheço a assinatura por Semelhança supra

Job Fontes de Oliveira a
Maria Fontes de Oliveira em
Maceió, 11 de 12 de 1979

Em testemunha da verdade

João Carlos Leite - Tabelião em exercício
Maceió, 11 de 12 de 1979
Maceió, 11 de 12 de 1979

certifico haver conferido
a presente fotocópia com o original a quem
me foi apresentando: deu fé
em 11 de 12 de 1979
em Maceió
João Carlos Leite
Tabelião em exercício
Maceió, 11 de 12 de 1979

[illegible]

...the

CARTÓRIO HEITOR MARTINS
(PES. JUR. - TIT. E DOC.)
Rua Tibúrcio Valeriano, 97 - Macaé - AL.

Apresentado hoje para registro.
Protocolado sob nº 13680 no Livro
A-3 e Registrado sob o nº 336
no Livro A-3 do Registro
Jenias (admissões)
17 de 12 de 1979
Heitor Martins - OFICIAL



95

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

22 JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO *de Recife*

REMESSA
Nesta data, faço remessa com presentes
autos e

CONCLUSÃO

Nesta data, faço os presentes autos conclusos ao
Exmo. Sr. Juiz Presidente.

Recife, 15/05/89

Diretor de Secretaria

*Retornar, com o
nosso acórdão
15/05/89*

REMESSA

Nesta data, faço remessa com presentes

autos a 0 08 T.R.T. - 6ª Região

E, 151051 89

Diretor da Secretaria

REMESSA

Nesta data faço remessa destes autos

ao Exmo. Sr. Presidente do T.R.T.
da 6ª Região

Recife, 16 de 05 de 19 89

Diretor de S. C. P.

À d. Procuradoria Regional,
para opinar.

Recife, 16 de maio de 1989

José Guedes Corrêa Gondim Filho
Juiz Presidente T.R.T. Sexta Região



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

96

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho - 6ª Região
Nesta data, recebi estes autos do Tribunal Re-

gional do Trabalho
Recife, 16 de 05 de 1989

Entregue, nesta data, o presente processo ao

Procurador Everaldo Gaspar

Recife, 16 de 05 de 1989

J U N T A D A

Nesta data, faço juntada dos presentes
autos, protocolado sob n.º TRT DC-38/89 .

Recife, 3/6/89.

[Assinatura]

97

T.R.T. SEXTA REGIÃO

Serviço de Cadastramento Processual

TRT n. <u>DC-38/89</u>		PLENO	TURMA
JCJ			
Suscitante: <u>Sind. Trab. Transporte Rod. Est. Alagoas.</u>			
Suscitado: <u>Transporte Alagoas Vigilancia e Transporte de Valores e outros.</u>			
Rel. <u>—</u>			
Andamentos:			
<u>C.P. - 28.04.89</u>			
<u>J.C.J. - Maciel: 03.05.89</u>			
<u>A.P. -</u>			
<u>IPAT - 16.05.89</u>			
Informado por: <u>Orisolita</u>		Junto ao <u>3552/89</u>	
Recife <u>24/05/89</u>			



SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Maceió

Alagoas

Exm^a. Sr. Dr. Juiz Relator do T.R.T - SEXTA REGIÃO

DE-38/89

Hum auto.

16.24.5.39

João Vitorino Correia Gondim Vilhe
Juiz Presidente T.R.T. Sexta Região

JUSTICA DO TRABALHO
T.R.T. - 6ª REGIÃO

24 MAR 1989 003552

LIVRO... FOLHA...
PROTOCOLO GERAL

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS, devidamente qualificado nos autos do DISSÍDIO COLETIVO (Processo nº 38/89) que promove contra TRANSPORTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA., EPSAL - EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ALAGOANA LTDA., EMPRESARIAL VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA., LIDER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA., VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES IMUNILAR LTDA., JF - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA. e NORDESTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA., todas devidamente qualificadas, vem perante V.Exa., requerer a juntada de 04 (quatro) contra-cheques emitidos pela NORDESTE ALAGOAS e 01 (um) contra-cheque emitido pela IMUNILAR, para que assim possa esse Egrégio Tribunal do Trabalho instruir a decisão requerida, e ainda, expondo o seguinte:

1. O Patrono dos empregadores fez juntada no ato da contestação de parecer onde a Delegacia Regional do Trabalho, Rio de Janeiro, entende de que o motorista empregado de empresa de vigilância é vigilante, referido parecer fere os princípios normativos do artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, que define como categoria diferenciada, integrante do 2º Grupo da CNTT, e, para tanto fazemos juntada nesta oportunidade de certidão fornecida pela Delegacia Regional do Trabalho, em Alagoas, onde certifica que as empresas de vigilância não possui arquivada Plano de Cargo e Salário de que trata a Portaria SRT nº 08, de 30/01/87;

2. Em analisando os contra cheques ora juntos, verificamos que não existe salário padronizado nas empresas de vigilância e transportes de valores no Estado de Alagoas, umas pagam NCZ\$ 90,00 (noventa - cruzados novos) e outra paga NCZ\$ 220,00 (duzentos e vinte cruzados - nos), constituindo assim, verdadeiros disparates em valores efetivamente pagos à classe obreira.

3. A doutrina, a jurisprudência e a lei vigente no País, entende de de que para trabalhos iguais, salários iguais, é o princípio da



99
SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIÁRIO

NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Maceió

Alagoas

- folhas 02 -

isonomia salarial, é a contraprestação justa para a remuneração do trabalhador.

Diante do exposto, espera que o Tribunal Regional do Traba -
lho da Sexta Região, atenda aos anseios dos trabalhadores em transpor -
tes de valores do Estado de Alagoas, fixando as condições de trabalho
por eles requeridas e fixando-se a data base da categoria e um salá -
rio justo para a sua sobrevivência.

Termos em que

Pede Deferimento.

Maceió, 24 de maio de 1989.


ALFREDO DOS SANTOS MESQUITA
OAB 1104/0FF 820837604-68



NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES LTDA.
NORDESTE PARAÍBA LTDA.
NORDESTE ALAGOAS LTDA.

MÊS - ABR

ANO - 89

100

COD	HISTÓRICO	REFERENCIA	PROVENTOS	DESCONTOS
001	SALARIO BASE	220,00	220,00	
004	HORAS EXTRA 50%	30,00	18,45	
006	ADC. NOTURNO	49,00	4,01	
010	SALARIO FAMILIA	02 QT	3,70	
041	AJUDA DE CUSTO		3,76	
559	FARMACIA			18,71
560	FALTAS, ATRASOS	48,00		19,68
565	VALE TRANSPORTE			4,52
569	IAPAS			7,88
TOTAL DE PROVENTOS		TOTAL DE DESCONTOS	LÍQUIDO A RECEBER	F.G.T.S.
119,92		50,79	69,13	7,42
RECEBI		ASSINATURA:		
05				

FIRMA VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES S/C - IMUNILAR
RECIBO DE PAGAMENTO - SALÁRIO

PERÍODO DE: 01 A 30 DE ABRIL DE 19 89

EMEREGADO: [REDACTED]

SEÇÃO LOCAL CARGO MOTOTISTA REG: [REDACTED]

VANTAGENS:

DIAS.....A Cz\$	Cz\$	220,00
H. EXTRAS.....A cz\$	Cz\$	
ADICIONAL NOTURNO.....Cz\$		
ASSIDUIDADE.....Cz\$		
INSALUBRIDADE.....Cz\$		
PERICULOSIDADE.....Cz\$		
R.R.Cz\$		
ATIFICAÇÃO.....Cz\$		
TOTAL - BRUTO....Cz\$		220,00

DESCONTOS:

OUTROS.....Cz\$	
ORDEM JUDICIAL.....Cz\$	
I.N.P.S. 9%.....Cz\$	19,80
IMPOSTO SINDICAL.....Cz\$	
LIQUÍDO.....Cz\$	200,20
SAZÃO FAMILIA.....Cz\$	3,70
VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES S/C - IMUNILAR.....Cz\$	203,90

SAZÃO FAMILIA.....Cz\$

VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES S/C - IMUNILAR

RUA DO IMPERADOR, 510 - TERREO S/ 1 E 2 - CENTRO

CEP 57025
MACEIO - ALAGOAS

ASSINATURA -

OTATIAE - OTATIAE ED OTATIAE

DE

DE 10

OTATIAE

OTATIAE

:SE

1249 598/0001-70

OTATIAE

VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE
VALORES - S/C - IMUNILAR

OTATIAE

RUA DO IMPERADOR, 310 - TERREO S/ 1 E 2 - CENTRO

CEP - 57025

ALAGOAS

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

T O T - E R U O

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

OTATIAE

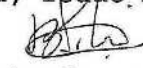


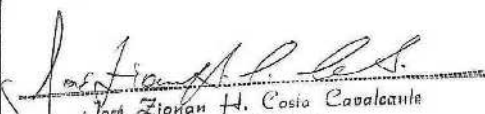
MINISTÉRIO DO TRABALHO

AL DELEGACIA REGIONAL

CERTIDÃO

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento de

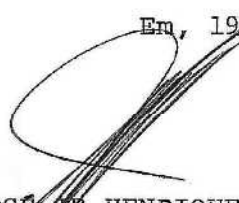
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS, situado na rua 16 de Setembro, nº 89 - Levada - Maceió-AL, inscrito no C.G.C./ME sob o nº 12.318.432/0001-24, processado nesta Regional sob o nº 24.120:001606/89, no qual solicita por CERTIDÃO se consta nesta repartição registro de Plano de Cargo e Salário das seguintes empresas: Transforte Alagoas e Vigilância e Transporte de Valores Ltda., EPSAL - Empresa de Prestação de Serviços Alagoana Ltda., Empresarial Vigilância Patrimonial Ltda., Líder Serviços de Vigilância Ltda. Vigilância e Transportes de Valores Imunilar Ltda., JF - Serviços de Vigilância Ltda. e Nordeste Alagoas Vigilância e Transportes de Valores Ltda. C E R T I F I C O, que nos arquivos desta repartição não consta homologação de que trata a Portaria SRT nº 08, de 30/01/87, referente a Quadro de Pessoal Organizada em Carreira, das empresas acima mencionadas. E para constar, Eu, Isaac Barros Silva, Ag. Administrativo LT-SA-801 NM 17 - (, lavrei a presente Certidão, que vai por mim rubricada, assinada pelo Chefe da Seção de Inspeção do Trabalho e pelo Diretor da Divisão de Relações do Trabalho, e visada pelo Sr. Delegado Regional do Trabalho em Alagoas. Maceió, 19 de maio de 1989.


José Zíonani H. Costa Cavalcante
Mat. 7789/0340
Chefe da SIT/DRT/AL


José Augusto da S.M. Costa
Fiscal do Trabalho
Mat. 8552 - Cif 0359

V I S T O

Em, 19/05/89


JOSÉ B. HENRIQUE PEDROZA
DELEGADO REGIONAL DO TRABALHO



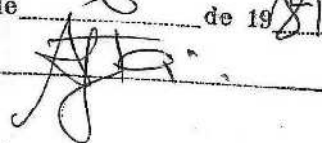
A parte contrária não
promoveu-se acerca do
requerimento de fls.


Everaldo Gaspar Lopes de Andrade
Procurador da Justiça do Trabalho

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho - 6.ª Região

Nesta data, recebidos os autos do Procurador
EVERALDO GASPAS DE ANDRADE
remeto-os ao Tribunal Regional do Trabalho,

Recife, 7 de 6 de 1981



RECEBIDOS NESTA DATA

em 07/06/89.

mpw.

p DIRETORA DO SERVIÇO PROCESSOS



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

Devolvidos, pela Procuradoria e apresentados ao Exmo. Sr.
Juiz Presidente para distribuição os autos do Proc. TRT-DC-38/89

Em, 12/6/89

Diretora do Serviço de Processos

DISTRIBUIÇÃO

Sorteado o Relator o Exmo. Sr. JUIZ VALMIR DE ALMEIDA LIMA

Designado o Revisor o Exmo. Sr. JUIZ FRANCISCO FAUSTO

Em, 12/6/89

Presidente do TRT - 6ª. Região

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Relator,

Em, 12/6/89

Diretora do Serviço de Processos

Visto, ao Exmo. Sr. Revisor.

Em,

J u i z R e l a t o r .

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Revisor. áias.

Em,

Assessor (a).

Visto, à Secretaria

Em,

J u i z R e v i s o r .

À 2ª JUI de Maceió.

Atenda-se ao sugerido pela Procuradoria Regional às fls.103..

Notifique-se a suscitada, através do seu procurador Bel. Antônio O. Melo, com endereço às fls.48 dos autos para falar sobre a petição de fls.98/101, em 05 (cinco

Após, venham os autos conclusos.

Recife, 13.06.1989.

VALMIR DE ALMEIDA LIMA
Juiz Relator.

Conclusão

Nesta data, faço os presentes autos conclusos ao Exmo. Sr. Juiz Presidente.

Macedo 20/06/82

Diretor de Secretaria

CUMPRASE

Maceió,

20/06/82

Juiz Presidente



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
2ª JUNTADA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE MACEIÓ

PROC. DG. 04/89

Destinatário: TRANSTORTE ALAGOAS VIGILANCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA
A/C BEL. ANTONIO O. MELO

Endereço: RUA BREDA SALAS 917/920, RUA DR LUIZ PONTES DE MIRANDA, 42
CENTRO-MACEIÓ AL CEP: 57020

Através da presente, fica V. Sa., notificado para o fim declarado no item 19.

- ☐ — 01 — Apresentar artigos de liquidação
cálculos
- ☐ — 02 — Assinar termo de compromisso, como perito
- ☐ — 03 — Ciência de decisão (cópia anexa).
- ☐ — 04 — Ciência de despacho
- ☐ — 05 — Comparecer à audiência do dia às horas
- ☐ — 06 — Comparecer à Secretaria para
- ☐ — 07 — Comprovar depósito
- ☐ — 08 — Contestar artigos de liquidação
- ☐ — 09 — Contra arrazoar recurso ordinário
- ☐ — 10 — Contra arrazoar Agravo Instrumento
petição
- ☐ — 11 — Depositar Cr\$ referente
- ☐ — 12 — Entregar Receber as guias do FGTS.
- ☐ — 13 — Entregar laudo pericial
- ☐ — 14 — Falar sobre
- ☐ — 15 — Fornecer endereço
- ☐ — 16 — Impugnar embargos à Penhora
de terceiros
- ☐ — 17 — Prestar depoimento, como testemunha: dia às horas. A ausência importará na aplicação da multa até um salário mínimo além de condução coercitiva.
- ☐ — 18 — Receber guias, na Secretaria, para recolhimento de custas no valor de Cr\$
- ☒ — 19 — OBS.: FALAR SOBRE PETIÇÃO DE FLS 98/101

Prazo 5 dias. Pena

Em 21 / 06 / 89

SUSCITANTE: SIND. DOS TRAB. EM TRANSP. RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS

Diretor da Secretaria

AJPC
↓
V

Informo que a presente correspondência
foi expedida nesta data através reg.
postal nº

2a. JCJ - Macaé, 22/06/89

Qui

Encarregado Expedição

Informo que os presentes autos
foram retirados pelo *Deputado*
de Macaé, em 28/06/89;
com 105 *rubricadas*.

Macaé,

Encarregado do Serviço

Informo que, em 28/06/89
foram os presentes autos devolvidos
e procedida sua baixa, após ter sido
conferida sua autenticidade.

Macaé,

Encarregado do Serviço



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO D.....

Juntada

Nesta data, faço juntada aos presente
autos d o *mot. 2449/89*

28/06/89

ANOTAÇÕES DO SERVIDOR DO CORREIO

Não sendo encontrado o destinatário, ou no caso de recusa do recebimento, fica o correio obrigado,
sob pena de responsabilidade do servidor, a devolver esta no prazo de 48 horas, tudo na forma da lei
— Parágrafo único do Artigo 774 da C. L. T.

Antonio O. Melo
Advogado OAB/AL 2.014

EXMO.SR. JUIZ RELATOR DE TRT DA SEXTA REGIÃO

2.ª J C J DE MACAÍB 106
Protocolo 2449109
Livro 01 Fis. 221
Número
Fila 101594
Dia 99 Fera
Data 28.06 1989
Encarregado do Protocolo

Proc. nº DC 38/89

Dissídio Coletivo

Suscitante: Sindicato dos Trab.em Transp.Rodoviário

Suscitadas: Transforte Alagoas Vig.e Transp.Val.Ltda., e outras

Vistas Requerimento.

N.A.-Conclusões.
Mac. 28.06.89

2012 A. Cesário

Transforte Alagoas Vigilancia e Transportes de Valores Ltda., e outras, por seu procurador e advogado, abaixo assinado, ambos já qualificados nos autos, vem respeitosamente perante V.Exa., esclarecer como segue, o petitório do Sindicato Suscitante.

- 1.- O Sindicato Suscitante, tenta de toda forma confundir o que a Comissão de Enquadramento Sindical, através da Resolução MTB Proc. nº / 24.370.026.683/86 DOU de 30.09.87, pag.nº 16.056, pressupõe e determina que motorista de carro forte, não pertence a categoria diferenciada
- 2.- Apresentou 2(dois) comprovantes de pagamentos de Vigilantes motoristas com salários diferentes.
Nada há a opor, pois desde que seja obedecido o acordo coletivo, / conforme fôlhas 08/10, e se algum ou outro vigilante motorista, está / sendo beneficiado com um salário maior, devido seu tempo de serviço ou outro qualquer motivo, nada obsta, pois o mínimo a ser obedecido é o do acordo coletivo.
- 3.- Juntamos a presente, comprovantes de pagamento, de outra empresa e de outros empregados, que por esquecimento do Pagtrono do Sindicato Suscitante não fez. Como também também podemos afirmar e informar, que somente tres empresas em Alagoas possuem carros-fortes., as quais juntamos tais comprovantes.
- 4.- O disciplinamento da Lei nº 7.102, de 20.06.83, é rigorosamente obedecida pelas Empresas Suscitadas, e fiscalizadas pela Comissão Executiva para Assunto de Vigilância, do Ministério da Justiça, através da Policia Federal. E todas as Empresas estão com seus alvarás de funcionamento e certificados de vistoria de segurança em dia.

Desta feita, diante do exposto, vem respeitosamente perante V. Exa., requerer a acolhida das preliminares arquivadas, extinguindo o presente processo de Dissídio Coletivo, por não haver legitimidade do pedido e do Sindicato Suscitante, ratificando nossa contestação.

Por ser de direito, pede e espera deferimento.

Recife, Pe., 27 de junho de 1.989

ANTONIO OLIVEIRA MELO



NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES LTDA.
NORDESTE PARAIBA LTDA.
NORDESTE ALAGOAS LTDA.

MÊS - ABR

ANO - 89

107

IDENTIFICAÇÃO		NOME DO FUNCIONÁRIO		
5722001000055		BENEDITO B. DOS SANTOS		
COD.	HISTÓRICO	REFERÊNCIA	PROVENTOS	DESCONTOS
001	SALARIO BASE	220,00	90,00	
010	SALARIO FAMILIA	06 QT	11,10	
560	FALTAS, ATRASOS	88,00		36,00
569	IAPAS			4,58
TOTAL DE PROVENTOS		TOTAL DE DESCONTOS	LÍQUIDO A RECEBER	RENTES
101,10		40,66	60,44	4,31
RECEBI <u> / / </u> ASSINATURA: <u>Benedito B. dos Santos</u>				
05				



NORDESTE SEGURANÇA DE VALORES LTDA.
NORDESTE PARAIBA LTDA.
NORDESTE ALAGOAS LTDA.

MÊS - ABR

ANO - 99

108
2

IDENTIFICAÇÃO		NOME DO EMPREGADO		
5722001001869		IZAAC GOMES DA SILVA		
COD	HISTÓRICO	REFERÊNCIA	PROVENTOS	DESCONTOS
001	SALARIO BASE	220,00	90,00	
004	HORAS EXTRA 50%	30,00	18,45	
006	ADC. NOTURNO	49,00	4,01	
010	SALARIO FAMILIA	02 OT	3,70	
041	AJUDA DE CUSTO		3,76	
559	FARMACIA			18,71
560	FALTAS, ATRASOS	48,00		19,63
565	VALE TRANSPORTE			4,52
569	IAPAS			7,88
TOTAL DE PROVENTOS		TOTAL DE DESCONTOS	LÍQUIDO A RECEBER	RENTES
119,92		50,79	69,13	7,42
RECEBI: <u>11</u>		ASSINATURA: <u>[Signature]</u>		
05				

TRANSPORTE ALAGOAS-VIG.T.VAL.LTOA
AV.SIQUEIRA CAMPOS 1871 TR.BARRA

RECIBO DE PAGAMENTO

134 99 002216 0000990019 JOSE NILTON PEDROSA M 04/89

98590 0000 MOTORISTA PAGTO MENSAL 88,73 01 02

SALARIO
H.EXT.50%
REM./T.SER
IAPAS
ADIANT.QUI
SALAR.FAM.

1,30

0,60

88,73

0,78

1,20

1,84

7,71
10,00

BASE IMPONIVEL

90,71

DEBITO

90,71

DEBITO

7,25

SOMA DEBITOS

92,55

SOMA DESCONTOS

17,71

BASE IMPONIVEL

CZ\$

LIGADO A PAGAR

74,84

TRANSPORTE ALAGOAS-VIG.T.VAL.LTDA
AV.SIQUEIRA CAMPOS 1871 TR.BARRA

RECIBO DE PAGAMENTO

134 99 001714 0000990019 JOSE FERREIRA DA SILVA I N 04/89

98590 0000 MOTORISTA PAGTO MENSAL 88,73 03 04

SALARIO
REM./T.SER
IAPAS
SALAR.FAM.

88,73
1,20
5,52

7,64

89,93

89,93

7,19

95,45

7,64

028

87,81

RECEBI A IMPORTANCIA AO LADO REFERIDA, CORRESPONDENTE AO VALOR DE MEUS PROVENTOS REITAS AS DEDUÇÕES CONTRATUAIS E DE LEI

VIG. TRANSF. DE VALS. S/C IMUNILAR
SEPT/10 - FOLHA DE PAGAMENTO

FOLHA DE PAGAMENTO
DEPARTAMENTO 229 - LOCAL

PAG.: 012
DATA: 28/04/09

COD.	DESCRICAO	VALOR	COD.	DESCRICAO	VALOR	COD.	DESCRICAO	VALOR
------	-----------	-------	------	-----------	-------	------	-----------	-------

COD.: 00157 MATRIC.: 0000000		NOME: JOSE HELIO PEREIRA DA SILVA		Motorista				
71	SALARIO BASE	113,15	76	SALARIO FAMILIA	3,70	77	I.A.P.A.S.	9,90
	BASE DE IRRF	0,00		BASE DE IRRF	113,15		BASE DE FOTS	113,15
	TOTAL DE PROVENTOS	116,85		TOTAL DE DESCONTOS	9,90		VALOR LIQUIDO	106,95

Jose Helio Pereira da Silva

COD.: 00210 MATRIC.: 0000449		NOME: SEBASTIAO FORTUNATO ALVES		- Vigilante				
04	DESCONTOS DE FALTAS	11,13	05	MENSALIDADE SINDICAL	1,53	71	SALARIO BASE	66,79
76	SALARIO FAMILIA	9,25	77	I.A.P.A.S.	4,73		BASE DE FOTS	55,64
	BASE DE IRRF	0,00		BASE DE IRRF	55,64		VALOR LIQUIDO	50,83
	TOTAL DE PROVENTOS	76,04		TOTAL DE DESCONTOS	17,17			

Sebastiao Fortunato Alves

COD.: 00241 MATRIC.: 0001109		NOME: GILSON LEITE		- Vigilante				
04	DESCONTOS DE FALTAS	8,92	71	SALARIO BASE	66,79	76	SALARIO FAMILIA	3,70
77	I.A.P.A.S.	4,22		BASE DE IRRF	57,89		BASE DE FOTS	57,89
	BASE DE IRRF	0,00		TOTAL DE DESCONTOS	13,82		VALOR LIQUIDO	56,62
	TOTAL DE PROVENTOS	70,42						

Gilson Leite

COD.: 00251 MATRIC.: 0001116		NOME: JOSE CLAUDIO DOS SANTOS		- Vigilante				
	DESCONTOS DE FALTAS	24,48	05	MENSALIDADE SINDICAL	1,33	71	SALARIO BASE	66,79
77	I.A.P.A.S.	3,57		BASE DE IRRF	42,81		BASE DE FOTS	52,31
	BASE DE IRRF	38,72		TOTAL DE DESCONTOS	59,46		VALOR LIQUIDO	37,52
	TOTAL DE PROVENTOS	66,79						

Jose Claudio dos Santos

COD.: 00271 MATRIC.: 0001130		NOME: WILSON AUGUSTO DOS SANTOS		- Vigilante				
05	MENSALIDADE SINDICAL	1,33	33	VALE TRANSPORTE	4,00	71	SALARIO BASE	66,79
76	SALARIO FAMILIA	3,74	77	I.A.P.A.S.	5,67		BASE DE FOTS	66,79
	BASE DE IRRF	0,00		BASE DE IRRF	66,79		VALOR LIQUIDO	59,44
	TOTAL DE PROVENTOS	70,49		TOTAL DE DESCONTOS	11,04			

Wilson Augusto dos Santos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

113
2ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE Maceió

RECEBIDA

Nesta data, faço também com presença

CONCLUSÃO

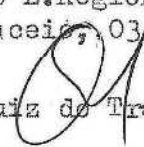
Nesta data, faço os presentes autos conclusos ao
Exmo. Sr. Juiz Presidente, para ao *compromisso*
de *obrigação*

Recife, 30/06/89

em


Diretor da Secretaria

Ao E. Regional
Maceió, 03.07.89


Juiz do Trabalho

REMESSA

Nesta data, faço remessa com presentes

autos a OE f. T.R.T- 62
Após
an. 04.07.89

Diretor de Secretaria

REMESSA

Nesta data faço remessa destes autos

ao Juiz Relator

Recife, 12 de 07 de 1989
busolita

Diretor de S. C. P.

RECEBIDOS HOJE
RECIFE, 12 de 07 de 1989
[Signature]

A Procuradoria Regional.

Recife, 12-07-89.

[Signature]
Valmir de A. Lima
Juiz Relator



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

113

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
Procuradoria Regional da Justiça do Trabalho - 6.ª Região
Nesta data, recebi estes autos do Tribunal Re-

gional do Trabalho
Recife, 13 de 07 de 1989

DISTRIBUIÇÃO

Em audiência realizada, nesta data, foi o pre-
sente processo distribuído ao Procurador
JOSE SEBASTIÃO ANCOVERDE RABELO

Recife, 13 de 07 de 1989



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

114

T.R.T. - DC Nº 38/89

SUSCITANTE : SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS

SUSCITADO : TRANSFORTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA E OUTROS (06)

PROCEDÊNCIA : ALAGOAS

P A R E C E R

I. Dissídio Coletivo de natureza econômica, instaurado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Alagoas, e sendo suscitados a Transforte Alagoas Vigilância e Transportes de Valores Ltda e outros (06).

Contestação às fls. 68/71.

Razões finais Ata de fls. 67.

II. Preliminar,

Arguem as suscitadas, a extinção do processo, DC, sem apreciação de mérito, porque não demonstrada a capacidade jurídica do Sindicato suscitante, não podendo ser parte ativa neste feito, conclui.

Às fls. 72, encontramos uma Xerox do DOU, de 30.09.1987, onde consta uma consulta à Comissão de Enquadramento Sindical, da Secretaria de Relações do Trabalho, do Ministério do Trabalho, sobre o enquadramento sindical dos motoristas de carro-forte, se eles se enquadram ou não na categoria profissional dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância. A resposta é se o motorista de carro-forte, for registrado na DRT como vigilante, está ele enquadrado na categoria profissional dos Empregados em Empre



sas de Segurança e Vigilância; se no entanto, o motorista de carro-forte não for registrado na DRT como vigilante e contratado como motorista e não como vigilante, ele integra a categoria profissional diferenciada "Condutores de Veículos Rodoviários".

Às fls.79/83, consta as guias de recolhimento da contribuição sindical, efetuadas, pagas, pelas suscitas junto a Federação dos Empregados no Comércio do Norte e Nordeste.

A nova Constituição acaba com a categoria profissional diferenciada, porém mantém a contribuição sindical.

Às fls. 109,110 e 111, vemos contra-cheques anexados pelos suscitados, onde consta especificamente a função deles como motorista, chegando, inclusive, no de fls.111, a constar, na "folha de pagamento", o primeiro, na qualidade de motorista, os demais, como vigilantes. Inclusive, o motorista recebe quase o dobro em salário.

Por fim, temos a dizer, examinando a contestação de fls.68, que só existe uma preliminar, subdividida em quatro, porém, só na última é que vem o requerimento que ora apreciamos.

Assim, por entender que as empresas de segurança e transporte de valores suscitadas no presente DC, não cumpriram com o exigido na Consulta de fls.72, tenho como motoristas os seus empregados assim rotulados, e como tais, integran-tes da categoria profissional dos Condutores de Veículos Rodoviários.

Opinamos pelo não acolhimento da preliminar de extinção do presente DC, sem julgamento do mérito.

III.

No Mérito,

Passamos a opinar nas cláusulas:

Cláusula 1ª-

"A data-base da categoria profissional será de 1º de abril, sendo que o prazo de vigência será de 12(doze) meses, com início em 1º de abril de 1989 e término em 31 de março de 1990, quando deverão ser encetadas negociações para análise e reexame de todas as cláusulas e condições de trabalho."



116

Trata-se do primeiro Dissídio Coletivo da categoria, motoristas de empresas de segurança e transporte de valores, com data de ingresso em Juízo, da petição inicial, em 28 de abril de 1989, fls.02, logo, a data base é a data do ajuizamento acima constante.

Opinamos que a vigência seja de doze meses, a contar de 28 de abril de 1990.

Cláusula 2ª-

"Fixação do Piso Salarial de NCZ\$447,30 (quatrocentos e quarenta e sete cruzados e trinta centavos), para a categoria profissional suscitantes."

Pleitea o suscitante um Piso Salarial para a categoria, no entanto, não juntou aos autos nenhuma justificativa para que lhe fosse deferido o pleito.

Opinamos pelo indeferimento da cláusula.

Cláusula 3ª-

"Sobre o Piso Salarial fixado, deverá incidir qualquer percentual concedido a título de abono, resíduo ou reajuste decorrente da política salarial que venha a ser posta em prática pelo governo Federal."

Pede o suscitante um reajuste salarial, este decorrente da política salarial que venha a ser posta em prática pelo Governo Federal.

Somos pelo deferimento do pedido, deferindo-se o IPC dos últimos doze meses, com exceção do mês de janeiro de 1989, que deve ser aplicado o INPC.

Cláusula 4ª-

"Serão mantidos e acrescidos ao Piso Salarial que venha a ser estabelecido, as comissões e gratificações a título de produtividade ou qualquer outro título que as empresas costumeiramente ou por regulamento interno, venham concedendo a categoria profissional."

A cláusula só poderia se deferida em Acordo, o que não aconteceu.

Opinamos pelo seu indeferimento.



117

Cláusula 5ª-

"As horas extras, serão remuneradas mediante a aplicação do percentual de 100%(cem por cento)."

A nossa Carta Magna em vigor, já fixa em 50% a hora extra.

Opinamos pelo indeferimento da cláusula.

Cláusula 6ª-

"As empresas que já remuneram as horas extras através de outro critério mais benéfico à categoria profissional, fica inalterado esse procedimento."

A cláusula deve ser deferida, como pedido.

Cláusula 7ª-

"A jornada de trabalho será de 06:00 (seis horas) diárias, para todos os integrantes da categoria diferenciada dos Motoristas, empregados das Suscitadas".

A jornada semanal de trabalho já está fixada na Constituição.

Opinamos pelo indeferimento da cláusula.

Cláusula 8ª-

"O adicional noturno será remunerado mediante a aplicação de 100% (cem por cento)."

O pleito não tem amparo legal.

opinamos pelo seu indeferimento.

Cláusula 9ª-

"As empresas suscitadas aplicarão sobre os salários de seus empregados motoristas, o percentual de 30% (trinta por cento) a título de adicional de periculosidade ou risco profissional."

A matéria tem regulamento próprio.

Opinamos pelo seu indeferimento.

Cláusula 10ª-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

cont. DC - 38/89 - fls. 05.

118

Cláusula 10ª-

"Fica assegurado a todos os integrantes da categoria profissional dos motoristas, o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo a respectiva remuneração de 1 (um) mês de salário, para cada ano de trabalho ou a fração igual ou superior a seis (06) meses."

O pleito não tem amparo legal, logo, deve ser indeferida a cláusula.

Cláusula 11ª-

"Quando ocorrer a despedida injusta, do empregado, as empresas suscitadas terão o prazo máximo de 1 (hum) dia após o término do aviso prévio e quando indenizado, o prazo de 02 (dois) dias após a respectiva comunicação de dispensa para efetuarem o pagamento das verbas rescisórias."

A matéria já é regulada por Lei.

Opinamos pelo seu indeferimento.

Cláusula 12ª-

"Fica assegurado aos motoristas das empresas suscitadas o direito às férias proporcionais, quando por eles for solicitado à dispensa do emprego, mesmo que tenha menos de 01 (hum) ano de serviço."

A matéria pleiteada na cláusula, já tem legislação regulando-a.

Opinamos pelo seu indeferimento.

Cláusula 13ª-

"As empresa suscitadas, sem onerar aos seus empregados motoristas, ficam obrigadas a contratarem um seguro de vida, em favor de cada um ou seus familiares, no valor de CZ\$... 10.000,00 - (dez mil cruzados novos)."

Entendo que não pode ser deferido como pedido, visto que o seguro deve ser um só, e não para cada um de seus familiares.

Existe, no entanto, Lei regulando a matéria.

Opinamos pelo seu indeferimento

[Assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

cont. DC - 38/89 - fls. 06.

119

Cláusula 14ª-

"As empresas suscitadas ficarão obrigadas a fornecerem aos seus empregados motoristas, 2 (dois) litros de leite, diariamente, sem que recaiam qualquer ônus sobre os mesmos."

O pleito poderia ser deferido em Acordo.
Opinamos pelo indeferimento da cláusula.

Cláusula 15ª-

"A partir de 1º de abril, as empresas suscitadas se obrigam a equiparem as viaturas que transportam valores com ar condicionado."

Os vigilantes ao conduzirem valores em carro blindado, ficam com a viatura toda fechada, logo, tem razão o suscitante no seu pleito.

Opinamos pelo deferimento da cláusula.

Cláusula 16ª-

"As empresas se obrigam a fornecer gratuitamente a todos os seus empregados motoristas, 4 (quatro) fardamentos, por ano, composto de: 8 (oito) calças; 08 (oito) camisas; 08 (oito) pares de sapatos; e 08 (oito) pares de meias."

Desde que a empresa suscitada exija o uso do fardamento completo, é lógico o pleito.

Opinamos pelo deferimento parcial da cláusula, deferindo-se para aquelas empresas que exigem o uso do fardamento.

Cláusula 17ª-

"Ficam as empresas suscitadas, obrigadas a fornecerem gratuitamente aos seus empregados motoristas, 30 (trinta) Ticket's Restaurante, por mês, no valor de NCZ\$ 2,50 (dois cruzados novos e cinquenta centavos);"

A matéria tem regulamento próprio.

Opinamos pelo seu indeferimento.

Cláusula 18ª-

Handwritten signature



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

cont. DC- 38/89 - fls. 07.

120

Cláusula 18ª-

"Quando ocorrer a necessidade de de via-
gem, os motoristas terão direito a receberem antecipadamente a im-
portância de NCZ\$ 14,91 (catorze cruzados novos e noventa e hum
centavos, a título de diária, sendo reajustada com base na varia-
ção salarial;"

O pleito não tem amparo legal.

Opinamos pelo seu indeferimento.

Cláusula 19ª-

"Será considerado feriado, o dia 25 de
julho - DIA DO RODOVIÁRIO - para todos os integrantes da categoria
diferenciada dos motoristas."

Os feriados são concedidos por Lei Mu-
nicipal. O dia 25 de julho, não está incluído na referida Lei.

Opinamos pelo seu indeferimento.

Cláusula 20ª-

"As empresa suscitadas, se obrigam a
fornecerem gratuitamente, por mês, 120 (cento e vinte) vales-trans-
portes, para cada empregado motorista."

Lei própria.
la.

O vale transporte está regulado por "

Opinamos pelo indeferimento da cláusula.

Cláusula 21ª-

"Serão eleitos em Assembléias Geral Ex-
traordinária, (dois) Delegados Sindicais, em cada empresa, sendo -
lhos assegurado estabilidade no serviço, durante o prazo de vigên-
cia deste instrumento."

A matéria de Delegado Sindical, está
regulada na CLT.
la.

A matéria de Delegado Sindical, está"

Opinamos pelo indeferimento da cláusula.

Cláusula 22ª-

"As empresas descontarão no primeiro
salário decorrente desse período Coletivo, de cada empregado moto-
rista, em favor do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodo-
viários no Estado de Alagoas, a importância equivalente a 1 (um)
dia de salário, em folha de pagamento, devendo proceder o recolhi-

27



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

cont. DC - 38/89 - fls. 08.

121

mento do montante aos cofres do Sindicato, até o quinto dia do mês subsequente ao do respectivo desconto, sob pena de não o fazendo incorrer na multa - de 50% (cinquenta por cento), aplicado sob o montante não recolhido por dia de atraso.

A cláusula pode ser deferida, desde que conceda o direito aos empregados que se opõem ao referido desconto, concedendo-se um prazo de dez dias, para tal. Esta é a nossa opinião quanto a cláusula.

Cláusula 23ª-

Por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, da Categoria, as empresas suscitadas, se obrigam a des-
contar mensalmente, em folha de pagamento, de seus empregados moto-
ristas, revertido em favor do sindicato profissional, devendo efe-
tuar o recolhimento do montante até o quinto dia do mês subsequente
ao desconto, sob pena de incorrer na aplicação da multa fixada na
cláusula anterior.

A cláusula pode ser deferida como pe-
dida.

Opinamos pelo seu deferimento.

É o Parecer.

Recife, 21 de julho de 1989.

José Sebastião de Arcoverde Rabêlo
Procurador da Justiça do Trabalho

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho - 4ª Região

Nesta data, recebidos estes autos do Procurador

JOSÉ SEBASTIÃO ARCOVERDE RABELO

remete-os ao Tribunal Regional do Trabalho

Recife, 21 de 07 de 1989

RECEBIDOS NESTA DATA

Re. 2177, 189

DIRETORA DO SERVIÇO PROCESSOS

CONCLUSÃO

NESTA DATA, FAÇO ESTES AUTOS CONCLUIDOS

AO SR. JUIZ RELATOR

RECIFE, 21 de julho de 1989

Diretora do Serviço de Processos

Visto, ao Sr. Revisor

Recife, _____

RELATOR

Julgo-me suspeito para apreciar o presente feito.

Recife, 24-07-89

Valmir de A. Lima
Juiz Relator



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE



Verificada a hipótese do disposto no Art. 50, § 4º, do Regimen-
to Interno deste Tribunal apresento ao Exmo. Sr. Juiz Presidente para redistribui-
ção os autos do Proc. TRT - DC-38/89

Em, 31/7/89


Diretora do Serviço de Processos

REDISTRIBUIÇÃO

Sorteado Relator o Exmo. Sr. JUIZ JOEZIL BARROS

Em, 31/7/89


Presidente do TRT - 6ª Região

C O N C L U S Ã O

Nesta data, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Juiz Relator.

Em, 31/7/89


Diretora do Serviço de Processos

V I S T O, ao Exmo. Sr. Juiz Revisor.

Em, 14/08/89


Juiz Relator

*Júlio é secretário
do Tribunal Pleno.*

Em, 15/08/89.





PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO
RECIFE



CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT - 000-38/92.....

CERTIFICO que, em sessão ..ordinária..... hoje realizada, sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz Clóvis Corrêa....., com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos Exmos. Srs. Juízes Joezil Barros (Relator), Francisco Fausto (Revisor), Ana Schuler, Milton Lyra, Lourdes Cabral, Osani de Lacerda, Gilvan Sá Barreto, Francisco Solano, Josias Figueiredo, Benedito Arcanjo, Valmir Lima, Hélio Coutinho Filho, Reginaldo Valença e Melqui Roma Filho,..... resolveu o Tribunal, Pleno, por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, rejeitar a preliminar de extinção do processo sem julgamento do mérito, por incapacidade jurídica do sindicato suscitante, argüida pelos suscitados. MÉRITO: julgar procedente em parte o presente dissídio coletivo nas seguintes bases: Cláusula 1ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir em parte com a seguinte redação: "O presente dissídio coletivo terá vigência de 01(un) ano, no período de 28.04.89 a 27.04.1990; Cláusula 2ª - por unanimidade, deferir em parte para adotar o salário normativo nos termos da Instrução Normativa nº 01 do TST; Cláusula 3ª - por unanimidade, deferir em parte para conceder à categoria profissional um reajuste salarial na base de 100% (cem por cento) da inflação acumulada do período compreendido entre 28.04.88 a 27.04.89, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor (IPC - IBGE), observando no mês de janeiro/89 o índice do INPC, compensando-se os aumentos já concedidos e, ainda, conceder o adicional de 4%(quatro por cento) a título de produtividade; Cláusula 4ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferir; Cláusula 5ª - por unanimidade, deferir nos termos do precedente nº 43 do TST: "As horas extraordinárias serão remuneradas com a sobre taxa de 100% (cem por cento)."; Cláusula 6ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir para determinar que as empresas que remuneram as horas extraordinárias através de outro

Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de

Secretário do Tribunal



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO
RECIFE



CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT - ...ED-38/89... fls. 02

CERTIFICO que, em sessão hoje realizada,
sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz
com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos
Exmos. Srs. Juízes
..... resolveu o Tribunal,
critério mais benéfico à categoria profissional, fica inalterado esse procedi-
mento; Cláusula 7ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria
Regional, indeferir; Cláusula 8ª - por unanimidade, deferir em parte nos ter-
mos do precedente nº 121 do TST: "Deferir-se a majoração do adicional noturno-
para 50%(cinquenta por cento), considerada a prestação de serviços das 22:00-
(vinte e duas) horas às 05:00 (cinco) horas."; Cláusula 9ª - por unanimidade,
de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferir; Cláusula 10ª - por
maioria, deferir nos termos do precedente nº 117 do TST: "Condicionar 60 (ses-
senta) dias de aviso prévio, a todos os trabalhadores demitidos sem justa cau-
sa.", contra o voto dos Juízes Hélio Coutinho, Reginaldo Valença e Melqui Ro-
ma Filho que, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, a indeferiam;
Cláusula 11ª - por unanimidade, deferir nos termos do precedente nº 68 do -
TST: "Impõe-se multa pelo não pagamento das verbas rescisórias até o 10º (déci-
mo) dia útil subsequente ao afastamento definitivo do empregado, por dia de a-
trazo, valor equivalente ao salário diário, desde que o retardamento não de-
corra de culpa do trabalhador."; Cláusula 12ª - por unanimidade, de acordo -
com o parecer da Procuradoria Regional, indeferir; Cláusula 13ª - por unanimi-
dade, deferir em parte nos termos do precedente nº 136 do TST: "Conceder segu-
ro de vida para garantir a indenização nos casos de morte ou invalidez perma-
nente, decorrente de assalto, consumado ou não, desde que no exercício das -
Certifico e dou fé.

Sala das sessões, de de

upe

Secretário do Tribunal



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT - ...001-38/89.....fls.03

CERTIFICO que, em sessão hoje realizada,
sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz
com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos
Exmos. Srs. Juízes
..... resolveu o Tribunal,
funções em favor do empregado e seus familiares junto à previdência." e ob
servando, ainda, o que dispõe o decreto nº 89.056 de 24.11.83; Cláusula 14ª -
por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferir;
Cláusula 15ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regio
nal, deferir com a seguinte redação: "As empresas suscitadas se obrigam a equi
par as viaturas que transportam valores com ar condicionado"; Cláusula 16ª -
por unanimidade, deferir nos termos do precedente nº 824 do TST: "Determina-se
o fornecimento gratuito de uniformes, desde que exigido seu uso pelo emprega
dor."; Cláusula 17ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procurado
ria Regional, indeferir; Cláusula 18ª - por unanimidade, de acordo com o para
cer da Procuradoria Regional, indeferir; Cláusula 19ª - por unanimidade, de a
cordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferir; Cláusula 20ª - por u
nanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferir; Cláu
sula 21ª - por unanimidade, deferir em parte para limitar a 03(três) o número
total de representantes sindicais durante a vigência do mandato; Cláusula 22ª
por maioria, deferir em parte com a seguinte redação: As empresas suscitadas
ficam obrigadas a descontar dos vencimentos dos seus empregados motoristas, a
té o 10ª(décimo) dia útil do mês subsequente ao da publicação do dissídio no
Diário Oficial, o valor correspondente a 01(um) dia de salário, o qual deverá
ser revertido em favor do sindicato suscitante, assegurando-se ao empregado -

Certifico e dou fé:

Sala das sessões, de de

Secretário do Tribunal



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª. REGIÃO
RECIFE

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROC. Nº TRT - 10-28/92 - fls. 04

CERTIFICO que, em sessão hoje realizada,
sob a presidência do Exmo. Sr. Juiz
com a presença do representante da Procuradoria Regional do Trabalho da Sexta Região e dos
Exmos. Srs. Juízes
..... resolveu o Tribunal,
não associado o direito de se opor ao desconto no prazo de 10(dez) dias, a -
plicando-se uma multa de 10% (dez por cento) por dia de atraso; contra o vo-
to, em parte, dos Juízes Relator, Josias Figueiredo, Benedito Arcanjo, Val -
mir Lima e Helqui Rona Filho que deferiam sem o direito a oposição do empre-
gado não associado; Claúsula 23ª - por unanimidade, deferir em parte para de-
terminar que as empresas suscitadas deverão descontar mensalmente, sob o tí-
tulo de mensalidade social, em favor do sindicato suscitante, de todos os -
seus empregados motoristas sindicalizados a importância que houver sido fixa-
da em assembleia geral da entidade, sob pena de multa de 10%(dez por cento)
por dia de atraso.

Gostas pelos suscitados calculadas sobre 10(dez) valores de referência.

Certifico e dou fé.

Sala das sessões, 21 de 09 de 92.....

Paula Lafayette
Secretário do Tribunal

CONCLUSÃO

NESTA DATA FAÇO ESTES AUTOS CONCLUSOS
AO SR. JUIZ Jozeil Parnas

RECIFE, 25 DE setembro DE 19 88
Paulo Lafayette
Secretaria do Tribunal
TRI 6a Região

REMESSA

Remeto, nesta data, os presentes autos
à Secretaria da 2ª TURMA, acompanhado da
do PLENO
respectivo acórdão.

Recife, 06 / 10 / 19 89.

mfdcas
Assessor

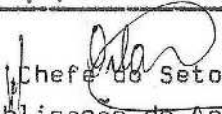


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

RECEBIMENTO

Recebidos nesta data.

Re, 11 OUT 1989


Chefe do Setor
de Publicação de Acórdãos

JUNTADA

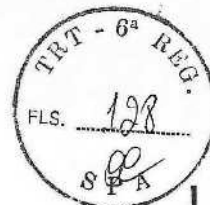
Nesta data faço juntada a
estes autos, do acórdão
que segue.

Re, 11 OUT 1989


Chefe do Setor
de Publicação de Acórdãos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO



PROC. Nº TRT-DC- 38/89

SUSCITANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
NO ESTADO DE ALAGOAS

SUSCITADO: TRANSPORTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALO-
RES LTDA. E OUTROS (06)

A C Ó R D ã O - E M E N T A: Em se tratando do primeiro dissídio cole-
tivo da categoria, a data-base foi fixada
pelo dia do ajuizamento da ação. Dissídio
coletivo que se julga parcialmente proce-
dente.

Vistos, etc.

Dissídio Coletivo suscitado pelo SINDICA-
TO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALA-
GOAS contra a TRANSPORTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALO-
RES LTDA. E OUTROS (06), objetivando as vantagens enumeradas nas
cláusulas de fls. 04/06 dos autos.

A inicial foi instruída com os documentos
de praxe e indispensáveis ao ajuizamento da ação.

Contestando a inicial, as empresas susci-
tadas arguem preliminar de extinção do processo sem julgamento do
mérito, por incapacidade jurídica do Sindicato suscitante.

A douta Procuradoria Regional, nos termos
do parecer de Dr. José Sebastião de Arcoverde Rabelo (fls.114/ ' 121), opina pela rejeição da preliminar de extinção do processo
sem julgamento do mérito e , no mérito, pelo provimento parcial
do Dissídio.

É o relatório.

V O T O :

1) Rejeito a preliminar de extinção do
processo sem julgamento do mérito, arguida pelas suscitadas.

Em sendo diferenciada a categoria dos mo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO



Acórdão — Continuação — PROC. Nº TRT-DC-38/89-Fls.II

toristas, o enquadramento sindical de tais profissionais se dá pelo exercício da função, sendo irrelevante para o caso a atividade preponderante da empresa.

Por outro lado, como se observa do documento de fls. 72, a Comissão do Enquadramento Sindical, da Secretaria de Relações de Trabalho, respondendo consulta formulada a respeito, informa que o motorista de carro - forte não registrado na DRT como vigilante e contratado como motorista integra a categoria profissional diferenciada "Condutores de Veículos Rodoviários".

No caso, as empresas suscitadas não fizeram prova de que os seus motoristas de carro-forte estejam registrados na DRT como vigilantes e de que assim tenham sido contratados.

Em nada altera a situação o fato das mensalidades não serem descontadas para o Sindicato suscitante, pois tal situação atesta, apenas, o equívoco das empresas suscitadas ao proceder o enquadramento sindical dos seus motoristas de carro-forte.

Deste modo, tenho que o Sindicato suscitante possui capacidade jurídica para ajuizar o presente Dissídio contra as empresas suscitadas, cuja decisão as obrigará apenas com relação aos motoristas que nelas trabalhem.

Rejeito, pois, a preliminar arguida.

2) MÉRITO:

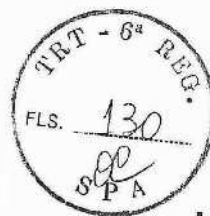
CLÁUSULA PRIMEIRA- A data-base da categoria profissional será de 1º de abril, sendo que o prazo de vigência será de 12 (doze) meses, com início em 1º de abril de 1989 e término em 31 de março de 1990, quando deverão ser encetadas negociações para análise e reexame de todas as cláusulas e condições de trabalho.

VOTO :

Como bem salientou o ilustrado Ministério Público, trata-se do primeiro Dissídio Coletivo da categoria - motoris-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO



Acórdão—Continuação—PROC. Nº TRT-DC-38/89-Fls.III

tas de empresas de segurança e transporte de valores- com data de ajuizamento em 28.04.89.

Assim, de acordo com o art.867, "a", da CLT, a data-base da categoria foi fixada pelo dia do ajuizamento da ação coletiva.

Em consequência, de acordo com o parecer, defiro em parte a cláusula, com a seguinte redação:

"O presente Dissídio Coletivo terá vigência de 1(um) ano, no período de 28.04.89 a 27.04.90."

CLÁUSULA SEGUNDA- Fixação do Piso Salarial de Nczã. 447,30 (quatrocentos e quarenta e sete cruzados e trinta centavos), para a categoria profissional dos suscitantes.

V O T O :

"Data venia" do parecer, defiro em parte a reivindicação para adotar o salário normativo nos termos da Instrução Normativa nº 01 do TST.

CLÁUSULA TERCEIRA - Sobre o Piso Salarial fixado, de verá incidir qualquer percentual concedido a título de abono, resíduo ou reajuste decorrente da política salarial que venha a ser posta em prática pelo Governo Federal.

V O T O :

Ante o indeferimento da cláusula anterior, se encontra prejudicada a parte desta que fala sobre reajuste do piso salarial fixado.

Assim, defiro em parte a cláusula , concedendo um reajuste salarial na base de 100% (cem por cento) da inflação acumulada no período compreendido entre 28.04.88 a 27.04.89, de acordo com o índice de Preços ao Consumidor/IPC/IBGE, exceto quanto ao mês de janeiro, que tomará por base o percentual do INPC , compensando-se os aumentos concedidos e , ainda, conceder o adicional de 4% a Título de Produtividade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO



Acórdão—Continuação— PROC. Nº TRTDC-38/89-Fls.IV

A fim de evitar uma possível interposição de em bargos declaratórios, passo, de logo, a fixar os índices do IPC' de abril/88 a abril/89:

ABRIL/88	-	IPC 1.1928
MAIO /88	-	IPC 1.1778
JUNHO/88	-	IPC 1.1953
JULHO/88	-	IPC 1.2404
AGOSTO/88	-	IPC 1.2066
SETEMBRO/88	-	IPC 1.2401
OUTUBRO /88	-	IPC 1.2725
NOVEMBRO/88	-	IPC 1.2692
DEZEMBRO/88	-	IPC 1.2879
JANEIRO /89	-	INPC1.3548
FEVEREIRO/89	-	IPC 1.0360
MARÇO/89	-	IPC 1.0609
ABRIL/89	-	IPC 1.0731

O percentual de reajuste deverá ser calculado em conformidade com os índices acima relacionados, respeitando-se, em relação aos meses de abril, a proporcionalidade entre os dias considerados e os índices fixados.

CLÁUSULA QUARTA: Serão mantidos e acrescidos ao Piso Salarial que venha a ser estabelecido, as comissões e gratificações a título de produtividade ou qualquer outro título que as empresas costumeiramente ou por regulamento interno, venham concedendo à categoria profissional.

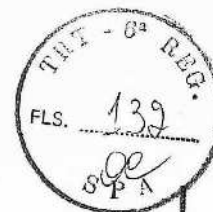
VOTO:

A d.ª Procuradoria indefere a cláusula. Acompanho o mesmo posicionamento.

CLÁUSULA QUINTA: As horas extras serão remuneradas mediante a aplicação do percentual de 100% (cem por cento).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO



Acórdão — Continuação — ERCC. Nº TRT- DO-38/89-Fls.V

V O T O :

"Data venia" do parecer, defiro a reinvidicação de acordo com o precedente nº 43 do TST.

CLÁUSULA SEXTA: As empresas que já remuneram as horas extras através de outro critério mais benéfico à categoria profissional, fica inalterado esse procedimento.

V O T O :

De acordo com o parecer, defiro a cláusula, que trata da garantia do direito adquirido dos que percebem adicional de horas extras com percentual superior ao fixado na cláusula anterior.

CLÁUSULA SÉTIMA: A jornada de trabalho será de 06:00 (seis horas) diárias, para todos os integrantes da categoria diferenciada dos Motoristas, empregados das Suscitadas.

V O T O :

De acordo com o parecer, indefiro a reinvidicação. A jornada de trabalho da categoria já se encontra fixada na Constituição Federal, não tendo amparo legal o pleito de sua redução.

CLÁUSULA OITAVA: O adicional noturno será remunerado mediante a aplicação de 100% (cem por cento).

V O T O :

O ilustrado Ministério Público opina pelo indeferimento da cláusula.

"Data venia" do parecer, defiro em parte a reinvidicação para, de acordo com o precedente nº 121 do TST, majorar o adicional noturno para 50%.

CLÁUSULA NONA: As empresas suscitadas aplicarão sobre os salários de seus empregados motoristas, o percentual de 30% (trinta por cento) a título de adicional de periculosidade ou risco profissional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO



Acórdão—Continuação— PROC. Nº TRT-DC-38/89-Fls, VI

V O T O :

De acordo com o parecer, indefiro a reivindicação, vez que a matéria já se encontra regulada por lei.

CLÁUSULA DÉCIMA : Fica assegurado a todos os integrantes da categoria profissional dos motoristas, o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo a respectiva remuneração de 1 (um) mês de salário, para cada ano trabalhado ou fração igual ou superior a seis (6) meses.

V O T O :

A douta Procuradoria Regional indefere a reivindicação.

"Data venia" do parecer, defiro em parte a cláusula para, de acordo com o precedente nº 117 do TST, conceder o aviso prévio de 60 (sessenta) dias a todos os trabalhadores demitidos sem justa causa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA—Quando ocorrer a despedida injusta, do empregado, as empresas suscitadas terão o prazo máximo de 1 (hum) dia após o término do aviso prévio e quando indenizado, o prazo de 02 (dois) dias após a respectiva comunicação de dispensa, para efetuarem o pagamento das verbas rescisórias.

V O T O :

O ilustrado Ministério Público indefere a cláusula. "Data venia" do parecer, defiro em parte a reivindicação, adotando os termos do precedente nº 68 do TST.

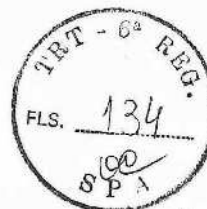
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA—Fica assegurado aos motoristas das empresas suscitadas o direito às férias proporcionais, quando por eles for solicitado a dispensa do emprego, mesmo que tenham menos de 01 (hum) ano de serviço.

V O T O :

Acompanho o parecer do ilustrado Ministério Público. Em consequência, indefiro a cláusula.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO



Acórdão—Continuação—PROC. Nº TRT- DO- 38/89-Fls.VII

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA— As empresas suscitadas, sem onerar aos seus empregados motoristas, ficam obrigadas a contratarem um seguro de vida , em favor de cada um ou seus familiares, no valor de Rcz\$ 10.000,00 (dez mil cruzados novos).

V O T O :

"Data venia" da d.ª Procuradoria Regional, defiro em parte a cláusula, adotando a redação do precedente nº 136 do TST:

"As empresas concederão seguro de vida para garantir a indenização nos casos de morte ou invalidez permanente, decorrente de assalto, consumado ou não, desde que no exercício das funções, em favor do empregado e seus dependentes, junto à previdência."

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA— As empresas suscitadas ficarão obrigadas a fornecer aos seus empregados motoristas, 2 (dois) litros de leite, diariamente, sem que recaiam qualquer ônus sobre os mesmos.

V O T O :

De acordo com o parecer, indefiro a reivindicação por falta de amparo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA—A partir de 1º de abril, as empresas suscitadas se obrigam a equipar as viaturas que transportam valores com ar condicionado.

V O T O :

Bastante justa a reivindicação, pois, como é público e notório, os valores são transportados em carros blindados , que permanecem todo o tempo fechados.

Ante o exposto, de acordo com o parecer do ilustrado Ministério Público, defiro a reivindicação , excluindo, apenas, a expressão " a partir de 1º de abril".

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA— As empresas se obrigam a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO

Acórdão—Continuação—PROC. Nº TRT-DC-38/89-Fls.VIII

fornecer gratuitamente a todos os seus empregados motoristas, 4' (quatro) fardamentos, por ano, composto de : 8 (oito) calças; 8 (oito) camisas; 8 (oito) pares de sapatos; e 8 (oito) pares de meias.

VOTO :

"Data venia" do parecer, defiro em parte a cláusula, adotando a redação do precedente nº 824 do TST.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Ficam as empresas suscitadas, obrigadas a fornecer gratuitamente aos seus empregados motoristas, 30 (trinta) ticket's Restaurante, por mês, no valor de Rcz\$ 2,50 (dois cruzados novos e cinquenta centavos).

VOTO :

De acordo com o ilustrado Ministério Público, indefiro a reivindicação, que só poderia ser conquistada através de acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Quando ocorrer a necessidade de viagem, os motoristas terão direito a receber antecipadamente a importância de Rcz\$ 14,91 (quatorze cruzados novos e noventa e um centavos), a título de diária, sendo reajustada com base na variação salarial;

VOTO :

Como proposta, a reivindicação não pode ser deferida vez que o valor da diária indicado tomou por base o piso salarial reivindicado na cláusula 2ª, o qual foi indeferido.

Assim, de acordo com o Ministério Público, indefiro a cláusula.

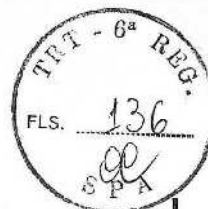
CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Será considerado feriado, o dia 25 de Julho - DIA DO RODOVIÁRIO - para todos os integrantes da categoria diferenciada dos motoristas.

VOTO :

De acordo com precedente nº 26 do TST, a Justiça do



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO



Acórdão—Continuação— PROC. Nº TRT-DC-38/89-Fls.IX

Trabalho não possui competência para criar ou conceder feriado remunerado.

Indefiro a reivindicação, de acordo com o parecer do ilustrado Ministério Público.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - As empresas, se obrigam a fornecer gratuitamente, por mês, 120 (cento e vinte) vales-transportes, para cada empregado motorista.

V O T O :

A matéria se encontra regulada em lei própria. O pleito, como formulado, não pode ser deferido.

De acordo com o parecer, indefiro a cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- Serão eleitos em Assembleia Geral Extraordinária, 2 (dois) Delegados Sindicais, em cada empresa, sendo-lhes assegurado estabilidade no serviço, durante o prazo de vigência deste instrumento.

V O T O :

Existe precedente neste Regional.Assim, "data venia" do parecer, defiro em parte a cláusula, limitando a 3(três) o número total de representantes sindicais, durante a vigência do mandato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - As empresas descontarão no primeiro salário decorrente deste Dissídio Coletivo, de cada empregado motorista, em favor do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Alagoas, a importância equivalente a 1(um) dia de salário, em folha de pagamento, devendo proceder o recolhimento do montante aos cofres do Sindicato, até o quinto dia do mês subsequente ao do respectivo desconto, sob pena de não o fazendo, incorrer na multa de 50% (cinquenta por cento), aplicado sob o montante não recolhido por dia de atraso.

V O T O:

Defiro em parte a reivindicação com a seguinte redação:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO



Acórdão — Continuação — PROC. Nº TRT- DC- 38/89-Fls.X

"As empresas suscitadas ficam obrigadas a des-
contar dos vencimentos dos seus empregados motoristas, até o
10º dia útil do mês subsequente ao da publicação do Dissídio
no Diário Oficial, o valor correspondente a 1(um) dia de sa-
lário, o qual será revertido em favor do Sindicato suscitan-
te."

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA— Por decisão da '
Assembleia Geral Extraordinária, da Categoria, as empresas susci-
tadas, se obrigam a descontar mensalmente, em folha de pagamento,
de seus empregados motoristas revertido em favor do sindicato '
profissional, devendo efetuar o recolhimento do montante até o
quinto dia do mês subsequente ao desconto, sob pena de incorrer '
na aplicação da multa fixada na cláusula anterior.

V O T O :

Trata a presente cláusula de mensalidade so-
cial. Existe precedente deste Tribunal a respeito.

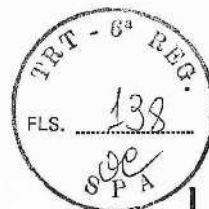
Assim, defiro em parte a reivindicação para '
determinar que as empresas suscitadas deverão descontar mensalmen-
te, sob o título de mensalidade social, em favor do Sindicato '
suscitante, de todos os seus empregados motoristas sindicaliza-
dos, a importância que houver sido fixada em Assembleia Geral da
entidade, sob pena de multa de 10% por dia de atraso.

Custas pelas suscitadas, calculadas sobre lo '
valores de referência.

Assim, ACORDAM os Juízes do Tribunal Regio-
nal do Trabalho da 6ª Região, por unanimidade, de acordo com o
parecer da Procuradoria Regional, rejeitar a preliminar de extin-
ção do processo sem julgamento do mérito, por incapacidade ju-
rídica do sindicato suscitante, arguida pelos suscitados. MÉRITO:
julgar procedente em parte o presente dissídio coletivo '
nas seguintes bases:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4.ª REGIÃO



Acórdão—Continuação—PROC. Nº TRT DC- 38/89-Tls.XI

Cláusula 1ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir em parte com a seguinte redação: "O presente dissídio coletivo terá vigência de 01 (um) ano, no período de 28.04.89 a 27.04.1990; Cláusula 2ª - por unanimidade, deferir em parte para adotar o salário normativo nos termos da Instrução Normativa nº 01 do TST; Cláusula 3ª - por unanimidade, deferir em parte para conceder à categoria profissional um reajuste salarial na base de 100% (cem por cento) da inflação acumulada do período compreendido entre 28.04.88 a 27.04.89, de acordo com o índice de Preços ao Consumidor (IPC-IBGE), observando no mês de janeiro/89 o índice do INPC, compensando-se os aumentos já concedidos e, ainda, conceder o adicional de 4% (quatro por cento) a título de produtividade; Cláusula 4ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferir; Cláusula 5ª - por unanimidade, deferir nos termos do precedente nº 43 do TST: "As horas extraordinárias serão remuneradas com a sobre taxa de 100% (cem por cento)."; Cláusula 6ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, deferir para determinar que as empresas que remunerarem as horas extraordinárias através de outro critério mais benéfico à categoria profissional, fica inalterado esse procedimento; Cláusula 7ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferir; Cláusula 8ª - por unanimidade, deferir em parte nos termos do precedente nº 121 do TST: "Defere-se a majoração do adicional noturno para 50% (cinquenta por cento), considerada a prestação de serviços das 22:00 (vinte e duas) horas às 05:00 (cinco) horas".; Cláusula 9ª - por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferir; Cláusula 10ª - por maioria, deferir nos termos do precedente nº 117 do TST: "Condicionar 60 (sessenta) dias de aviso prévio, a todos os trabalhadores demitidos sem justa causa", contra o voto dos Juízes Nélcio Coutinho, Reginaldo Valença e Melqui Roma Filho que, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional, a indeferiam; Cláusula 11ª -



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO



Acórdão—Continuação— PROC. Nº TRT- DO-38/89-Fls.XII

por unanimidade, deferir nos termos do precedente nº 68 do TST :
"Impõe-se multa pelo não pagamento das verbas rescisórias até o
10º (décimo) dia útil subsequente ao afastamento definitivo do
empregado, por dia de atraso, valor equivalente ao salário diário,
desde que o retardamento não decorra de culpa do trabalhador." ;
Cláusula 12ª— por unanimidade, de acordo com o parecer da Procura
doria Regional, indeferir; Cláusula 13ª— por unanimidade, deferir
em parte nos termos do precedente nº 136 do TST: "Conceder seguro
de vida para garantir a indenização nos casos de morte ou invali
dez permanente, decorrente de assalto, consumado ou não, desde
que no exercício das funções em favor do empregado e seus familia
res junto à previdência. " e observando, ainda, o que dispõe o
decreto nº 89.056 de 24.11.83; Cláusula 14ª— por unanimidade, de
acordo com o parecer da Procuradoria Regional, indeferir; Cláusula
15ª— por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Re
gional, deferir com a seguinte redação: "As empresas suscitadas
se obrigam a equipar as viaturas que transportam valores com ar
condicionado"; Cláusula 16ª— por unanimidade, deferir nos termos
do precedente nº 824 do TST: "Determina -se o fornecimento gra
tuito de uniformes, desde que exigido seu uso pelo empregador." ;
Cláusula 17ª— por unanimidade, de acordo com o parecer da Procura
doria Regional, indeferir; Cláusula 18ª— por unanimidade, de acor
do com o parecer da Procuradoria Regional, indeferir; Cláusula 19ª
por unanimidade, de acordo com o parecer da Procuradoria Regional,
indeferir; Cláusula 20ª— por unanimidade, de acordo com o parecer
da Procuradoria Regional, indeferir; Cláusula 21ª— por unanimida
de, deferir em parte para limitar a 03 (três) o número total de
representantes sindicais durante a vigência do mandato; Cláusula 22ª
por maioria, deferir em parte com a seguinte redação: As empresas
suscitadas ficam obrigadas a descontar dos vencimentos dos seus
empregados motoristas, até o 10º (décimo) dia útil do mês subse
quente ao da publicação do dissídio no Diário Oficial, o valor



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6ª REGIÃO



Acórdão—Continuação— PROC. Nº TRT- ED- 38/89-Fls.XIII
correspondente a 01 (um) dia de salário, o qual deverá ser rever-
tido em favor do sindicato suscitante, assegurando-se ao emprega-
do não associado o direito de se opor ao desconto no prazo de 10
(dez) dias, aplicando-se uma multa de 10% (dez por cento) por
dia de atraso, contra o voto, em parte, dos Juízes Relator, Josias
Figueirêdo, Benedito Arcanjo, Valmir Lima e Melqui Roma Filho que
deferiam sem o direito a oposição do empregado não associado; Cláu-
sula 23ª- por unanimidade, deferir em parte para determinar que
as empresas suscitadas deverão descontar mensalmente, sob o títu-
lo de mensalidade social, em favor do sindicato suscitante, de to-
dos os seus empregados motoristas sindicalizados a importância
que houver sido fixada em assembléia geral da entidade, sob pena
de multa de 10% (dez por cento) por dia de atraso.

Recife, 21 de setembro de 1989.

CLÓVIS CORREIA - JUIZ NO EXERCÍCIO DA PRE-
SIDÊNCIA DO TRT DA 6ª REGIÃO

JOEZIL BARROS - JUIZ RELATOR

Everaldo Gaspar Lopes de Andrade
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO

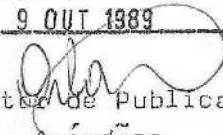


PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
RECIFE

C E R T I D ã O

Certifico que pelo Of. TRT.SPA. Nº 148/89, as conclusões e a ementa do acórdão foram remetidas à Imprensa Oficial do Estado, nesta data.

Recife, 19 OUT 1989


Chefe do Setor de Publicação de Acórdãos

PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO DA JUSTIÇA
PROC. TRT-Nº De. 38/89.

Certifico que as conclusões e a ementa do acórdão foram publicadas no Diário da Justiça do dia 20 OUT 1989

Recife, 20 OUT 1989


Chefe do Setor de Publicação de Acórdãos

CERTIDÃO

CERTIFICO que, até a presente data, não
foram interpostos quaisquer recursos.

Recife, 08 de NOVEMBRO de 1989.

Impresso
P/ Chefe da Seção de Processos

REMESSA

NESTA DATA FAÇO REMESSA DESTES AUTOS
A SECRETARIA JUDICIÁRIA

RECIFE, 08 DE NOVEMBRO DE 1989

Impresso
P/ Diretora do Serviço de Processos

Recebido(a) do(a) S. D. D.

nesta data.

Recife, 08/11/89

[Assinatura]
Secretaria Judiciária



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO
R E C I F E



DA : SECRETARIA JUDICIÁRIA DO TRT DA SEXTA REGIÃO
PARA : TRANFORTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES
LTDA
Av. Siqueira Campos, nº 1871- Trapiche da Barra- Macaíó-AL
CEP:57.010

ASSUNTO: INTIMAÇÃO (PAGAMENTO DE CUSTAS)

Fica essa Empresa pela presente, intimado para efetuar o pagamento da quantia de NCZ\$ 28,60 (vinte e oito cruzados novos e sessenta centavos) referente às custas processuais, devidas nos autos do processo nº TRT-DC-38/89, entre partes: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS, suscitante e TRANFORTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA E OUTROS (06), suscitados, de acordo com a certidão de julgamento nos autos do processo supracitado.

Dada e passada nesta cidade do Recife-PE, aos nove dias do mes de novembro de mil novecentos e oitenta e nove.

Eu, Magdalena do Carmo Barbosa Vita datilografei a presente, que vai assinada pelo Ilmº Sr. Diretor da Secretaria Judiciária.

CLÓVIS VALENÇA ALVES FILHO
Diretor da Secretaria Judiciária
do TRT da Sexta Região.

ECT		AVISO DE RECEBIMENTO - AR		NÚMERO 253	
OBTEN RECIBO NO ENDEREÇO DO DESTINATÁRIO					
PREENCHIDO PELO REMETENTE	NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO				
	Transporte Alogos Vigilância e Transp. Valores Ltda				
	ENDERÇO DO DESTINATÁRIO				
	AV. Siqueira Campos no 1871 - Tráfego da Barra				
	CEP	CIDADE	UF	BRASIL	
	57010	Maceió	AL		
NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE					
Secretaria Judiciária do TST					
ENDERÇO PARA DEVOLUÇÃO					
da Sexta Região					
	CEP	CIDADE	UF	BRASIL	
		Cais do Apolo, 739 - 4º andar	CEP 50.030		
		Recife - PE			
DEVOLVER AO REMETENTE COM ASSINATURA DO RECEBEDOR					
RECEBI O OBJETO DESCRITO NESTE AR					
DATA	ASSINATURA DO RECEBEDOR				
16/11/89	[Assinatura]				

JUNTADA

Nesta data faço juntada a estes autos
do guia de custos -

Recife, 30 de novembro de 1989
[Assinatura]
Diretor de Secretaria Judiciária

 MINISTÉRIO DA FAZENDA Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF		01 CPF DO DEBITADO PATRONIZADO EM CDT 12490181/0001-60		02 ALÍQUOTA 2	
IMPORTANTE É INDISPENSÁVEL O CORRETO E LEGÍVEL PREENCHIMENTO DO NÚMERO DE INSCRIÇÃO NO DARF		TRANSPORTE ALAGOAS - VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. Av. Siqueira Campos, 1871/79 Capicho da Barra - CEP - 57.010 MACEIÓ - AL.		03 DATA DE VENCIMENTO 30/11/89 É OBRIGATÓRIO O PREENCHIMENTO CORRETO DO CÓDIGO DA RECEITA - CAMPO 08	
04 ANO DE VENCIMENTO 1989	05 PERÍODO DE APURAÇÃO novembro/89	06 FICHA DE TRT-DC-38/89	07 REFERÊNCIAS	08 CÓDIGO DA RECEITA 3391	
09 NOME OUTRAS INFORMAÇÕES PRESTADAS EM INSTRUIÇÕES Processo nº TRT-DC-38/89, entre partes: Sindicato dos Trab. em transportes Rodoviários no Estado de Alagoas, suscitantas e Transporte Alagoas Vigilância e Transporte de Valores Ltda.			10 VALOR DA RECEITA 28,60 11 VALOR DA CORREÇÃO MONETÁRIA 12 VALOR DA MULTA 13 VALOR DOS JUROS DE MORA 14 VALOR TOTAL 28,60		
MODELO APROVADO POR INSTRUÇÃO NORMATIVA DO GRT Nº 207/88 - ATO DELEGADO Nº 200/87 - 04/88 TUBETA SA - COMPLEXO INDUSTRIAL CÍVICO - RUA ALBERTO, 54 - BAURUPÊ - SP - C. D. E. 14.448.000-42 CÓD. 14081 (BOLSA)			15 AUTENTICAÇÃO MECÂNICA SOBRE A 2ª VÍDEA (CONTINUA O VALOR TOTAL CAMPO 14) p. 3209 BOM 416 281189		

 PODER JUDICIÁRIO
 JUSTIÇA DO TRABALHO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 5ª REGIÃO




PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 6.ª REGIÃO

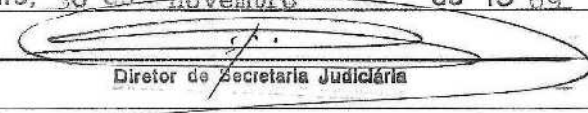


CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos ao

Sr Juiz PRESIDENTE

Recife, 30 de novembro de 1989


Diretor da Secretaria Judiciária

Arquive-se.

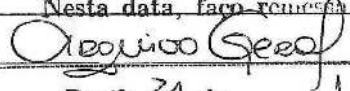
Recife, 21/12/89.


José Bredes Corrêa Gondim Filho
Juiz Presidente do TRI da Sexta Região

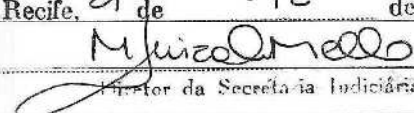
REMESSA

Nesta data, faço remessa do presente processo

ao(a)

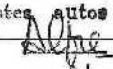


Recife, 21 de 12 de 1989


M. Juiz O. Mello

Diretor da Secretaria Judiciária

CERTIFICO que estes autos

permaneceram em mãos do B. J. (a) 

do do Sr. Santo Mesquita.

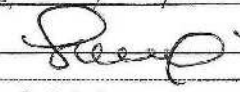
no período de 25/01/90 até esta

data, quando foram devolvidos, contendo 144

fls.

Recife,

10/04/90



Secretaria Judiciária



SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Maceió

Alagoas

Exm^o. Sr. Dr. Juiz Presidente do T.R.T. - SEXTA REGIÃO

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS NO ESTADO DE ALAGOAS, entidade sindical, inscrita no C.G.C. do M.F., sob nº 12.318.432/0001-24, com sede na Rua 16 de Setembro, 89, no bairro da Levada, na cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, por seu procurador legalmente constituído na conformidade do instrumento procuratório incluso (doc. 1), Bel. ALFREDO DOS SANTOS MESQUITA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/AL sob nº 1104 e no CPF sob nº 020837604-68, com o endereço no frontispício desta para intimações judiciais, com fundamento nos artigos 856 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, vem, com a presente, requer a V.Exa. a INSTAURAÇÃO do competente DISSÍDIO COLETIVO contra TRANSPORTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA., sociedade de direito privado, com sede na Avenida Siqueira Campos, nº 1871, no bairro do Trapicho da Barra; EPSAL - EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ALAGOANA LTDA., sociedade de direito privado, com sede na Rua Dr. Guedes Gondim, 106, no bairro da Levada; EMPRESARIAL VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA., sociedade de direito privado, com sede na Avenida Comendador Leão, 495, no bairro do Poço; LIDER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA., sociedade de direito privado, com sede na Rua Senador Calmon, 149, no bairro do Poço; VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES IMUNILAR LTDA., sociedade de direito privado, com sede na Rua do Imperador, 510, Centro; JF - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA., sociedade de direito privado, com sede na Rua Barão de Alagoas, 453, Centro; e, NORDESTE ALAGOAS VIGILÂNCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA., com sede na Rua Belo Horizonte, 21, no bairro do Farel, todos na cidade de Maceió, Capital do Estado de Alagoas, pelos motivos de fato e de direito que passa a expor:

I. Os motoristas de transportes de valores, categoria diferenciada por força do artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho, estando hoje, no caso em tela a mercê das decisões das Empresas de Transportes e Vigilância de Valores em operação no Estado de



SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIÁRIO

NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1989

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Maceió

Alagoas

- folhas 02 -

Alagoas, pois, não possuem PISO SALARIAL e estão subjugados aos aumentos salariais quando existe negociação com os Vigilantes, consoante acordo coletivo em anexo (doc. 2 a 4);

2. A Categoria profissional pretendendo normatizar as relações de trabalho já existente com a interferência do Sindicato obreiro convocou através do Jornal de Hoje, em 22 de março e 14 de abril de 1989, Assembleias Gerais Extraordinárias, com a finalidade de apresentação das propostas de condições de trabalho pelos empregados e consequentemente, a contra-proposta patronal, consoante edições do referido jornal em anexo (doc. 5 e 6);

3. Obitido o quorum necessário e aprovada as propostas, consoante cópia xerográfica inclusa (docs. 7 a 13), fora remetido o Of. STTR/AL nº 023/89, datado de 28 de março do corrente, ao Ilmo. Sr. Dr. JOSÉ IB HENRIQUE PEDROZA, MD. Delegado Regional do Trabalho em Alagoas, para que convocasse as empresas e ao mesmo tempo intermediasse as negociações, o que foi feito, tendo sido designado inicialmente o dia 12 de abril, sendo que neste dia compareceram as Empresas e o Sindicato, tendo as primeiras pedido o adiamento em face da não presença de seus advogado o que impossibilitaria o início da negociação. Transferida a iniciação da negociação, fora designado o dia 19 de abril, tendo dado início as negociações, aconteceu o impasse, pois, as empresas não reconhecem o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Alagoas, como representante dos motoristas de transportes de Valores, e, sim, a FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DO NORTE E NORDESTE, consoante se faz prova com o extrato da Ata da reunião realizada no dia 19.04.89, devidamente assinada pelo Dr. José Augusto da Silva Costa, Fiscal do Trabalho e com visto do Dr. José Ib Henrique Pedroza, Delegado Regional do Trabalho, em anexo (doc. 14 a 16);

4. Diante da inexistência de Acordo Coletivo de Trabalho que venham a reger as relações entre trabalhadores e empregadores nas empresas de Vigilância no que diz respeito, à categoria diferenciada de MORISTAS, e, a intransigência da classe patronal, pois, não reconhecem sequer a condição de diferenciados e, ainda, a representatividade sindical, e esta, pois, para pretender a fixação do PISO SALARIAL de NCZ\$ 447,30 (quatrocentos e quarenta e sete cruzados no vos e trinta centavos), mensal, a partir de 1º de ABRIL DE 1989, e fixação da data base.

..../....



SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS
NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Maceió

Alagoas

- folhas 03 -

5. O Suscitante pretende então o seguinte:

5.1 - a data-base da categoria profissional será de 12 de abril, sendo que o prazo de vigência será de 12 (doze) meses, com início em 12 de abril de 1989 e término em 31 de março de 1990, quando deverão ser encetadas negociações para análise e reexame de todas as cláusulas e condições de trabalho.

5.2 - Fixação do Piso Salarial de NCZ\$ 447,30 (quatrocentos e quarenta e sete cruzados e trinta centavos), para a categoria profissional suscitantes.

5.3 - Sobre o Piso Salarial fixado, deverá incidir qualquer percentual concedido a título de abono, resíduo ou reajuste de corrente da política salarial que venha a ser posta em prática pelo Governo Federal.

5.4 - Serão mantidos e acrescidos ao Piso Salarial que venha a ser estabelecido, as comissões e gratificações a título de produtividade ou qualquer outro título que as empresas costumam conceder por regulamento interno, venham concedendo a categoria profissional.

5.5 - As horas extras, serão remuneradas mediante a aplicação do percentual de 100% (cem por cento).

5.6 - As empresas que já remuneraram as horas extras através de outro critério mais benéfico à categoria profissional, fica inalterado esse procedimento.

5.7 - A jornada de trabalho será de 06:00 (seis horas) diárias, para todos os integrantes da categoria diferenciada dos Motoristas, empregados das Suscitadas.

5.8 - O adicional noturno será remunerado mediante a aplicação de 100% (cem por cento).

5.9 - As empresas suscitadas aplicarão sobre os salários de seus empregados motoristas, o percentual de 30% (trinta por cento) a título de adicional de periculosidade ou risco profissional.

5.10 - Fica assegurado a todos os integrantes da categoria profissional dos motoristas, o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo a respectiva remuneração de 1 (um) mês de salário, para cada ano de trabalho ou a fração igual ou superior a seis (06) meses.

.... /

cada empregado motorista.



SÍNDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIÁRIO
NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Maceió

Alagoas

- folhas 04 -

5.11 - Quando ocorrer a despedida injusta, do empregado, as empresas suscitadas terão o prazo máximo de 1 (hum) dia após o término do aviso prévio e quando indenizado, o prazo de 02 (dois) dias após a respectiva comunicação de dispensa para efetuarem o pagamento das verbas rescisórias.

5.12 - Fica assegurado aos motoristas das empresas suscitadas o direito às férias proporcionais, quando por eles for solicitado a dispensa do emprego, mesmo que tenha menos de 01 (hum) ano de serviço.

5.13 - As empresas suscitadas, sem onerar aos seus empregados motoristas, ficam obrigadas a contratarem um seguro de vida, em favor de cada um ou seus familiares, no valor de R\$ 10.000,00 - (dez mil cruzados novos).

5.14 - As empresas suscitadas ficarão obrigadas a fornecer aos seus empregados motoristas, 2 (dois) litros de leite, diariamente, sem que recaiam qualquer ônus sobre os mesmos.

5.15 - A partir de 1º de abril, as empresas suscitadas se obrigam a equiparem as viaturas que transportam valores com ar condicionado.

5.16 - As empresas se obrigam a fornecer gratuitamente a todos os seus empregados motoristas, 4 (quatro) fardamentos, por ano, composto de: 8 (oito) calças; 08 (oito) camisas; 08 (oito) pares de sapato; e 08 (oito) pares de meias.

5.17 - Ficam as empresas suscitadas, obrigadas a fornecer gratuitamente aos seus empregados motoristas, 30 (trinta) Tickets Restaurante, por mês, no valor de R\$ 2,50 (dois cruzados novos e cinquenta centavos);

5.18 - Quando ocorrer a necessidade de viagem, os motoristas terão direito a receberem antecipadamente a importância de R\$ 14,91 (catorze cruzados novos e noventa e um centavos), a título de diária, sendo reajustada com base na variação salarial;

5.19 - Será considerado feriado, o dia 25 de Julho - DIA DO RODOVIÁRIO - para todos os integrantes da categoria diferenciada dos motoristas.

5.20 - As empresas suscitadas, se obrigam a fornecerem gratuitamente, por mês, (cento e vinte) vales-transportes, para cada empregado motorista.



SINDICATO DOS TRAB. EM TRANSPORTES RODOVIÁRIO
NO ESTADO DE ALAGOAS

Fundado em 26 de Abril de 1939

Sede própria: Rua 16 de Setembro, 89 - Fone: 221-6888 - C.G.C. 12318432/0001-24 - Centro

Levada

Macció

Alagoas

- folha 05 -

5.21 - Serão eleitos em Assembléias Geral Extraordinária, 2 (dois) Delegados Sindicais, em cada empresa, sendo lhes assegurado estabilidade no serviço, durante o prazo de vigência deste instrumento.

5.22 - As empresas descontarão no primeiro salário decorrente desse Dissídio Coletivo, de cada empregado motorista, em favor do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários no Estado de Alagoas, a importância equivalente a 1 (um) dia de salário, em folha de pagamento, devendo proceder o recolhimento do montante aos cofres do Sindicato, até o quinto dia do mês subsequente ao do respectivo desconto, sob pena de não o fazendo, incorrer na multa de 50% (cinquenta por cento), aplicado sob o montante não recolhido por dia de atraso.

5.23 - Por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, da Categoria, as empresas suscitadas, se obrigam a descontar mensalmente, em folha de pagamento, de seus empregados motoristas, revertido em favor do sindicato profissional, devendo efetuar o recolhimento do montante até o quinto dia do mês subsequente ao desconto, sob pena de incorrer na aplicação da multa fixada na cláusula anterior.

Diante do exposto, requer a V.Exa., a citação dos Suscitados, prosseguindo-se nos termos da lei e julgando-se afinal, procedente o pedido.

Nestes Termos

Pede Deferimento.

Recife, 27 de abril de 1989.

ALFREDO DOS SANTOS MESQUITA

CAB 1104 CPF 020837684-68